

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano LXIV	BRASIL — RIO DE JANEIRO, SET. e OUT. DE 1956	N.º 506-507
----------	--	-------------

SUMÁRIO

Págs.

CULTURA PROFISSIONAL

Foguetes — Artigo do Gen. Toffey traduzido da Revista "Army Ordnance" pelo Ten.-Cel. Fernando A. Moreira Barbosa	3
Oleodutos na paz e na guerra — Artigo do Gen. S.D. Burgis Jr., traduzido da Revista "The Quartermaster" pelo Cap. Jessé Torres Pereira e 1.º Ten. Marcelo Pinheiro Pinto	11
Orientação de uma escola — Palavras pronunciadas pelo Cel. Moacir Araújo Lopes no encerramento dos cursos de Oficiais da E.I.E.	17
Operações fumígenas com finalidades pacíficas — Cap. Diógenes Vieira Silva	21

CULTURA GERAL

Plano de recuperação econômica — Raul Prebisch — Diretor Executivo da CEPAL	29
O problema da energia elétrica no eixo Rio-S. Paulo	43
Desenvolvimento econômico e pauperismo — Ten.-Cel. Stenilo Rodrigues Perlingeiro	49
Um aspecto da revolução industrial — Maj. José Gerardo de Sales	55

DIVERSOS

Semana de Caxias — Ordem do dia do Exmo. Sr. Ministro da Guerra — Saudação do Exmo. Sr. Ministro da Aeronáutica ao Exército por ocasião do Dia do Soldado	61
Entre Portugal e Brasil... — Campanha de intercâmbio luso-brasileiro — Brigadeiro Cunha Meneses	65
Cartas geográficas referentes ao Brasil desde o tempo da famosa Escola de Sagres — Exposição de Cartografia promovida pelo Serv. Geográfico do Exército	69
Entrega dos Prêmios Pandiá Calógeras e João Ribeiro: Discurso do Coronel Humberto Peregrino e do Prof. José Honório Rodrigues	71

BRASILIANAS

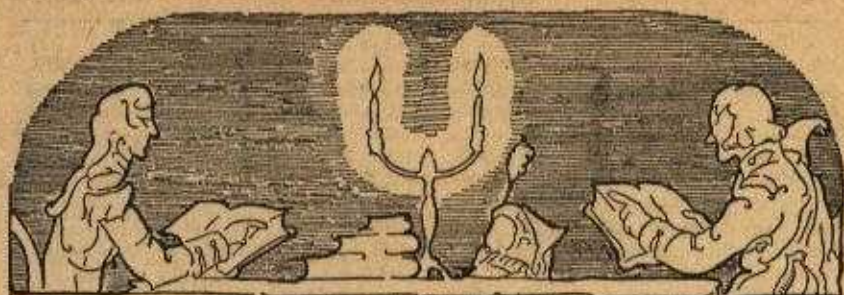
Usina termoeletrônica em Santa Catarina a ser construída em Capivari, no Município de Tubarão, com capacidade de 100.000 kw — Rêde de armazéns e transportes frigoríficos: criação da "Fenasa" — Demografia brasileira: 40 milhões de habitantes — Tricênio em 10 anos o número de brasileiros com instrução — 23.ª Exposição Nacional de Animais — Nossa aviação comercial	83
---	----

NOTÍCIAS MILITARES

A nova organização básica do Exército: texto da lei e Organograma — Serviço Militar: Plano geral de convocação para o ano de 1957	95
---	----

ATOS OFICIAIS

Resenha de Leis, Decretos, Portarias e Avisos, de interesse geral do Exército, publicados durante o mês de julho de 1956, no "Diário Oficial"	107
---	-----



CULTURA PROFISSIONAL

FOGUETES

General TOTFOY, Diretor do Laboratório de Projetos do Exército Norte-Americano

Retraduzido da revista "GUION", do Exército Espanhol, de março de 1933, de um original da publicação americana: "ARMY ORDNANCE", pelo Ten-Cel FERNANDO ALLAH MOREIRA BARBOSA

Muito poucos dos últimos inventos técnicos provocaram maior interesse que os projetis teledirigidos. Assim, o aparecimento do foguete supersônico resultou em uma infinidade de histórias sensacionais na imprensa, dando lugar, entre outras coisas, a narrativas de grandes atrativos sobre a futura "guerra dos comutadores", a criação de satélites artificiais da terra e o lançamento de foguetes para a lua. Mas, até hoje, essas questões não deixaram de ser ainda duvidosas e o resultado dessas histórias extravagantes tem sido uma maneira errônea de pensar e uma falsa avaliação de nosso programa nacional pelo público.

Para esclarecer os fatos, até onde é possível, vamos ver, em primeiro lugar, qual a causa do movimento dos foguetes. Essa causa reside no conjunto das leis da cinemática, que aprendemos na escola e que foram descobertas por Sir Isaac Newton, faz vários séculos, após haver recebido, sobre a cabeça, o impacto de uma maçã desprendida da respec-

tiva árvore. Em sua terceira lei, Newton estabeleceu que a toda ação, na natureza, corresponde sempre outra igual e em sentido contrário. Em outras palavras, a ação e a reação são iguais e opostas. Dessa forma, quando corremos, nossos pés comprimem o solo, ao mesmo tempo que o solo comprime nossos pés; a locomotiva puxa o trem em um sentido, enquanto os vagões exercem resistência no outro e um fuzil produz um recuo da coronha, quando fazemos um disparo.

Vejam os que acontece em um foguete e consideremos, para tanto, uma bola de borracha. Quando a enchemos e amarramos a bôca, ela permanece imóvel; mas, se desamarramos a bôca, a bola, ao mesmo tempo que se esvasia, dará um salto, saindo da posição inicial. Isso acontece porque quando a bôca está amarrada, a força da pressão do ar, no interior da bola, acha-se contrabalançada, exatamente, em todas as direções. Entretanto, quando a bôca é aberta, a força da pressão interna

do ar, igual e oposta à do ar que sai, empurra a bola segundo sua direção. Na verdade, o movimento nada tem a ver com o choque entre o ar que escapa e o que está fora da bola.

É isso, precisamente, o que acontece com o foguete. Quando os combustíveis propulsores são queimados na câmara do motor, os produtos da combustão escapam a grande velocidade por um gargalo. A força, igual e oposta a esse poderoso jorro, põe em movimento o motor e tudo o mais que estiver solidário com ele. Como essa força tem origem no interior do motor, o foguete atua da mesma maneira, tanto nos vácuos extra-atmosféricos, como no ar de nossas atmosferas.

Os foguetes dividem-se em dois grandes grupos: foguetes de vôo livre e projetis dirigidos. Os primeiros foram usados pelos chineses, faz já setecentos anos. Eram similares aos nossos "Skyrockets". Mais tarde, e após alguns aperfeiçoamentos, foram usados por muitas nações, entre os séculos XIV e XVII e, em nosso hino nacional foram imortalizados pelo verso "the rocket's red glare" (o clarão vermelho dos foguetes).

Mas, quando, em 1863, apareceram os canhões raiados, os foguetes não podiam competir em precisão com os projetis giratórios e caíram, portanto, em desuso.

A principal vantagem dos foguetes sobre a artilharia clássica é que não é preciso nenhum reparo pesado ou peça, para dispará-los. Na realidade, para lançar os pequenos foguetes de vôo livre, usa-se, apenas, um tubo de peso muito pequeno ou um par de ganchos, como os que servem para prender as bombas. A "basooka", que foi projetada por nossos técnicos, é um tubo dessa natureza, que proporcionou ao soldado, pela primeira vez, uma arma individual capaz de destruir um carro de combate.

Atualmente existem foguetes do tipo "artilharia de campanha", que complementam, embora não substituam, a artilharia convencional. Na guerra, já se havia conseguido instalar tubos múltiplos de lançamento em carros de combate, viaturas e

embarcações, capazes de disparar até 60 foguetes, seja sucessivamente, um após outro, seja simultaneamente. Tais engenhos foram usados para a realização de concentrações de fogo sobre certos locais, como praias de desembarque, locais fortificados ou instalações de serviços.

O foguete livre é de mecanismo simples. Compõe-se de um conjunto, em forma de projétil, no qual vai a carga explosiva e a espoleta e de uma câmara de combustão, em cujo interior se aloja o combustível (em estado sólido) e o comburente. A câmara termina em um tubo de escape, que serve para produzir a compressão dos gases da combustão e, conseqüentemente, a potência do rojão.

Os foguetes são estabilizados na trajetória, seja por aletas semelhantes às das flechas, seja por um movimento rotativo, que lhe é imprimido pelo escapamento dos gases da combustão, os quais, neste caso, saem não por um simples tubo, mas por uma série de orifícios dispostos na extremidade posterior da câmara, anularmente e com a inclinação adequada.

O campo dos projetis dirigidos abrange os aviões sem piloto, os foguetes de combustível líquido e os "estado-retores", em seus vários tamanhos, formas e combinações. Alguns dos modelos são providos de asas: outros não. Uns são dirigidos por forças exteriores, enquanto outros são controlados, automaticamente, por aparelhos de bordo. Entretanto, todos são desprovidos de piloto e não são recuperáveis.

Para que se tenha uma idéia de sua constituição, nada melhor que descrever-se um grande foguete supersônico de combustível líquido, como a Bomba Voadora V-2. Imagine-se uma fuselagem de avião em forma de charuto, com mais ou menos 15 metros de comprimento e dois de diâmetro, descansando, verticalmente, sobre uma base plana. Na parte superior, acha-se acondicionada uma tonelada de explosivo brisante com uma espoleta capaz de detoná-la, mediante a produção de uma onda explosiva. Abaixo dessa ogiva encontra-se um compartimento de controle, na qual encontram-

se o piloto automático e os elementos essenciais de controle, inclusive giroscópios, aparelhos eletrônicos, altímetros, mecanismos de relojoaria, etc.

Por baixo desse compartimento situam-se os grandes tanques de líquidos propulsores: um com 1.000 galões de álcool (combustível) e outro com igual quantidade de oxigênio líquido (comburente).

Esses gases pesam, em conjunto, quase 10 toneladas e devem ser injetados, na câmara de combustão do foguete, no prazo de um minuto. Para isso, o projétil leva também uma turbina a vapor de 500 c.v.

O vapor para o acionamento da turbina é produzido pela combinação de outros dois gases, que, por sua vez, são acondicionados em tanques adicionais.

Ocupando o espaço lateral e inferior dessa usina geradora de vapor, há um labirinto de tubos, que fazem parte dos equipamentos pneumático, hidráulico e elétrico e, finalmente, por baixo desse emaranhado de metais vem o motor do foguete, no qual 18 grupos de tubos fazem álcool e oxigênio líquido, em proporção conveniente.

Pôsto em movimento o motor, é mister prover-se a sua refrigeração, pois do contrário os gases, elevados a grande temperatura, queimariam, rapidamente, as paredes de metal da câmara de combustão. O problema é resolvido dotando-se o motor de uma camisa envolvente, na qual circula álcool.

Exteriormente, existem quatro grandes aletas na cauda do engenho, que servem para estabilizá-lo durante o voo e que constituem dois conjuntos de aletas diretoras: um atua sobre o jorro do rojão e dirige o projétil durante a decolagem, quando a velocidade ainda é pequena; o outro, colocado bem na extremidade posterior do foguete, atua sobre a corrente de ar, quando o projétil já alcançou grande velocidade.

O alcance desejado e a direção da trajetória são decididos antes do lançamento. Esse lançamento produz verdadeiro pavor. Quando atingida toda a potência impulsora, um tremendo jorro de chamas movi-

menta lentamente o enorme projétil de 14 toneladas, que é uma verdadeira torre, em direção vertical ascendente, produzindo um rugido estridente. O foguete ganha altura, rapidamente, e vai se inclinando sobre a trajetória. A alimentação de combustível é cortada, automaticamente, ao ser atingida a velocidade desejada, que chega a atingir, normalmente, 5.600 km/hora.

Na estratosfera, o centro de gravidade do projétil acompanha a trajetória iniciada, mas o foguete, propriamente dito, perde o equilíbrio nessa atmosfera rarefeita, no qual as aletas não têm qualquer serventia. Quando, na descida, a bomba volta a penetrar nas camadas de ar mais denso, as aletas a estabilizam novamente, obrigando-a a realizar um voo normal com a ogiva para a frente.

Antes que atinja o objetivo, a resistência do ar reduz-lhe a velocidade para uns 4.000 km/hora, ao mesmo tempo que o atrito do ar eleva a temperatura externa da parte anterior do projétil até dar-lhe a cor rubro-escuro.

Um dos problemas mais difíceis com que se esbarra no aperfeiçoamento dos projéteis dirigidos é o projeto de fabricação dos sistemas de direção e controle. Um projétil dirigido é um engenho relativamente caro. Para que seu uso seja economicamente aceitável, cada disparo deve produzir resultados concretos, atingindo o alvo tão próximo quanto possível. Como conseguir isso? Há vários processos de dirigir os projéteis, que podem ser utilizados isoladamente ou em combinação.

Em primeiro lugar, pode-se dotar o projétil de instrumentos que nos permitam conhecer sua situação, a cada momento, com relação aos elementos de uma trajetória previamente determinada, ao mesmo tempo que o tornem capaz de receber sinais corretores, que lhe sejam enviados, para recolocá-lo na trajetória, sempre que dela se afaste. Isso exige, no interior do projétil, um conjunto de instrumentos mecânicos e elétricos de extraordinária precisão, quase que, na realidade, uma espécie de piloto "robot". Este piloto automático, com "cérebro" que

lhe permita conhecer quando se desviou da trajetória, deve ser compacto, de pequeno peso e grande resistência. Os projetis onde são empregados chamam-se pré-dirigidos e o sistema produz os melhores resultados nos projetis terra-terra (*), nos quais o local de lançamento e o objetivo são pontos fixos.

Outro sistema empregado implica o contróllo do projétil, feito de terra, por meio do conhecimento preciso, a qualquer momento, da posição que ocupa, bem como da situação do objetivo. Podemos, então, enviar sinais eletrônicos por meio do rádio ou do radar, que provocam movimentos dos órgãos de direção do projétil e o façam adaptar sua direção à do alvo, por forma a atingi-lo.

Existem, entretanto, outros meios. Podemos projetar o engenho para que vôle dentro de um feixe de ondas eletromagnéticas, enquanto mantemos o feixe orientado para o alvo, que agirá como um refletor invisível. Este método, denominado "beam-sider", é empregado, sobretudo, no campo da defesa anti-aérea.

Há, também, em fase de aperfeiçoamento, sistemas que fazem com que o projétil se oriente, automaticamente, em relação a estrelas ou outros pontos conhecidos, tais como estações de rádio, e mantenha-se autodirigido na direção desejada. Este sistema recebeu o nome de "sistema navegacional".

Outro processo é o sistema "looming", no qual instrumentos de bordo, no projétil, identificam o objetivo pela cor, luz, radar ou outros sinais e corrigem a trajetória, a fim de atingi-lo. De maneira geral, este método, devido ao seu alcance limitado, pode ser usado, com bons resultados, contra objetivos próximos ou para correções finais no segmento terminal de uma trajetória longa.

Alguns projetis, particularmente os de grande alcance, serão dirigidos por uma combinação de dois ou mais desses processos. O aperfeiçoamento desses métodos complexos exigirão a solução de problemas técnicos de grande importância, tais

como maior precisão na propagação eletromagnética, maior sensibilidade das válvulas eletrônicas, fontes de energia menores e menos pesadas, giroscópios e aceleradores de maior precisão, identificação de objetivos mais simples e mais segura, etc.

Como exemplo daquilo que os foguetes já são, hoje em dia, recorde-se a notícia divulgada pela imprensa, em 1949, sobre o foguete duplo a combustível líquido, lançado pelo Corpo de Engenharia de Armamento, no Campo de Provas de White Sands, Novo México, havendo atingido a altura de 400 km e que, portanto, no vértice de sua trajetória, encontrou-se no ponto mais alto, acima da superfície da terra, jamais atingido por um engenho construído pelo homem. Para fins práticos, pode-se até admitir que, nesse instante, era "um ponto fora da atmosfera da terra".

Este projétil recordista foi construído com o aproveitamento da carga de um foguete V-2, capturado aos alemães, no qual a ogiva fora modificada, segundo projeto americano, para transportar o segundo projétil, o qual era acionado por combustível líquido e ficou conhecido pelo nome de "VIC-CAPORAL".

Os objetivos dessa experiência eram muito mais amplos que o simples estabelecimento de novos limites de altura e velocidade. Até então, admitia-se que o princípio de lançamentos múltiplos e coordenados poderia ser o melhor sistema para conseguir-se grandes alcances ou altitudes, mas a experiência ainda não fora tentada na prática. Havia, por isso, alguns céticos, aos quais impunha-se convencer. O primeiro objetivo do vôle era, portanto, obter dados sobre como se verificava a separação e ignição do segundo foguete, em camadas aéreas muito rarefeitas e, também, sobre a estabilidade desse segundo foguete a altitudes e velocidades muito elevadas. Um segundo objetivo era obter dados experimentais sobre índices "Mach" superiores aos obtidos, até aquela ocasião.

(*) Os projetis dirigidos podem ser: Ar-ar; terra-ar e terra-terra, conforme a natureza de sua base de lançamento e do objetivo visado.

O primeiro voo constituiu um êxito completo. A separação do segundo foguete teve lugar a uma altura aproximada de 30 quilômetros, onde o ar já é rarefeito, e o "VIC-CAPORAL" continuou a voar a uma velocidade superior a 8.000 km por hora. A duração total do voo, desde o lançamento até o impacto foi, aproximadamente, de doze minutos, tempo durante o qual, naturalmente, a terra prosseguiu em seu movimento de rotação, de modo que foi preciso introduzir uma correção equivalente a vários quilômetros, para compensar êsse deslocamento.

O sucesso dessa experiência assinalou um importante marco na história do aperfeiçoamento dos foguetes. Além de abrir regiões inteiramente novas da atmosfera superior à investigação científica, os resultados obtidos, nesse voo e em outros semelhantes, mostraram-se de grande valor para os projetistas dos futuros projetis de longo alcance.

Do que aqui se tem dito, por outro lado, verifica-se que serão necessários muitos técnicos em eletrônica, aerodinâmica, física, química, meteorologia, matemática e outros ramos científicos, para trabalharem em conjunto, no aperfeiçoamento dos projetis.

Esse aperfeiçoamento é um dos mais complexos e difíceis que a ciência vem enfrentando, no momento, e é preciso que surjam novos inventos, os quais representarão outros tantos passos da técnica, no caminho da solução dos vários problemas que ainda existem na fabricação dos projetis dirigidos. Assim, por exemplo, os químicos empenham-se na busca de novos combustíveis, de maior valor energético; os técnicos de metalurgia dedicam-se à cata de novas ligas, capazes de suportar, em melhores condições, os efeitos da erosão provocada pelos gases do rojão e suas elevadas temperaturas; os especialistas em eletrônica estudam e projetam novos sistemas de controle, direção e telemetria.

O "Corpo de Engenheiros de Armamento" espera que a indústria privada possa resolver-lhe êsses problemas e mais alguns outros, já delineados, tais como os giroscópios

necessários, tanques de ligas leves e novas estruturas, que melhorem as atuais condições dos motores e dos sistemas de alimentação.

Mas, se êsse programa de aperfeiçoamento é tão difícil, tecnicamente, e tão caro, por que dedicar-lhe esforços e sacrifícios tão grandes? Principalmente porque os projetis dirigidos supersônicos converter-se-ão, um dia, em armas extremamente importantes, uma vez que:

1º) uma vez lançados, sua grande velocidade os torna invulneráveis a qualquer medida de defesa conhecida;

2º) são armas que não têm, como a aviação, qualquer limitação atmosférica e podem ser empregadas quaisquer que sejam as condições meteorológicas;

3º) levarão cargas úteis de explosivos de alto poder, inclusive atômicas, em quantidades proporcionais aos objetivos que se queira destruir, sem que isso acarrete perigo de vida para homens altamente instruídos.

Existem ainda outros motivos, entre os quais o fato de que a artilharia anti-aérea convencional não está em condições de medir-se, com os modernos bombardeiros de grande velocidade e teto elevado, em idênticas possibilidades de sucesso que os foguetes e projetis dirigidos. Também na batalha terrestre, o uso dos projetis dirigidos, como meio de dar profundidade à ação da artilharia e vencer as limitações das condições atmosféricas desfavoráveis, será de importância fundamental, principalmente no caso em que um inimigo, numericamente superior, recorra à tática dos ataques em massa.

Quando o "Corpo de Engenheiros de Armamento" iniciou êsse programa, em 1943, isto é, dois anos antes que os alemães lançassem suas bombas V sobre a Inglaterra, já se admitia que os projetis dirigidos eram viáveis e que nos encontrávamos no limiar de um campo novo, quase inteiramente inexplorado pela tecnologia dos Estados Unidos.

Começou-se, portanto, um programa de investigações e experimenta-

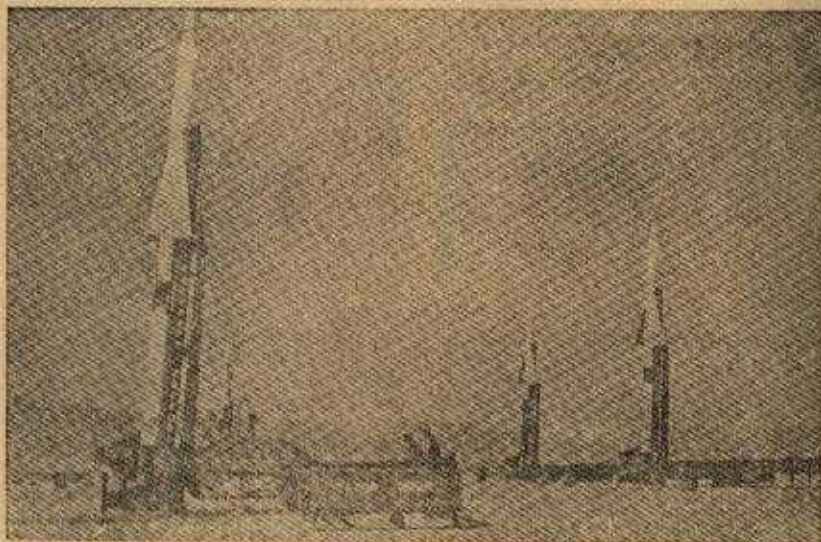
ção cuidadosamente estabelecido, no qual deu-se lugar de destaque à investigação básica, a fim de que se acumulassem os conhecimentos necessários à obtenção do êxito no aperfeiçoamento posterior de projetos dirigidos satisfatórios.

Contratamos vários cientistas civis dos mais categorizados e organizações industriais capacitadas, de modo que os mais notáveis talentos do país participaram de nossos trabalhos. O programa, caminhando passo a passo, progrediu satisfató-

proporciona um completo intercâmbio de informações técnicas entre as corporações técnicas, que não trabalham em sigilo, com relação às demais.

Até onde interessa à Nação este esforço tão dispendioso sobre projetos dirigidos? Em um recente artigo, o então Chefe do Estado-Maior do Exército, General Lawton Collins, dizia:

"Também temos realizado grandes progressos no aperfeiçoamento dos projetos dirigidos para a defesa



Bateria de foguetes norte-americanos "NIKE", em posição de lançamento

riamente. Andávamos, em vez de antiaérea dos Estados Unidos. Recorrer. Era um programa lucrativo, cujos dividendos estão sendo recolhidos agora.

O programa nacional sobre projetos dirigidos abrange os esforços coordenados do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. A fim de evitar um injustificado aumento dos recursos necessários e das equipes de pessoal científico, os programas parciais são submetidos à revisão e fiscalização constantes do Secretário de Defesa, através do Departamento de Investigações e Aperfeiçoamentos do Ministério. Essa coordenação não impede que haja mais de um projeto com objetivos idênticos, mas

recentemente, visitei White Sands e assisti a alguns disparos de nossos projetos "NIKE", contra aviões que procuravam escapar-lhes voando a grandes altitudes e bastante distantes."

"Esses projetos alentam nossas esperanças mais otimistas. Quando forem entregues às nossas unidades, nossa defesa antiaérea será várias vezes mais eficaz."

"Intimamente ligados aos nossos progressos no campo da artilharia atômica estão nossos aperfeiçoamentos no campo dos projetos dirigidos. Tais projetos podem transportar explosivos convencionais ou atômicos.

na independência, com relação às condições atmosféricas é extraordinariamente importante para as operações militares no campo de batalha, e seu grande alcance dá-lhes condições para atingir qualquer posição, em toda a frente de um Corpo Exército. Experiências recentes demonstraram que disporemos desses projetis, em futuro não muito remoto. O aperfeiçoamento do projétil dirigido, particularmente quando combinado com nossas armas atômicas, será um passo gigantesco no caminho da existência de um Exército verdadeiramente moderno, disposto a ser uma formidável defesa do mundo livre."

Além das razões defensivas alegadas,

há outras vantagens para este país nesta investigação em curso. As fronteiras da ciência se estão dilatando. Os estudos realizados como parte do programa de projetis estão criando novas técnicas, de que se beneficiará a indústria, resultando, afinal, em melhores produtos de consumo.

Esse trabalho é demasiado importante para a segurança de nosso país, para que permitamos que se transforme em pura rotina. Estamos realizando excelentes progressos, mas é necessário que o Exército, a Marinha e a Aeronáutica, trabalhando unidos, continuem a receber o apoio constante do povo americano.

FÁBRICA DE BEBIDAS DAMIERI

DE

ROQUE DAMIERI

Especialista em Alcool puro para Perfumarias, Farmácias,
Laboratórios e Hospitais — Alcool, Aguardante e Vinagre

Especialidade em Bebidas Nacionais

VINHOS, VERMUTE, QUINADO, JURUBEBA LICOROSO
E MONARCA DO RIO GRANDE

AGUARDENTE: ROSETA, GENEROSA, MANEIROSA, MARAFA,
SACY, BAGACEIRA DO RIO GRANDE, CANELINHA, COQUINHO
E CONHAQUE DE ALCATRAO

LICORES: ANIZ, FERNET XAROPE, GROSELHA, CAPILÉ, ETC.

RUA SENADOR ALENCAR, 143 — SÃO CRISTÓVÃO

Rio de Janeiro — Brasil — Tel.: 34-3343

OLEODUTOS NA PAZ E NA GUERRA

Artigo do Gen. S.D. STURGIS JR., traduzido da Revista "The Quartermaster", pelo Cap. JESSE TORRES PEREIRA e 1º Ten. MARCELO PINHEIRO PINTO.

Muito se tem falado e debatido sobre o Problema do Petróleo em nosso país, mas, não é a respeito do problema que iremos falar. Trata-se de trazermos aos interessados, o que vimos, observamos e lemos acerca de como foi e está sendo assegurado o abastecimento de petróleo às tropas do Exército Americano.

O suprimento dos produtos de petróleo é da responsabilidade do Serviço de Intendência. Quando da nossa visita ao Forte Lee, tivemos a oportunidade de observar uma instalação destinada aos diversos cursos que ali funcionam. Da exposição feita pelo responsável, ficou esclarecido que o oleoduto é o meio mais eficiente de transporte dos referidos produtos. Cabe ao Serviço de Engenharia a construção e manutenção dos mesmos, ficando a cargo da Intendência o acionamento do sistema de oleodutos e a segurança do suprimento. Desta conjugação de esforços em prol de objetivo comum veio-nos a idéia de escrever estas notas e cometer ao Tenente Marcelo, de Engenharia, o encargo de traduzir da "The Quartermaster Review" o artigo que se segue.

Apresentamos aos companheiros este notável trabalho do Major-General S.D. Sturgis Jr., pois nele observaremos fatos interessantes, principalmente no que se refere à cooperação sempre constante da indústria e seus engenheiros. Que nobre espírito de cooperação entre a Engenharia e a Intendência de um lado e o Exército e a Indústria de outro, se faça sempre presente en-

tre nós, tal como se observa entre os americanos.

O OLEODUTO TRANSPORTA ENERGIA

Os manifestos benéficos prestados à indústria pelos oleodutos e a fascinação de construí-los, enfrentando a exiguidade do tempo e a hostilidade do meio, têm-se revestido, para os engenheiros militares, de uma significação quase épica.

Em qualquer guerra futura, pelos oleodutos militares correrão os produtos de petróleo que possibilitarão às Forças Armadas os seus deslocamentos e manobras. Aprendemos, na Segunda Guerra Mundial, que somente com oleodutos poderemos assegurar o abastecimento de produtos de petróleo às tropas de terra ou de ar nas enormes quantidades requeridas pelos ataques devastadores, pelas rápidas investidas em todos os quadrantes do mundo. Mas as necessidades de petróleo na última guerra foram na verdade, uma simples fração daquelas que prevemos para um outro conflito mundial que venha a envolver-nos. Para uma futura guerra, podemos vislumbrar múltiplos ataques com armas atômicas em todo e qualquer setor de nossa dispersa ordem de batalha atual, desde a linha de frente, e ao longo do eixo de suprimentos até aos centros de produção do país.

Na ofensiva, todo o vasto dispositivo de combate se dispersa, utilizando unidades que velozmente marcham através campo; pela aviação de grande alcance que vasculha os

ares, em um todo que se move, intimamente ligados por meio do petróleo e seus produtos distribuídos através de um sistema tronco de oleodutos e seus ramais.

No campo os oleodutos podem alcançar quase a linha de frente. De fato, sob o ponto de vista da logística militar, os oleodutos são essenciais para o rápido avanço e aprofundamento no Teatro de Operações. Há uma distância além da qual as viaturas e os aviões não podem transportar combustível sem consumir quase que a própria capacidade de transporte.

Quando, ao IIIº Exército do General Patton faltou gasolina, perto de Metz, foi suprido por viaturas, a custo do fantástico consumo de combustível. Sua experiência ressaltou, como regra prática, que as forças de terra não podem deslocar-se para a frente sem ferrovias ou oleodutos que as acompanhem, e oleodutos requerem muito menos mão-de-obra, material e tempo para sua construção que as ferrovias.

Repetidamente, durante a guerra, lançamos oleodutos mesmo sob a ação da artilharia inimiga. Nas guerras essencialmente móveis do futuro, oleodutos nem sempre serão eficientes. O mais importante, entretanto, é planejar a construção de nossos oleodutos militares como elementos integrantes do plano estratégico e logístico, com linhas troncos lançadas para as principais áreas estratégicas, dispostas de modo que as linhas distribuidoras se estendam aos pontos de distribuição na medida das necessidades, com uma preocupação constante na rapidez e facilidade de construção. Os oleodutos são a parte básica de um complexo sistema de suprimento que nós chamamos de eixo de comunicações.

Aprendemos, durante a II Guerra Mundial, que devemos planejá-los para construí-los tão rapidamente quanto as estradas militares. Em guerras futuras não poderemos contar com deslocamentos por rodovias; deslocar-nos-emos em formações dispersas através campo; mas os oleodutos permanecerão indis-

pensáveis e em verdade mais que nunca imprescindíveis.

Em 24 de agosto de 1944, o I Exército Americano, sozinho, consumiu 800 mil galões de gasolina e o I Ex., era apenas um dos cinco exércitos do Teatro de Operações Europeu. Entre o dia D e o dia VE (victory european) os oleodutos transportaram quase todos os 1,7 bilhões de galões de gasolina e óleo Diesel necessários às nossas forças na Europa. Que extraordinária quantidade transportada exclusivamente para o Teatro da Europa, durante o período que se seguiu ao desembarque da Normandia e para uma guerra que as exigências de combustível não eram mais que uma fração das necessidades de hoje! Na II Guerra Mundial, tínhamos maiores reservas de combustível que os nossos inimigos e conseguimos prevalecer-nos desta vantagem, que era ditada não só pela nossa capacidade produtiva mas também, pelas nossas aptidões em transportá-lo.

Nosso primeiro oleoduto militar era uma grosseira improvisação utilizada nas manobras de Carolina em 1914. Logo depois de Pearl Harbor, um pequeno grupo de engenheiros civis e militares sucessivamente deram ao Exército, planos de um tipo padronizado de oleoduto militar. A construção de oleodutos era uma nova atividade para o Corpo de Engenheiros.

Progredindo, por muitos anos em cooperação íntima com a indústria de construção e com os diversos ramos de engenharia, esforçamo-nos para desempenhar nossas responsabilidades civis de tempos de paz e fomos capazes de recrutar e organizar o pessoal necessário a possibilitar-nos cumprir, com sucesso, esta nova missão. Por isso justamente, graças às nossas atividades civis, conseguimos mantê-lo no mesmo nível de muitos outros novos empreendimentos.

Evidentemente, um oleoduto militar difere, no ponto de vista material, os oleodutos comerciais. A tubulação deve ser tão leve que permita ao menos o transporte de cada seção de seis metros, por dois homens, e as seções devem ser uni-

das por juntas flexíveis, de preferência a juntas soldadas. Estas modificações são típicas da aplicação de quaisquer desenvolvimentos técnicos às considerações práticas da logística e dos campos de batalha.

Fomos incumbidos de construir uma linha, no norte da África, antes mesmo de termos testado nossos novos processos ou materiais. A linha que construímos foi, sob vários aspectos, improvisada. Muitos dos tubos foram danificados, no desembarque e pelo rude manuseio, o que também deve ser considerado na guerra quando o tempo, o inimigo e a própria natureza estiverem inexoravelmente voltados contra nós. Não obstante, as 777 milhas que estendemos foram reconhecidas com uma das principais realizações da campanha. Venceu o principal teste: distribuiu os suprimentos debaixo das condições de combate. Desde Marrocos, nosso Exército e nossa Força Aérea lutaram na dependência do alcance dos oleodutos. Na Itália, embora a frente de combate fosse pequena e o terreno montanhoso, construímos mais de 3.000 milhas de oleodutos militares. Na França e na Bélgica, partindo de Cherburg através a Normandia e cruzando a Europa, as redes de oleodutos estenderam-se por um total de 3.600 milhas nunca muito distante dos veículos a que serviam. Enquanto a Wehrmacht sucumbia por falta de petróleo, nossas forças rolavam para a frente pelo óleo e a gasolina bombeados através oleodutos militares. No sudoeste do Pacífico, até alcançarmos as Filipinas, quando novamente os oleodutos nos possibilitaram a executar o plano central de Luzon para capturar e estabelecer Manila como uma das bases de ataque ao Império Japonês. Em outro quadrante do Globo, a famosa e espetacular "Ledo Road" era paralela a um não menos espetacular oleoduto, construído, como a própria estrada, pela Engenharia do Exército.

Que podemos desvendar do futuro? Não é sem razão que estamos construindo agora dois ou três grandes oleodutos de básica signi-

ficação militar. Para suprir nossas tropas na Europa, sempre acautelando-nos contra ataques no Oeste de estrada através da França, de St. Nazaire, na costa do Atlântico, para Metz. Está sendo executado com dólares, por empresa francesa, supervisionada pela Engenharia do Exército Americano. Neste trabalho, o Corpo de Engenheiros encarregou a Charles B. Lester, da Midway Valley Pipeline e Co, e a William G. Kinsolving, da Sun Pipeline Co, de examinarem os planos, materiais e sistemas de trabalho; estima-se que seus serviços economizarão de 3 a 4% de custo da obra calculada em 40 milhões de dólares. Esta linha não apenas suprirá de combustível as nações do Atlântico Norte, no sistema de defesa Europeu. A despeito do que possa acontecer na Europa, acreditamos que este sistema, quando realizado, nos assegurará as necessidades básicas.

A Marinha está construindo 480 milhas de oleodutos para servir as bases militares na Espanha. A construção é realizada por subcontratantes espanhóis associados a contratantes americanos de oleodutos. Ainda outro oleoduto militar está sendo construído no Canadá e no Alasca. Até agora, a principal linha de suprimentos de nossas forças, na área vital do Alasca, forças que montam guarda, na fronteira aérea, através das regiões polares continua a ser a reta do alto mar através do Golfo do Alasca.

Derivados do petróleo, como todos os outros suprimentos, tinham que ser descarregados nos congestionados e totalmente inadequados portos de Seward, Whittier e Anchorage e de lá transportado por uma estrada de ferro de uma só via, para Fairbanks, no Vale do Yukon. Esta acidentada ferrovia é tão vulnerável quanto qualquer outra do continente, cruzando altos viadutos e constantemente ameaçada pela neve, ou desmoronamento. Contudo, uma seção de oleoduto de três polegadas que se estende de Skagway, através de Whitehorse, à região de Fairbanks, auxilia o su-

primento da área, sendo todavia inadequado em capacidade e não preenche os requisitos que são desejáveis. Até às costas de Haines, Alasca, os navios têm uma passagem protegida atrás das ilhas costeiras. Nesta extensão não somente navios petroleiros, mas também barcas, podem operar com relativo destemor de submarinos. O extremo Sul da costa é abundantemente suprido pelo combustível proveniente de Alberta, pelo oleoduto transmontano. Foi decidido lançar-se outro oleoduto no extremo Norte, em Haines, um que nos assegure uma relativa economia e rapidez no transporte do combustível vital para aviões que esquadriham os céus do Ártico e para os homens que voam e mantêm as bases no Vale do Yukon. Este projeto já se encontra em andamento. Os construtores estão lutando por passagens através das mais ásperas regiões do mundo, lançando tubos inteiriços em pântanos, onde, de estação a estação, há variação de temperatura de 700 graus.

A região é selvagem, acidentada e, em alguns lugares, montanhosa. O trabalho continua em todas as estações, mas a maior parte dele é feito durante os meses de inverno, único tempo em que os caminhões e equipamentos podem mover-se através dos pântanos gelados. As soldas são feitas à temperatura de 20 graus abaixo de zero. Quando terminado, o oleoduto Haines-Fairbanks terá 615 milhas de comprimento, com aproximadamente metade de sua extensão no Canadá. Uma companhia canadense está trabalhando em cooperação com duas americanas.

Muitos outros tipos de instalações militares estão sendo realizadas atualmente tal como a cadeia de bases aéreas no estrangeiro, que o Corpo de Engenheiros está construindo para a Força Aérea.

Uma espinha dorsal de instalações está sendo erigida agora, em tempo de paz, se na verdade estamos em tempo de paz, a qual poderemos ampliar numa emergência. Não sabemos onde uma guerra mundial

nos possa atingir, mas sabemos que, se isso acontecer, exigirá um tremendo esforço de construção a uma velocidade sem exemplo. E nossa construção deverá acompanhar a batalha com toda a sua mobilidade, numa escala global, enquanto a guerra continuar. Não deve haver lugar no mundo, por mais distante e inóspito que seja, sem que estejamos prontos para ali atuar com a máxima rapidez.

A exigência de oleodutos, em particular, será acentuada numa guerra nuclear. Estas são algumas das considerações que dizem respeito aos engenheiros do Exército, que se esforçam constantemente para incrementar nosso programa de oleodutos e fazê-lo mais condizente com as exigências que surgirão depois, e que só então serão considerados.

No momento estamos usando tubos de aço especial leve, com juntas "Victaulic" fabricadas com suportes para fácil colocação no campo. Mas continuamos a buscar mais rapidez, maior portabilidade, menor peso e maior simplicidade na construção de oleodutos. Temos experimentado tubos de magnésio de alumínio, de plásticos e mesmo de vidro. Temos tentado instalar tubos flexíveis diretamente de caminhões e mesmo helicópteros. Estamos trabalhando agora em uma turbina de gás pesando somente 250kg que, esperamos, nos possibilita reduzir o peso de nossas estações de bombeamento de 7.500kg para somente 500kg; portanto, bastante leves para o transporte em pequenos aviões. Já temos provado em experiência, um tanque de borracha de 10.000 galões que vem resistindo bem aos testes no Ártico e nos trópicos.

Associados ao problema de transporte do combustível há o seu manuseio nas bases. A Força Aérea exige a construção de sistema de tratamento que lhe forneça o combustível isento de umidade e limpo, numa média de 600 galões por minuto à pressão de 50 libras por polegada quadrada. Nenhum equipamento existia que pudesse satisfazer esses requisitos, devia ser pla-

nejado. O combustível do motor a jato criou novos problemas. Separadores de água que removem 99,65% da água da gasolina de aviação, não se mostraram satisfatórios para o combustível do motor a jato, e a Força Aérea exige um equipamento que trabalhe com ambos os combustíveis. Além disso, o combustível deve ser, agora, entregue nos hangares por meio de um sistema de tubulações subterrâneas, podendo atingir 300 metros de comprimento, com seis saídas de combustível em cada linha. Tais equipamentos ainda não existem. Estamos confiantes em que cedo estaremos em condições de obtê-los. Contudo, com novos progressos, novas exigências nos serão feitas. O engenheiro militar de hoje não descansa.

Em resumo, a respeito dos oleodutos, não temos senão a doutrina. E devemos dar-nos por satisfeitos. Somos obrigados a aperfeiçoá-la constantemente. O Corpo de Engenheiros ainda é um centro de pesquisas; para nossa evolução, confiamos no gênio inventivo e no espírito do progresso e de empreendimento da indústria americana.

São os peritos profissionais da indústria de oleodutos obrigados a assegurar a eficiência da nossa rede interna e auxiliar o Corpo de Engenheiros a manter o óleo e a gasolina fluindo em todas as frentes de combate do mundo, sob quaisquer condições.

Empregaram-se milhares de oficiais e homens para operar e instalar os oleodutos da II Guerra Mundial, e muitos deles vieram da indústria civil de oleodutos. Achamo-nos confiantes de que, em qualquer crise futura, contaremos novamente com a indústria; e aqueles que hoje em dia trabalham nos oleodutos americanos, esforçar-se-ão por assistir-nos em nossos problemas, com perícia e com conhecimentos inextinguíveis, em qualquer recanto do mundo.

Sabemos que ao reunir construtores e engenheiros militares, teremos uma sociedade imbuída de alto espírito de empreendimento que os homens experimentam quando generosamente devotados à causa da resistência e da defesa da Pátria e dos seus lares.

Retificação de eixos só na Mecânica Arpon Ltda.

Reforma parcial ou total de motores para
automóveis, caminhões, etc., com garantia

Secção de Compressores

Telefones: 48-2949 e 48-3809

RUA LINO TEIXEIRA, 176 a 182



ORIENTAÇÃO DE UMA ESCOLA

Cel. MOACIR ARAUJO LOPES

Palavras pronunciadas na cerimônia de encerramento dos Cursos de Oficiais, na EsIE

— “Nunca houve na história do mundo um exército de 1ª classe, sem uma instrução de 1ª classe.”

— O fim essencial do exército em tempo de paz é o preparo da nação para a guerra, sobretudo por intermédio da instrução.

— O valor do oficial está estreitamente ligado ao seu valor como instrutor. Instruir é o seu principal dever, exceto apenas quando combate.

— É do FM 21-6, americano : — O método de ensino utilizado com os 5 Estágios da Instrução é aplicado quer a uma sessão de instrução, quer a todo um conjunto.

— Consideraremos os Cursos, cuja terminação neste momento materializamos, como um conjunto, e faremos dele o 5º Estágio. — Revisão e ou Crítica, dando ênfase, sobretudo, aos pontos importantes da aprendizagem realizada. Aproveitamos, para isto, da motivação resultante da honrosa presença das altas autoridades, entre as quais aquelas a quem esta Organização está subordinada e responsáveis pela Instrução do Exército. Desculpamo-nos da utilização dessa motivação, mas julgamos que assim honraremos,

também, o apoio destas autoridades às atividades da nossa Escola.

— A Escola de Instrução Especializada, nos seus complexos objetivos, é responsável por uma série de especialidades indispensáveis à guerra. Ainda nos ressoam ao ouvido as palavras do Gen Robert Sink, com a objetividade atual do seu grande Exército, após uma visita à Escola : Esta lhe impressionara, em primeiro lugar, pelas suas *elevadas finalidades*.

A este respeito, é lógico concluir que a EsIE é responsável pela unidade de doutrina, no nosso Exército, do emprego de numerosas especializações referentes a Intendência, Burocratas, Guerra Química, Material Bélico, Observadores Aéreos, Saúde, Engenharia e Foto-Informação.

Mercê da valiosa colaboração dos distintos oficiais americanos aqui presentes, ligados cada um, especificamente, a um dos Departamentos da Escola, dispomos, a todo momento, dos mais modernos Manuais de Campanha e Técnicos americanos e dos meios auxiliares correspondentes.

— Para aqui viestes, oficiais alunos que terminam os Cursos, de múltiplas Organizações militares, aprender a Combater e a Instruir em diferentes especializações : Guerra Química, Foto-Informação, Equipamento Mecânico, Purificação d'Água, Observadores Aéreos e Material Bé-

lico. Fostes submetidos a um regime sério de trabalho, de 7 horas diárias, destacando-se, na distribuição destas horas, aquelas destinadas aos trabalhos práticos, às demonstrações e às visitas a Estabelecimentos e Organizações militares e civis diversas. Dou importância à realização destas visitas, no Rio, São Paulo e Juiz de Fora, trabalhos e dispendiosas, mas absolutamente necessárias.

Estais em condições de, neste momento, ajuizar da importância dada, no conjunto do curso, aos princípios da aprendizagem: *Ação e Realismo*, fundamentais para o ensino nesta Escola.

É de uma conferência do 2º Seminário do Ensino do Exército, divulgando expressões de pedagogos conceituados:

São de três categorias os objetivos da escola nova:

“1ª categoria — Automatismos (hábitos, destrezas e habilidades).

2ª categoria — Informações e conhecimentos.

Estes foram sempre considerados na escola tradicional e surgem na constituição dos currículos, na organização dos programas das matérias e no planejamento dos processos de ensino.

3ª categoria — Ideais, atitudes, interesses e preferências (condicionam a conduta humana e determinam o ajustamento do indivíduo às suas condições de vida social e profissional).

Estes objetivos foram considerados há pouco tempo, apesar da pedagogia moderna atribuir-lhes importância capital. Consequentemente, devem ter prioridade, porque são eles que integram as demais categorias, dando-lhes um sentido e valor funcional.”

Ouso afirmar ter profunda base filosófica a fixação desta 3ª categoria de objetivos e da sua impor-

tância básica, pois que em parte relacionada com a Essência da criação humana, enquanto as 1ª e 2ª categorias estão ligadas à sua Existência. (Pitágoras, Sócrates, Platão, filósofos orientais, neo-platônicos, Spinoza, Kant, Bergson — *no-nistas* —, etc., etc.).

As IPP EsIE fixam estes mesmos encargos, embora apresentando-os com menos precisão e sem o realce que exigem, dando margem a que sejam tomados como de segunda importância, quando dizem em seu art. 6º: “O ensino visará também ao aperfeiçoamento moral, profissional, disciplinar, social e físico, não só dos alunos como do pessoal permanente da Escola”.

Para cumprir tais objetivos, em última análise, é imprescindível que esta Organização apresente, no conjunto das suas atividades, um ambiente, u’a moldura, um quadro que permita a orientação (no caso da formação) ou a manutenção e aperfeiçoamento (no caso do aperfeiçoamento) dos ideais e interesses dos instruendos às características perfeitas e portanto nobres da profissão militar, ou seja o ajustamento daqueles ideais às características do nosso grupo social.

Dou realce, dou ênfase, à necessidade de obtenção destes objetivos, sem o que as demais finalidades da aprendizagem serão fixadas em fundo falso e cairão no vazio, no todo ou em parte.

Estávamos em meio dos nossos trabalhos, neste sentido, quando recebemos o novo FM 21-6, americano “Técnica da Instrução Militar”. E nele encontramos, como uma evolução notável, a materialização daquela categoria de objetivos, no referente à responsabilidade do instrutor, quando enumera entre os Princípios da Aprendizagem, o da *Apreciação*: “A aprendizagem só está completa quando o instruendo adquiriu atitudes, capacidade de julgamento, interesses, ideais e hábitos de conduta que lhe permitam aplicar corretamente os ensinamentos ministrados”. Está no “Memento do Instrutor”, hoje distribuído, baseado naquele Manual:

— “Os instruendos aprendem muita coisa, além de habilidades e conhecimentos” :

- 1 — Ensino ao soldado — não apenas o assunto ;
- 2 — Dê um bom exemplo ;
- 3 — Incute a agressividade, a combatividade, caráter e atitudes.

Já podeis apreciar, e o fareis melhor à medida que o tempo vos der perspectiva, os processos utilizados pela Escola para a obtenção daquele quadro, daquela moldura e daquele ambiente de base e que são :

- *Exemplo dos quadros* : Comando, Administração e Instrutores.
- Respeito ao ritual militar em todos os seus detalhes.
- Capricho na apresentação individual e coletiva.
- Ordem e higiene nas instalações.
- Seriedade no emprêgo dos meios em dinheiro, material e serviço.
- *Disciplina* — Realizada, à vossa vista, nas formaturas matinais — Utilizando os elogios e as recompensas — Orientando e educando, com respeito à dignidade humana, preconizado nosso C 22-10 “Princípios de Chefia”, ao fixar que a chefia persuasiva é a única nêle considerada e, digo eu, digna do Exército de uma nação democrática. Finalmente, punindo, se necessário, como última e indispensável medida. Nesta aplicação da disciplina, implantamos *segurança* para os elementos dignos e cumprimos o prescrito em o nosso Regulamento disciplinar (§ 1º, do artigo 15 : “só se torna necessária e eficaz a punição, quando dela advem benefício ao punido, pela sua reeducação ou à classe a que pertence, pelo fortalecimento da disciplina e da justiça”).
- Os numerosos processos empregados para elevar o estado

mental e emocional do indivíduo (Moral) e o estado mental e emocional da Organização (Espírito de Corpo), dando, neste sentido especial valor ao *trabalho de equipe*.

- Finalmente, os processos utilizados para preparar-vos como Instrutor (Curso de Aperfeiçoamento de Instrutores e exemplos dos Instrutores da Escola) e como Chefes (palestras diárias do vosso Comandante nas Formaturas gerais da manhã e, especificamente, palestras sobre *chefia*, baseadas na pequena joia que é o C 22-10, além do Exemplo, fundamental, dos vossos chefes na Escola).

Certo, não conseguimos, apesar do nosso esforço, resultados próximos da perfeição. Mas haveis de reconhecer o nosso empenho e lealdade para atingirmos esse objetivo. Solicitamo-vos, na pesquisa que estamos realizando, a vossa colaboração, especificamente, neste sentido.

Ao preparar-vos para as missões de Instrutor e de Chefes (líderes), desejo dar importância aos pontos :

1º. *Dignificação do papel do instrutor* — no aspecto moral e no aspecto científico, para o desempenho da completa missão. Sempre agindo sobre messas de brasileiros, na paz e na guerra. Na Escola, procuramos dar relevo ao nosso uniforme de instrução — nenhum será mais digno e mais representativo da função do oficial.

2º. *Trabalho de equipe* — imprescindível às realizações coletivas, sobretudo às magnas, com as organizações e ações militares.

— Expuzemo-vos as dificuldades da nossa gente para esse trabalho. Comentamos, longamente, o princípio de chefia “*Conseguir dos subordinados o trabalho de equipe*”. Expuzemo-vos a expressão de uma autoridade em relações humanas : “A capacidade de chefia pode ser medida na habilidade em conseguir

que os indivíduos procurem atingir altos padrões e se superem em benefício da equipe". E um largo passo a dar sobre o estímulo ao indivíduo, para benefício próprio, processo às vezes necessário, mas que poderá provocar um endeusamento do egocentrismo, com conseqüentes traços de deslealdade, prejudicial ao trabalho de equipe. De qualquer modo, expuzemo-vos o problema, fascinante...

3º. Finalmente, a necessidade permanente de auto aperfeiçoamento dos chefes, por intermédio da auto-crítica às suas qualidades de chefia. Só este desejo de aperfeiçoamento materializará o respeito à nossa função social, aos sagrados interesses coletivos, de nossa responsabilidade.

— Agradeço muito sinceramente o vosso interesse pelas atividades dos Cursos que terminastes. A Es I E vos deseja bom êxito no emprego das ferramentas que aqui forjastes, com o vosso esforço.

— Agradeço, ainda, a segura orientação e o valioso apoio recebidos

do Centro de Aperfeiçoamento e Especialização do Realengo, pelo seu digno Diretor e pela sua eficiente equipe de oficiais.

— Deixo para agradecer em outra oportunidade a valiosa colaboração dos oficiais, sargentos e praças que constituem a Equipe de Trabalho da Es I E no corrente ano. Neste momento, focalizo, apenas, o alto Padrão atingido pelos Instrutores e Monitores desta Escola e agradeço-lhes o esforço realizado.

— A Es I E expressa os seus agradecimentos às altas autoridades e visitantes que honraram com a sua presença, esta solenidade.

— Repetirei, neste momento de encerramento de Cursos de oficiais, a marcante expressão, inicialmente citada:

"Nunca houve na história do mundo um exército de alta eficiência, sem uma instrução de alta eficiência."

Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A.

Agência de Rio de Janeiro

RUA VISCONDE DE INHAÚMA, 134-C — CAIXA POSTAL, 1239

END. TEL. "RIOINCO"

Telefone: 23-5928 — (Rêde Interna)

Gerência: 43-1112 — Diretoria: 23-0556

RIO DE JANEIRO

ABRA UMA CONTA NO "INCO" E PAGUE COM CHEQUE

(N. 6)

OPERAÇÕES FUMIGENAS COM FINALIDADES PACÍFICAS

Cap. DIÓGENES VIEIRA SILVA,
Cmt da Cia Es G Q

Tivemos a rara oportunidade de tomar parte em uma operação fumígena que se revestiu de um aspecto bem característico, e que, acreditamos, tenha sido executada pela primeira vez na América do Sul. Destinou-se ela a estudar o efeito da turvação atmosférica, por meio de fumígenos, sobre a ação da geada nos cafézais, tendo sido denominada pela imprensa diária de "Operação Geada". Ainda é cedo para falarmos a respeito dos seus resultados, pois, acreditamos, muito ainda tem de ser feito. Atendendo, porém, ao pedido que nos foi enviado pela direção de "A Defesa Nacional", resolvemos aproveitar suas páginas para, em linhas gerais, relatar algo a respeito do que foi tal operação.

SURGE A IDEIA

Quando, em setembro do ano passado, recebemos o número de julho-agosto 1955 da "Armed Forces Chemical Journal", não poderíamos supor que, menos de um ano após, iríamos viver a mesma experiência nêle descrita e que foi por nós lida com curiosidade, por se tratar de algo para nós inédito, no que se relacionava com o emprego de fumígenos. Esse artigo ("Smoke Troops get emergency training fighting jack frost in Utah orchards") descrevia a chamada "Operation Smoke Stack", levada a efeito em 15-16 de maio de 1955 pelo Coronel Donald D. Bodé, comandante do "Dugway

Proving Ground", organização do Corpo Químico do Exército norte-americano, localizada em Dugway, Estado de Utah. Em princípios de junho, a Escola de Instrução Especializada recebeu a visita de um dos membros da "Comissão de Estudos para a Defesa Contra as Geadas", o Dr. Reinaldo Spitzner, o qual, preocupado com o problema de turvação da atmosfera, lera em um dos jornais do Rio a notícia de demonstrações feitas, em Gericinó, pela Escola, e em que as fotografias ilustrativas da reportagem, mostravam um Gerador de Fumaça Besler, em funcionamento. Desejava êle ver um dos geradores em funcionamento e, tendo seu desejo satisfeito, demonstrou vontade de obter a colaboração dos mesmos nas experiências que seriam levadas a efeito no Paraná pela Comissão. A idéia foi aceita, em princípio, pelo Comandante da Escola, Cel. Omar Emir Chaves, sendo que, para essa colaboração se tornar efetiva, dependeria apenas de ordem ministerial. Por nosso lado, vislumbramos a oportunidade de executarmos com a Cia Es GQ uma verdadeira manobra de coroação de ano de instrução, em que seus elementos teriam oportunidade de manejar geradores em condições as mais variadas e durante um tempo praticamente proibitivo em situação normal pelo elevado consumo de material que exigiria. Finalmente, depois de várias demarches do Presidente da Comissão, Dr. Cecílio Fer-

reira Guarita, que viera ao Rio para tratar de obter a colaboração do Exército, o Ministro da Guerra assinou a Portaria n. 1.106, de 23-VI-956, publicada no "Diário Oficial" de 4-VII-956 (pág. 1471, do Bol Ex n. 27, de 7 de julho de 1956), em que determinou a colaboração do Exército "com o Governo do Estado do Paraná, dentro do plano de estudos para a defesa contra as geadas", aprovando o plano inicial para essa colaboração que lhe havia sido apresentado pelo Cel Cmt da Escola de Instrução Especializada.

O PROBLEMA A ENFRENTAR

Sem pretendermos descer a detalhes técnicos a respeito das geadas e dos seus efeitos sobre os cafezais, tentaremos, no entanto, dar uma ligeira idéia do problema que se nos deparava, e da razão pela qual o lançamento de cortinas fumígenas poderia satisfazer às exigências da Comissão. São várias as maneiras e razões pelas quais pode se produzir a geada. Nos climas frios ou de temperaturas moderadas, ocorre o fenômeno da geada pelo deslocamento de grandes massas de ar frio das regiões frias vizinhas. Trata-se de uma grande massa de ar frio que invade a região, motivando um abaixamento generalizado de temperatura, às vezes a vários graus abaixo de zero. São geadas difíceis de combater ou evitar, mas que felizmente não são encontradas na zona cafeeira do Brasil, e que não constituam o inimigo com os quais iríamos medir forças. As geadas que causam prejuízos à lavoura cafeeira, são geadas que surgem excepcionalmente em regiões onde, normalmente, o termômetro não costuma descer abaixo de zero graus. No caso em estudo, a geada ocorre geralmente depois da passagem de u'a massa de ar frio, geralmente durante a noite sem vento, céu limpo, e com alta pressão atmosférica. Nesses casos, o ar quente existente sobre a superfície da terra sobe, cedendo lugar ao ar frio que desce, às vezes com bastante rapidez, fazendo com que a temperatura do ar próxima ao solo, e mesmo do próprio solo,

atinga a muitos graus abaixo da temperatura das massas de ar colocadas na parte superior dessa camada atmosférica. Como tivemos oportunidade de verificar pessoalmente na pequena geada da madrugada do dia 7 de julho do corrente ano, em Londrina, a mudança de temperatura é bastante brusca. Na noite do dia 6 o termômetro começou a baixar de forma acentuada, e, de madrugada havia geado nas baixadas. Já na madrugada do dia 8, em que a Companhia ocupou posição na zona de experiências, às três horas da madrugada, quando a temperatura nas baixadas já atingia dois graus abaixo de zero, ventos que repentinamente surgiram, impediram a formação da geada, pela mistura das massas de ar, e consequente elevação geral de temperatura.

Eis porque encontramos a opinião generalizada de que essas geadas ocorrem quando a noite se apresenta sem vento, com acentuada queda de temperatura e céu sem nuvens.

Ainda segundo as opiniões dos técnicos, e dados colhidos em literatura sobre o assunto, a geada pode matar o cafeeiro por dois processos:

- 1, com a ocorrência de temperaturas muito baixas, a seiva das plantas também se congela, transformando-se em pequenos cristais de gelo. Os sais encontrados na seiva, cristalizando-se, obstruem as canaletas por onde essa seiva corre, provocando a destruição mecânica da planta. Normalmente isso ocorre em temperaturas muito baixas, ainda inferiores a dois graus abaixo de zero, e que de modo geral não ocorrem na região cafeeira.

- 2, em temperaturas baixas, suficientes para a ocorrência da geada, porém, não tão baixas que possam causar o congelamento da seiva, há o perigo do brusco degelo. Esse efeito é conhecido como o da "queima pelo sol". Em condições de baixas temperaturas, as células da planta perdem parte de sua água que vai formar gelo nos espaços inter-celulares. O degelo lento permitirá a recuperação dessa água

pelo tecido celular, porém, o degelo rápido, que se processa antes que essa água possa ser absorvida, faz com que ela se evapore, secando as células, e ocasionando a morte das plantas. Esse fenômeno é o mais comum nas geadas de nossa zona cafeeira e foi o responsável pelos desastres de 1953 e 1955, que tantos prejuízos causaram à nossa economia.

A PROTEÇÃO

À vista dos dois tipos de danos causados pela geada, evidentemente, duas tentativas teriam de ser feitas, cada uma delas visando combater os efeitos da geada em seu aspecto mais característico.

Assim, para a proteção, duas soluções se apresentaram:

1. provocar o aumento de temperatura, de modo que a massa de ar próxima à superfície da terra, não chegue a zero graus.

2. evitar a incidência direta dos raios solares sobre as plantas cobertas pela geada, de modo que o degelo se faça lentamente.

Quanto à primeira solução havia apenas uma vaga idéia de que talvez a nuvem fumígena evitasse a queda de temperatura, servindo como uma camada que evitasse a irradiação do calor acumulado na superfície da terra. Quanto à segunda solução, as esperanças eram maiores, pois o problema se assemelhava ao problema militar do ocultamento das instalações militares da observação inimiga. No caso militar, devemos interceptar os raios visuais, opondo aos mesmos uma barreira interceptadora. No caso do café, o problema seria interceptar raios solares. No caso do Coronel Bodé, cuja descrição ligeira conhecíamos, devia ter sido tentada a elevação da temperatura, pois sua tropa havia lançado fumaça de duas horas da madrugada do dia 16 de maio, até às 06.30. Quanto à segunda solução, tínhamos informações de que era processo usual na Europa, principalmente Alemanha, na proteção das plantações contra os efeitos das geadas da primavera.

Mas os técnicos civis da Comissão, estudariam o problema e chegariam

posteriormente às suas conclusões. Nossa missão era colaborar com eles no lançamento dos fumígenos onde e quando eles julgassem conveniente para suas experiências e estudos.

AS EXPERIÊNCIAS

Ainda na fase do reconhecimento, antes do deslocamento da Companhia para Londrina, ao chegarmos a Curitiba para os contactos iniciais com as autoridades estaduais, fomos cientificados de que existiam dois geradores de fumaça Besler no Depósito de Material Bélico da 5ª RM. Esses geradores foram colocados à disposição da Cia, e, tendo o Escalão de Reconhecimento chegado em Curitiba a 27 de junho, já a 28 eram executados os primeiros testes nos geradores, e no dia 29 pela manhã era feita a primeira experiência, apenas com esses dois geradores, com a finalidade de verificar a área de cobertura dos mesmos, volume de fumaça produzido, dispersão dessa fumaça, e, principalmente, pela colocação de termógrafos no interior e no exterior da área coberta pela fumaça, constatar a existência de aumento de temperatura na camada de ar sujeita à fumaça. De início, com os dois geradores parados nas posições previamente escolhidas, a fumaça apresentava a tendência de subir em coluna, horizontalizando-se a mais de vinte metros de altura. O tempo não permitia a verificação da área sombreada pela interceptação dos raios solares pela cortina fumígena, pois o dia amanhecia parcialmente encoberto. Depois os geradores em funcionamento, depois de ligeira interrupção, aí já não mais com os caminhões parados, porém, movimentando-se na estrada próxima ao local escolhido, pudemos verificar a cobertura de uma extensa área, com uma nuvem fumígena, pouco espessa, mais parecendo uma tênue neblina. A distância, era facilmente identificável, por se distinguir do ar em que se movia. Quando, porém, entrávamos nessa neblina, quase não a percebíamos à vista. Sentíamos que nela tínhamos penetrado, pelo característico cheiro de

óleo que era sentido. O que mais animou os cafeicultores, membros da Comissão e técnicos outros ali presentes, porém, foi a verificação dos termógrafos, após a experiência. Os termógrafos cobertos pela fumaça acusavam uma diferença para mais de 1 grau, com relação aos que permaneceram no exterior da região coberta. O resultado obteve aumentou as esperanças de todos.

Posteriormente, com a chegada da Companhia a Londrina, no dia 4 de julho, novas experiências foram programadas. Já no dia 6, foi executada a cobertura dos vales do Coati e do Lindóia. Procurava-se com ela, determinar a possibilidade de cobertura com a utilização de dez geradores, bem como verificar o comportamento da fumaça. Vários postos de observação foram instalados, além de postos de medição de temperaturas, bem como um helicóptero que, sobrevoando a região, permitia a delimitação da área coberta pela fumaça. Os geradores tendo iniciado o funcionamento às 06.30, já às 07.00 havia uma área coberta de aproximadamente 24 km². A essa hora, porém, já se observava que os geradores colocados nas posições a nordeste do vale do Coati estavam sendo atingidos por ventos norte, de modo que a fumaça dos mesmos se dirigia para a parte leste de Londrina. Essa nuvem fumígena contornou a cidade, atingindo posteriormente o aeroporto, interditando-o durante 35 minutos. Mais tarde também a cidade foi invadida por parte da cobertura fumígena, já em forma mais tênue, de modo que seu reconhecimento se fazia mais pelo característico cheiro de óleo. Às 08.15, a área coberta já era da ordem de 50 km², e aproximadamente a essa hora foi determinado o desligamento dos geradores. O interessante é que a experiência coincidiu com a chegada na região de Londrina de uma frente fria acompanhada de nevoeiro. Distinguia-se muito bem, até o término da experiência, a área atingida pela cobertura daquela que estava sendo atingida pelo nevoeiro. Mas, às 09.00, quando a coluna da Companhia se deslocava do local de cober-

tura para a cidade, foi surpreendida por forte chuva. O Exército levou a culpa pela chuva inesperada. O interessante de se ressaltar a esse respeito, é que os estudiosos do problema terão aí um campo para investigações. Quando as condições atmosféricas se apresentarem propícias às precipitações, o lançamento na atmosfera de tão grande volume de fumaça poderá acelerar a queda da chuva? Já em 1953 quando tomamos parte na cobertura fumígena do Bairro de Botafogo, executada à tarde, forte chuva desabou sobre o Rio de Janeiro à noite, e também nessa ocasião, surgiram vários comentários, principalmente por parte de elementos populares que atribuíam a chuva às experiências feitas pelo Exército. No Paraná não foi essa a única experiência que terminou com chuvas, tendo sido iniciada com tempo bom. Enfim, são observações que não permitem conclusões, servindo mais para campo de investigações futuras.

No dia 7, ainda de julho, como já referimos anteriormente, ligeira geada atingiu a região de Londrina, nas partes baixas, e rapidamente nos preparamos para ocupar posições, às três horas da madrugada do domingo, dia 8, nas cabeceiras dos Córregos Cascatinha e Mimoso, locais sujeitos à ocorrência de temperaturas muito baixas, e com plantações de café. Seria uma oportunidade de obter resultados positivos. No entanto, apesar de terem sido observadas temperaturas de dois graus abaixo de zero, como dissemos já atrás, e verificada também a formação de geadas na baixada, a repentina movimentação do ar, fez com que a temperatura se elevasse para 1º,8, não ocorrendo geadas.

Nos dias que se seguiram, a temperatura apresentou tendências para se elevar, de modo que começou a preocupar a todos nós, a possibilidade da não ocorrência de geadas na região de Londrina, com a perda da realização de experiências conclusivas. Daí ter ficado decidido o deslocamento de um dos pelotões da Companhia para Palmas, no sul do Estado, para ir ao encontro da

geada. Outro pelotão se deslocaria para Nova Fátima, onde poderia executar experiências nos cafezais da região, caso houvesse geadas. O pelotão restante seguiu para Paranaval, de onde regressaria a Londrina executando em tôdas as cidades do trajeto, demonstrações do funcionamento dos geradores, para atender aos pedidos das prefeituras e dos cafeicultores locais. Final-

dente de Cavalaria, onde se achavam instalados o pelotão da Companhia e os engenheiros químicos, componentes da Comissão. Às 23,00 horas do dia 26 a temperatura já estava próxima dos zero graus, de modo que os geradores foram colocados em posição, para cobrir parte do vale, sendo que foram instalados termômetros, uns na região a ser coberta pela fumaça, e outros,



Uma vista do bairro Shangri-lá, em Londrina. Na parte superior o vale do Ribeirão Coati, e além do espigão, se acha o vale do Ribeirão Lindóia. A esquerda, a meia altura da fotografia, nota-se a caixa d'água que serviu de Posto de Observação e Comando da experiência.

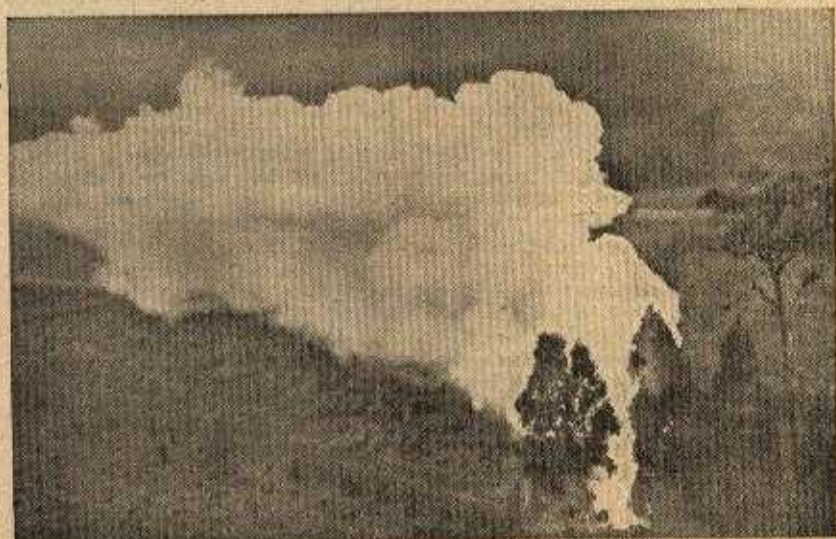
mente, em Londrina, permaneceram dois geradores para atender à necessidade de qualquer experiência que se fizesse precisa.

Felizmente para os nossos trabalhos, apesar da greve da aviação ter retardado por alguns dias, não apenas o reconhecimento em Palmas, como também o próprio deslocamento do pessoal, os esforços foram coroados de pleno êxito, segundo a opinião dos técnicos da Comissão. No dia 26 de julho a temperatura apresentou uma sensível tendência à baixa. Já havia sido escolhido um local para as experiências, um vale localizado nos próprios terrenos do 2º Esquadrão Indepen-

em idênticas condições, a iguais alturas, etc., porém, em região que não ficaria coberta pela fumaça. Acendidos os geradores quando a temperatura era quase de 0º, aquele colocado no espigão que limitava o vale, sendo influenciado por uma ligeira brisa, começou a produzir fumaça que se elevava inicialmente a uma altura de, aproximadamente, 15 metros, espalhando-se então horizontalmente, e formando um teto espesso. O outro, instalado no fundo do vale desprendia uma fumaça espessa que se espalhou, colada ao solo, cobrindo todo o vale dentro de pouco tempo. Verificou-se que os termômetros localizados na região

coberta pela fumaça descenderam apenas até a temperatura de dois graus abaixo de zero, enquanto os situados em locais não atingidos pela cobertura, chegaram a sete graus abaixo de zero. Como esses elementos se mantivessem constantes, às 03,00 horas da manhã do dia 27 foi suspensa a experiência, considerando o Dr. Reinaldo Spitzner, membro da Comissão que a acompanhava, que os resultados tinham superado as expectativas mais otimistas. Para essa mesma madrugada

um ano de idade. Caso as mudas não resistissem, nenhuma conclusão teria sido obtida, pois a resistência apresentada pelas mesmas seria muito pequena comparada com a dos cafeeiros. Assim mesmo, teve início a experiência. As mudas foram divididas em dois lotes, sendo que um deles, o lote controle, não seria protegido pela fumaça. Tão logo foram colocadas no chão, ficaram cobertas de geada, notando-se nitidamente os pequenos cristais de gelo que cobriam suas folhas. As



No início do funcionamento dos geradores, nota-se a fumaça de um deles subindo algumas dezenas de metros para então se horizontalizar, dando início à cobertura. Exercício do dia 6-VII-956.

foi programada segunda experiência, para que se aproveitasse o frio intenso que estava fazendo.

A Comissão havia transportado para Palmas algumas centenas de mudas de café, aproximadamente de um ano, para submetê-las à geada, e em seguida, parte a um degelo rápido, sem proteção fumígena, e parte a um degelo lento, sob a proteção da fumaça. Já aí um problema seríssimo se apresentara. Se as mudas resistissem, a conclusão seria positiva, pois qualquer cafeeiro apresentaria melhores condições de resistência do que simples mudas de

03,30 foram novamente acesos os geradores para lançamento da cobertura fumígena destinada a proteger aquele café geado (a uma temperatura de 4°C) dos efeitos da incidência direta dos raios solares. Pouco tempo depois do nascer do sol, alguns minutos antes das 07,00 horas, já a geada havia se derretido, e foi suspenso o funcionamento dos geradores. Constatou-se que as mudas não protegidas pela fumaça morreram, sendo que as protegidas do degelo rápido, pela cobertura fumígena, resistiram satisfatoriamente.

Essas conclusões, muito além de



PLANO DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA

RAUL PREBISCH

Diretor Executivo da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Este documento realiza uma análise detida dos vários setores da economia argentina e ao leitor brasileiro impressiona o fato de condições geográficas tão diferentes como as apresentadas pelo Brasil e pela República vizinha possam dar lugar a problemas econômicos extremamente afins. Não somente a similitude dos problemas importa, porém, registrar a lucidez da análise, todo o corpo das medidas sugeridas pelo eminente economista de molde a despertar um interesse especial no público brasileiro.

1 — A Argentina passou por uma crise aguda de desenvolvimento. O produto *per capita* do país muito pouco cresceu nos últimos dez anos. Torna-se indispensável aumentar rapidamente a produção: fazê-la crescer de 10% ao fim de um ano e preparar as condições favoráveis que possibilitem um aumento do produto total de 20% ao cabo de dois ou três anos.

A crise econômica do país deu origem a sério problema social. O governo deverá fazer o possível para mitigar suas consequências sobre os grupos de rendimentos baixos dentro da coletividade, fazendo com que os que auferem rendas abastadas e mais altas incorram com

a parte maior dos sacrifícios. A solução fundamental deste problema é, porém, o aumento da produção.

Aumentar a produção e distribuir equitativamente estes sacrifícios, eis os objetivos deste plano econômico.

2 — Força é oferecer incentivos para que a atividade privada produza mais e melhor. A inflação contribuiu poderosamente para a destruição destes incentivos. O funesto propósito de reprimir suas consequências mediante um tipo de câmbio artificialmente baixo suprimiu o estímulo à produção agropecuária, conduzindo-a a grave prostração. Para aumentar os preços dos produtos agropecuários foi inevitável reconhecer a desvalorização

realizada na moeda, conferindo à unidade monetária um valor compatível com a realidade. As regiões agrícolas argentinas já estão sentindo os efeitos benéficos desta medida.

A inflação também deformou o sistema de incentivos na produção industrial. O aumento dos lucros industriais através a emissão de dinheiro não os induziu a produzir a custos mais baixos. E, ao traduzir-se em aumentos maciços de ordenados e salários, a inflação debilitou, por esta mesma razão, o incentivo dos trabalhadores a conseguir melhores remunerações mediante o aumento da produtividade.

Portanto, o restabelecimento de uma moeda sã, de um instrumento estável para medir os valores é, pois, de decisiva importância para possibilitar o crescimento da produção, conjuntamente com outras medidas que restabeleçam a fluidez e eficiência do mecanismo econômico.

3 — O ajustamento da moeda argentina à realidade e o conseqüente estímulo à produção agropecuária tem um custo inevitável: a elevação dos preços dos artigos importados e sua incidência sobre o custo da vida. O governo procurará atenuar, dentro do possível, os efeitos desfavoráveis deste fato, mediante aumento dos ordenados e salários. Para que estes reajustamentos não tenham caráter inflacionário, para que não se repita a experiência desastrosa dos últimos dez anos, é essencial que tais aumentos de ordenados e salários sejam em parte reabsorvidos pela compressão razoável dos lucros dos empresários e, em parte, pelo aumento da produtividade.

Os lucros dos empresários serão naturalmente recuperados com o crescimento da produção; legítimo é que assim seja, para não desalentar a iniciativa privada, essencial à reconstrução do país. Esta contribuição para o soerguimento econômico deverá realizar-se paralelamente ao esforço dos técnicos, operários e empregados na conquista de melhoras substanciais de produtividade.

4 — O aumento da produção agropecuária provocará, como conseqüência imediata, a expansão das exportações de cereais e de carnes; ao mesmo tempo o estímulo do câmbio livre impulsionará as exportações de produtos industriais e de minérios.

Com maiores exportações, teremos mais divisas para adquirir matérias-primas, aliviando progressivamente a escassez que atualmente oprime a indústria; haverá também divisas para importar bens de capital.

5 — Este processo necessita de algum tempo e, neste intervalo, é indispensável satisfazer as necessidades prementes de maquinarias e equipamentos que, para os próximos três anos, montam a um total de um bilhão e duzentos milhões de dólares; se acrescentarmos os compromissos inadiáveis de pagamento a curto prazo que pesam sobre o país, as necessidades montam a dois bilhões de dólares. Como as exportações anuais, na atualidade, atingem apenas a cerca de um bilhão de dólares não é prudente pensar em outra possibilidade de financiamento que o crédito externo; do contrário, condenar-se-ia o país a uma forte redução no seu nível de vida.

6 — Além dos empréstimos externos, poderá o país obter os recursos da inversão privada estrangeira e o retorno de vultosos fundos argentinos no exterior.

A atração destes capitais será tanto mais efetiva quanto mais rapidamente se restabeleça a moeda sã. Não há melhor índice de confiança interna e internacional que a aptidão de um país para manejar judiciosamente este instrumento de medição dos valores.

Convém estabelecer cuidadosamente os campos para onde se deva dirigir preferentemente o investimento estrangeiro a fim de não desalentar a iniciativa nacional; pelo contrário, esta deverá contar com o acesso fácil às fontes internacionais de crédito e de técnica.

7 — Conjuntamente ao crescimento das exportações, dever-se-á levar a cabo uma política ativa de

substituição de importações em tudo aquilo que seja economicamente realizável, especialmente no plano industrial; lograremos assim uma rápida melhora do balanço de pagamentos e reduziremos a vulnerabilidade econômica externa do país, que chegou a um ponto máximo com os desacertos da política econômica do último decênio.

8 — Com uma moeda sadia, maior produção e mais alta renda *per capita*, haverá melhores possibilidades de obter economias nacionais e, com o crescimento das economias, conseguiremos um duplo objetivo; de um lado, recuperar aquele magnífico instrumento que era a cédula hipotecária e dar assim forte impulso à casa popular, sem prejuízos de outras medidas imediatas; por outro lado, economias nacionais em maior volume adicionadas à melhora do balanço de pagamentos permitir-nos-ão comprar no exterior os bens de capital que ainda não é possível fabricar no país e que não podem ser importados por falta de divisas. Quanto mais economizarmos, quanto melhor se tornar o balanço de pagamentos, menor será nossa necessidade de empréstimos e inversões estrangeiras.

9 — Deve porém o país tomar medidas para ganhar novamente o vigor, a força de crescimento compatível com sua reconhecida potencialidade. Seus males são graves falhas funcionais de um organismo robusto. O país abusou perigosamente de sua vitalidade e agora sofre as consequências. É indispensável que a nação reconheça francamente este fato e admita a necessidade ineludível de severos remédios.

Todos os grupos sociais devem ser solidários neste esforço. Têm a cumprir u'a missão de grande importância para o país: os produtores agropecuários devem aumentar os saldos exportáveis para obtenção das divisas necessárias à aquisição no exterior, das matérias-primas, combustíveis, medicamentos e equipamentos industriais de que precisamos; os industriais e empresários devem aceitar uma redução de seus lucros e reformar a organiza-

ção das empresas para obter maior produtividade enquanto chega o momento de poder melhorar os equipamentos; os operários e empregados, dar todo o esforço para realizar um incremento produtivo, base essencial das melhorias econômicas a que legitimamente aspiram.

Coube a este governo a ingrata e dura tarefa de dizer a verdade sem reticências e aplicar estes remédios. Espera o apoio patriótico de toda a Nação para conjurar o desastre. Se o faz com consciência clara e determinação firme, poderemos encerrar com otimismo a recuperação da economia argentina.

I

PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

O incentivo de melhores preços foi apenas uma medida imediata de assistência à produção agropecuária argentina. Deverá ser acompanhada de outras que aumentem rapidamente o rendimento da terra e poupem a mão-de-obra. Tudo isto sem prejuízo de um programa de desenvolvimento agropecuário de amplo alcance que apresentaremos mais adiante. As tais medidas primeiras de assistência juntam-se as seguintes, a fim de consolidar o que já foi realizado e continuar estimulando a produção.

1 — Manter o incentivo aos produtores mediante um novo reajustamento de preços (dentro do atual tipo de câmbio) que permita fazer frente ao aumento dos custos provocados pelo ajuste da moeda ao seu valor real.

2 — Construir silos e elevatórias nos campos, dotar as estradas de ferro de elementos para o transporte e distribuição a fim de reduzir a necessidade de importar sacaria e baixar os custos de produção.

Melhorar a rede de transporte rural, especialmente os acessos às estradas-tronco e às estações de estrada de ferro.

4 — Melhorar a técnica agrícola e pastoril. Para tal fim, criar-se-á um Instituto que difunda rapidamente as boas práticas já experi-

mentadas no país e vigentes em países estrangeiros de condições semelhantes. O Instituto realizará também investigações tecnológicas em matéria agropecuária e promoverá a difusão prática de seus resultados. Deverá ser administrado pelos próprios produtores, sob a supervisão do Estado, o qual aprovará os planos de investigação e difusão. Os gastos iniciais serão cobertos pelo Fundo de Recuperação Econômica e os de seu posterior funcionamento, por uma parte da atual receita cambial, transformada em recurso impositivo.

5 — Eliminar as práticas que impedem o melhor aproveitamento da mão-de-obra e dos equipamentos de produção, a mobilização das colheitas e dos produtos pecuários.

6 — Estimular o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da maquinaria agrícola produzida no país e facilitar a importação de maquinarias e equipamentos que não sejam produzidos economicamente.

7 — Estimular a produção de adubos, herbicidas, inseticidas, de sementes de cereais e de plantas forrageiras mais produtivas e resistentes e facilitar a importação em casos necessários.

8 — Reestruturar o mercado rural interno para que os lucros da criação dos rebanhos se distribuam mais equitativamente entre a totalidade dos produtores.

9 — Intensificar a exportação de carnes e subprodutos para mercados tradicionais e estimular a formação de novos mercados.

10 — Estudar a tipificação das fazendas, em relação com as necessidades dos mercados internos e externos.

II

PRODUÇÃO INDUSTRIAL E MINEIRA

Em matéria de produção industrial temos dois problemas a considerar. Iniciar vigorosamente práticas que aumentem a produtividade e incentivar novas atividades que ofereçam bases mais sólidas ao de-

envolvimento industrial, permitindo melhor aproveitamento dos recursos, da capacidade do mercado e tragam consigo, além disto, apreciáveis economias de divisas. Este é o sentido das seguintes medidas:

1 — Estabelecimento da indústria siderúrgica.

2 — Estabelecimento e expansão das indústrias metalúrgicas e mecânicas que se sustentam na siderurgia:

- a) Aços especiais;
- b) Fabricação de locomotivas Diesel;
- c) Fabricação de vagões de estrada de ferro;
- d) Fabricação de tratores e veículos motorizados de tipo econômico;
- e) Outras indústrias mecânicas e metalúrgicas.

3 — Desenvolvimento de outras indústrias que realizem substituições de importações:

- a) Papel e celulose, através o fomento da plantação de espécies florestais adequadas;
- b) Indústrias químicas básicas;
- c) A indústria petroquímica que, utilizando uma pequena fração do gás de petróleo, pode produzir inseticidas, plásticos, solventes e anti-detonantes;
- d) Outras indústrias que permitam reduzir economicamente o preço de divisas estrangeiras.

4 — Aumento da produtividade:

- a) Através medidas de imediata aplicação;
- b) Mediante a divulgação de métodos mais eficazes de trabalho e emprego da maquinaria existente; com tal fim, deverão ser estimulados e impulsionados os esforços no sentido da formação de técnicos em produtividade e da promoção da ajuda técnica às empresas;
- c) Mediante a importação e fabricação de maquinaria e equipamentos de maior produtividade.

5 — Impulsionar a produção de minérios através a venda das cambiais de exportação no mercado livre e mediante a ajuda técnica e creditícia do Estado.

III

TRANSPORTES

É de grande alcance o problema dos transportes. Não é exagerado dizer que as estradas de ferro terão de ser reconstruídas, tão vultosa é a renovação das locomotivas, de boa parte dos vagões e das linhas. Obra que se prolongará por alguns anos, deverá ter sua execução facilitada mediante a produção interna de uma elevada proporção de material, como se enunciou na seção precedente.

É notório que a administração direta do Estado foi ruínosa para as empresas e sumamente prejudicial à economia do país. Deveremos estudar a forma de resolver este problema. Não se trata, de certo, de fazer retornar à propriedade privada as estradas de ferro; isto não significa porém que se deva excluir a possibilidade de confiar à administração privada a gerência das estradas de ferro. Não se pode improvisar em assuntos tão complexos nem antecipar uma opinião sobre a exequibilidade desta medida; convém porém examiná-la com todo interesse. Neste interim, medidas imediatas devem ser tomadas para melhorar o funcionamento das estradas de ferro e dos outros meios de transporte terrestres, aéreo e marítimo e fluvial. As principais medidas imediatas são as seguintes:

1 — Transporte ferroviário: aumentar a eficiência e melhorar os equipamentos a fim de suprir a procura não atendida de transporte, reduzir o tempo e extirpar progressivamente o desequilíbrio entre despesas e receitas. Com tal propósito, deverão ser consideradas as seguintes medidas:

a) Adquirir locomotivas Diesel e material ferroviário moderno;

b) Reorganizar as oficinas para diminuir o tempo de reparação das locomotivas e melhorar apreciavelmente o aproveitamento do material rodante;

c) Melhorar os processos de trabalho e eliminar gradualmente o pessoal incompetente;

d) Absorver o pessoal em excesso mediante o aumento do tráfico, atendendo-se à procura ainda não realizada de transporte;

e) Rever e aumentar adequadamente as tarifas.

2 — Subterrâneos e bondes: medidas semelhantes às anteriores a fim de melhorar a eficiência.

3 — Transporte motorizado: transferir o material para a exploração privada, mediante organização em cooperativa de empresários individuais ou outras formas de exploração.

4 — Transporte aéreo: também aqui é possível melhorar rapidamente a eficiência através melhor administração. Estima-se que o material existente, convenientemente reconicionado, poderá prestar serviços em proporções cerca de três vezes superiores às atuais. Com este objetivo, considera-se conveniente transferir as Linhas Aéreas para a atividade privada de acordo com as seguintes bases:

a) O Estado transformará parte do seu capital em obrigações a juro moderado e venderá o resto do capital em ações de subscrição exclusivamente nacional àqueles que se utilizam dos serviços aéreos, o pessoal da atual empresa e o público;

b) A nova entidade privada funcionará de acordo com os regulamentos e a supervisão do Estado;

c) O Estado facilitará à nova empresa a contratação de créditos externos para a renovação do material de transporte aéreo;

d) Com o novo material, o recondicionamento do existente e sua melhor utilização bem como a concessão de um subsídio por unidade transportada, semelhante ao de outros países, a nova empresa poderá extirpar o apreciável déficit atual das Aerolíneas Argentinas, permitindo a reabsorção do pessoal em excesso com o aumento do tráfico.

5 — Transporte marítimo fluvial:

a) Intensificação do emprego das vias navegáveis e do tráfico de cabotagem a fim de aliviar a procura de transporte terrestre, especialmente ferroviário;

- b) Maior e melhor utilização dos portos do país.

IV

PETRÓLEO

As crescentes importações de petróleo constituem um dos fatores mais agudos do desequilíbrio do balanço de pagamentos. Atingiram o montante de 8,7 milhões de toneladas em 1955 com um valor aproximado de 190 milhões de dólares. O Governo anterior não soube explorar o petróleo argentino: privou de recursos a empresa oficial, desbaratando-lhe a eficiente organização e afastando seus melhores técnicos. Impõem-se urgentemente a tarefa de reconstrução. Calculam os técnicos que a produção atual de 5,1 milhões de toneladas em todo o país poderia ser elevada para 10 milhões de toneladas em 1959.

Este petróleo, porém, tem de ser transportado; antes de construir os tubos condutores de gás e os oleodutos, foi solicitada a opinião de um especialista internacional sobre a capacidade de produção dos poços. Este perito, contratado pelas Nações Unidas, por solicitação do Governo Argentino, encontra-se atualmente no país.

O programa nesta matéria é o seguinte:

Continuar firmemente a política tradicional contrária às concessões privadas a fim de resguardar o país da ação das organizações monopolísticas internacionais.

2 — Exploração direta pelo Estado ou mediante contratos de prestação de serviços que forneçam capitais e cooperação técnica, a fim de promover um mais intenso aproveitamento dos recursos petrolíferos do país.

3 — Construção de oleodutos e de rede condutora de gás. O financiamento destas obras será coberto da forma seguinte:

a) a parte concernente à importação de material estrangeiro, mediante o emprêgo de reservas monetárias na medida em que não seja exequível e conseguir créditos externos compatíveis com a política

tradicional do petróleo. Há várias proposições atualmente em estudo;

b) a parte de investimentos produzidos no país, com a metade do produto da liquidação dos bens ilegalmente adquiridos; enquanto não se realize liquidação, e para cobrir as quantias que ainda se fizerem necessárias, far-se-á uso do crédito interno.

V

ENERGIA

A crise de energia é muito aguda. No Gran Buenos Ayres, que abrange 70% do consumo do país, seria necessário contar atualmente com uma potência instalada em centrais para serviço público de 1.150.000 quilowatts e apenas existem 840.000 kw. As necessidades do interior são de 900.000 kw e se dispõe de 600.000 kw. O crescimento econômico do país está sendo seriamente freiado por esta falta de energia; será necessário duplicar a potência instalada até 1960. Para remediar esta situação, foi elaborado o seguinte programa:

1 — Medidas de efeito rápido:

a) acelerar a construção das linhas de transmissão da usina de San Nicolas e das obras de interconexão que permitirão ao Gran Buenos Ayres dispor de 190.000 kw adicionais entre meados e fins de 1957;

b) importar grupos eletrogeradores e unidades completas de rápida instalação;

c) acelerar o término de obras em construção no interior do país e o início de obras novas;

d) adotar medidas para racionalizar o uso da corrente elétrica;

e) transformar a empresa de Rosário na forma sugerida no item a) do ponto 2, e solução do problema imediato mediante a interconexão com San Nicolas.

2 — Medidas de efeitos posteriores:

a) ampliar as atuais instalações de Puerto Nuevo para aumentar o potencial de 310.000 kw até o fim

e 1959; com este fim, as obras devem ser contratadas sem demora. Foi designada uma comissão para estudar as concessões atuais; sem prejuízo das conclusões a que chegue, é indispensável transformar radicalmente a estrutura das empresas atuais. Uma delas a C.A.D.E. deve ao Estado cerca de 530 milhões, sem tomar em conta outras quantias importantes que estão em discussão; a este total dever-se-á acrescentar o financiamento de vastas inversões adicionais na ampliação projetada, com um valor aproximado de 3.0 a 3.5 bilhões de pesos. Toda esta quantia poderia ser transformada em ações que o Estado ofereceria para serem subscritas e realizadas, a prazo, aos industriais, ao público e às organizações operárias a fim de que estes setores constituam a maioria do capital, na forma de ações;

b) execução do projeto de nova usina térmica em Dock Sud que produza 300.000 kw adicionais;

c) estudo de outros projetos no interior do país.

3 — Medidas de efeitos posteriores a 1950:

a) estudo do projeto de Salto Grande;

b) estudo das possibilidades de desenvolvimento da energia na bacia do Paraná;

c) exame das possibilidades de utilização da força atômica na produção de energia; o estudo sobre este tema já foi iniciado pela Comissão de Energia Atômica.

VI

OBRA PÚBLICAS

A mesma falta de previsão e de planejamento judicioso do futuro que acarretou a crise de energia apresenta-se em todo o campo das obras públicas. Foi sustado o desenvolvimento da rede de estradas e boa parte delas está seriamente deteriorada; será necessário um esforço ingente para reconstruir as restantes e ampliar a rede existente. São consideráveis as necessidades não atendidas em obras sanitárias;

impõe-se também o melhoramento dos portos pois estes se encontram em situação muito precária.

É necessário realizar uma análise minuciosa de todas as obras em execução, das necessidades que justifiquem as que estão sendo e as que devem ser projetadas; estabelecer uma ordem rigorosa de prioridade entre elas e relacionar as inversões necessárias para realizá-las, com o restante das inversões do país e com os recursos com que se conta para cobri-las. Em toda esta questão, a intervenção do Ministério das Finanças deve ser decisiva. Enquanto são realizadas as tarefas mencionadas, a política de obras públicas deveria ajustar-se aos seguintes delineamentos:

1 — Estradas de rodagem:

a) reconstrução e ampliação da rede de estradas rurais com recursos provenientes do Fundo de Recuperação Nacional;

b) reconstrução da parte restante do sistema de estradas de rodagem com os recursos ordinários destinados a esta atividade;

c) construção de novas estradas mediante o sistema de pedágio e a intervenção da iniciativa privada;

d) elaboração de um programa de largo alcance de desenvolvimento do sistema rodoviário nacional.

2 — Obras Sanitárias:

a) prosseguimento das obras começadas e início de outras, com a colaboração financeira dos interessados;

b) elaboração de um programa de largo alcance para suprir graves deficiências e prever as exigências do futuro desenvolvimento do país.

3 — Portos:

a) modernização e melhoramento dos portos com a instalação de novos equipamentos e realização de obras que facilitem o movimento portuário;

b) reorganização da administração dos portos, especialmente o de Buenos Aires, para dar-lhe unidade de ação e corrigir as sérias falhas que apresenta atualmente.

VII

A MORADIA

Notório é o deficit nacional de habitações e consideráveis são os recursos necessários para enfrentar seus aspectos mais prementes nos próximos anos. Dever-se-á inverter neste setor capitais consideráveis que só poderão emanar de um rápido crescimento das economias nacionais. Consequentemente, a solução gradual do problema da moradia depende fundamentalmente do ritmo de aceleração da produção do país pois, existindo maior quantidade de bens e uma moeda sadia, poderá haver maiores economias. Neste intervalo, propomos:

1 — O estudo completo do problema e suas soluções mais urgentes, mediante a criação de uma Comissão Nacional da Habitação.

2 — O início imediato de um plano de habitações populares que será financiado com a metade do produto dos bens ilegalmente adquiridos sem prejuízo das operações de crédito interno cuja realização seja aconselhável, enquanto se proceda à dita liquidação.

3 — Tomar medidas para aumentar a produtividade na construção de moradias, mediante:

a) implantação de novos processos;

b) criação de um regime de incentivos que incremente a produtividade do trabalho.

4 — Revisão da Lei dos Aluguéis para:

a) eliminar as restrições que, por travar a liberdade de locação, desincentivam a construção de casas;

b) atenuar gradualmente suas disposições para estimular a oferta de casas para alugar.

VIII

COMÉRCIO EXTERIOR E BALANÇO DE PAGAMENTOS

O sério desequilíbrio do balanço de pagamentos que limita a importação de matérias-primas e impede

a de bens de capital é, a um só tempo, consequência de fatores imediatos e de lenta evolução. Entre os primeiros, devemos destacar o desestímulo à produção agropecuária e a consequente queda das exportações, o crescimento das importações de petróleo e a deficiente orientação do esforço industrial. Todavia, há também fatores fundamentais que são geralmente observados nos países em desenvolvimento e se manifestam pela tendência das exportações primárias crescerem mais lentamente que as importações industriais. O programa procura corrigir os fatores imediatos de desequilíbrio e, ao mesmo tempo, esboçar as medidas que gradualmente corrijam a tendência ao desequilíbrio crônico. Suas linhas gerais são as seguintes:

1 — Medidas de estímulo à exportação de produtos agropecuários e industriais, segundo ficou expresso em outras seções.

2 — Incentivo à substituição de importações, de acordo com uma ordem de prioridade, baseada no volume de economias geradas pelas diversas indústrias e sua contribuição ao fortalecimento do sistema econômico.

3 — Promoção do intercâmbio com os países latino-americanos, especialmente com os países vizinhos, procurando abrir novas linhas de complementaridade industrial. Matérias-primas e produtos industriais, cuja aquisição nos mercados tradicionais não seja exequível pelo fato da limitação da capacidade externa de pagamento do país, poderiam ser encontrados nos países vizinhos em troca de exportações argentinas de outras matérias-primas e produtos industriais.

IX

NEGOCIAÇÕES FINANCEIRAS COM O EXTERIOR

Afirmou-se na Introdução que o país necessita, no presente momento, de uma quantidade considerável de capital estrangeiro que deverá ser obtido mediante negociações de caráter público e no campo

da atividade privada. Com tal propósito é apresentado o seguinte programa:

1 — Envio de uma missão financeira aos Estados Unidos com o fito de realizar as seguintes gestões:

a) Empréstimos para cobrir, nos próximos três anos, uma parte das necessidades mais prementes de bens de capital, na medida em que seja prudente fazê-lo, levando em consideração nossa capacidade de pagamentos em dólares;

b) obtenção de recursos adicionais em dólares a fim de transferir-los para a iniciativa privada argentina, visando a modernização de seus equipamentos, por intermédio do novo Banco de Desenvolvimento Econômico a que se refere o ponto 4 da Secção XIV.

2 — Envio de u'a missão financeira a Europa que terá a seu cargo estas gestões:

a) regular a dívida de pagamento inadivável a curto prazo, resultante dos convênios comerciais e das importações com pagamento deferido;

b) contratação de novos empréstimos para cobrir o restante das necessidades mais prementes de importação de bens de capital nos próximos três anos;

c) revisão dos acordos bilaterais, nos setores do comércio europeu em que seja possível realizá-la, a fim de facilitar as transações multilaterais e a progressiva ampliação de âmbito em que operam.

3 — Estímulo das inversões privadas de capital estrangeiro através o mercado livre de câmbio e estabelecimento dos campos de ação onde suas atividades seriam bem recebidas.

4 — Entrada no Fundo Monetário e no Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento. A Argentina é o único país da América Latina que não participa destas duas instituições públicas criadas na Carta das Nações Unidas, subscritas por nosso país. Por esta razão, a Argentina se privou de duas fontes muito sadias de crédito internacio-

nal destinadas a promover o desenvolvimento econômico e a estabilidade monetária. A incorporação a ambas as entidades deverá ser feita mediante enunciado claro das normas a que se ajustará nossa política monetária e financeira em seus aspectos internacionais.

X

POLÍTICA DE ESTABILIDADE MONETÁRIA

O grave problema da inflação deve ser atacado em duas frentes: o dos salários e ordenados e o do financiamento das necessidades do Estado e da atividade privada. É indispensável atuar firmemente em ambas as frentes para restabelecer quanto antes uma moeda sadia e estável na Argentina. São as seguintes as medidas que serão postas em prática:

1 — Aumento dos ordenados e dos salários na atividade econômica privada. Este aumento é inevitável a fim de atenuar, na medida do possível, as consequências sobre os grupos de baixos rendimentos assim como sobre outros grupos prejudicados pelo processo inflacionário que a desvalorização monetária acarreta sobre o custo de vida do povo. O Estado deverá coordenar este reajuste das remunerações:

a) a fixação dos salários mínimos obedecerá ao critério de variação segundo as zonas econômicas do país; serão também aumentadas as categorias de salário superior ao mínimo;

b) o salário mínimo e os aumentos deverão ser cobertos pelos lucros dos empresários e pelo incremento da produtividade do trabalho;

c) os aumentos deverão ser negociados em cada fábrica entre o empresário e o sindicato, sem prejuízo das normas gerais estabelecidas pela organização sindical;

d) o salário mínimo e o aumento de ordenados e salários não poderão ser transferidos ao consumidor na forma de alta de preços;

e) os empresários serão diretamente responsáveis pelo cumprimento do item anterior; deverão estabelecer acordos de preços estáveis por setor de atividade e ficarão encarregados da sua aplicação, podendo propor ao governo as medidas corretivas indispensáveis para manter a política de estabilidade, sem prejuízo da flexibilidade que as circunstâncias exijam.

2 — O aumento dos ordenados e salários na Administração Pública deverá também ser vinculado ao aumento da produtividade na forma seguinte:

a) estabelecimento de uma escala de aumentos que parta de um mínimo e ascenda até as categorias superiores do pessoal, fortemente castigado pela inflação;

b) o cumprimento inicial desta escala será realizado através um aumento médio de 10% nos ordenados e salários;

c) conforme surjam postos vagos resultantes de causas normais e da eliminação do pessoal incompetente, a metade das economias será dedicada à absorção gradual do aumento realizado de acordo com o inciso b) e a outra metade para satisfazer a escala prevista no ponto a).

3 — Aumento da arrecadação tributária:

a) mediante medidas destinadas a evitar a evasão fiscal;

b) mediante aumento da taxa progressiva dos impostos sobre as rendas e sua elevação nas categorias superiores;

c) através um imposto especial que incida sobre o incremento de valor nos contratos de arrendamento em espécie;

d) através um imposto especial sobre os lucros extraordinários;

e) através medidas que absorvam para o Estado os lucros eventuais resultantes do reajuste dos tipos de câmbio;

f) mediante outras medidas fiscais.

4 — Restabelecimento do crédito público interno à medida em que

avancemos no saneamento monetário:

a) restabelecimento da cédula hipotecária argentina em bases financeiras sadias, especialmente para a casa popular, urbana e rural e para as inversões produtivas no campo;

b) colocação de empréstimos internos para financiar as inversões do Estado.

XI

POLÍTICA TRIBUTÁRIA

Operou-se uma regressão inconveniente no sistema tributário argentino e que fez retroceder a evolução iniciada no país com o imposto sobre a renda. Para superar esta regressão e complementar a finalidade puramente fiscal do imposto com um objetivo econômico-social, serão adotadas medidas dentro das diretrizes seguintes, além das enunciadas no n. 3 da seção X:

a) diminuir os impostos sobre as mercadorias essenciais de consumo na medida permitida pelo aumento da arrecadação dos impostos diretos;

b) estudar medidas de supressão parcial de impostos a fim de estimular a implantação de atividades cujo desenvolvimento tenha interesse especial;

c) diminuir ou não aumentar o imposto sobre a parte da renda que seja reinvertida com finalidade de ampliar a capacidade produtiva.

XII

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A administração pública argentina chegou a uma séria crise de eficiência. Existe superabundância de pessoal e os ordenados baixos afastaram vasto número de homens capazes. É preciso aliviar gradualmente os quadros: selecionar o pessoal, eliminando os incompetentes e incentivar os idôneos — que existem em grande número — mediante aumento de ordenados e justas promoções. Por outro lado, a

criação de novos ministérios, especialmente no setor econômico, provocou certa dispensa de tarefas e responsabilidades que devem ser corrigidas. Respondem a este propósito as seguintes medidas:

1 — Revisar a presente organização ministerial e reestruturar o mecanismo administrativo do Estado; descentralizar as funções, dar responsabilidade aos chefes em todas as categorias e fazer com que participem ativamente na seleção e qualificação de seu próprio pessoal.

2 — Eliminar o pessoal que careça da indispensável idoneidade e redistribuir o pessoal restante.

3 — Organizar o serviço público com normas estritas para as nomeações, qualificações, acessos e demissões, com a intervenção do pessoal das diferentes hierarquias.

4 — Restabelecer a autonomia dos bancos oficiais e demais organismos especializados do Estado, ajustando-lhes o funcionamento a normas de orientação e vigilância.

XIII

INTERVENÇÃO DO ESTADO

Há duas formas viciosas de intervenção do Estado na vida econômica que é necessário extirpar. Temos primeiramente a administração direta de empresas comerciais e industriais sem justificativa de interesse coletivo. Este interesse aconselha manter o petróleo e as estradas de ferro nas mãos do Estado pela enorme importância que têm no resto da economia. Tudo isto sem prejuízo da colaboração limitada da iniciativa privada. Não há porém razão para fazê-lo em atividades de outro tipo, onde, além do mais, costuma haver apreciável desequilíbrio financeiro.

Em segundo lugar, o Estado intervem de várias formas que travam desnecessariamente a liberdade do empresário privado, prejudicando a fluidez e a eficiência do sistema econômico. Isto contribuiu para que o Estado haja perdido o domínio dos instrumentos superiores

que devem guiar sua política de desenvolvimento em detrimento do crescimento regular e vigoroso de sua economia.

Para corrigir estes males, serão tomadas, gradualmente, as seguintes medidas:

1 — Liquidação de empresas comerciais e industriais, dando-se a devida preferência à iniciativa nacional:

a) empresas da Direção de Indústrias do Estado;

b) empresas de veículos motorizados;

c) Aerolíneas Argentinas;

d) destilaria de San Nicolás, para aproveitar grandes inversões até agora frustradas;

e) outras empresas comerciais e industriais em que não esteja em jogo interesse coletivo algum resultante da transferência à iniciativa privada.

2 — Eliminação progressiva do controle dos preços.

Quando tenham eliminados os fatores inflacionários de acordo com a Seção X, não haverá necessidade de controle dos preços. Neste interm, haverá um período de transição, quando será posta em prática a seguinte política:

a) dar responsabilidade aos empresários na ação estabilizadora dos preços, mediante o regime de convênios descritos no ponto 1, d) da Seção X;

b) prosseguir a eliminação gradual dos controles em todos aqueles casos em que, devido à atuação da livre competência, seja impulsionado o crescimento da produção sem encarecer súbitamente o consumo popular;

c) eliminar progressivamente os subsídios de preço à medida em que o aumento da renda real da população permita a absorção dos efeitos sobre o custo da vida.

3 — Eliminação gradual do controle de câmbio:

a) supressão das licenças de importação no mercado oficial à medida em que melhore o Balanço de Pagamentos;

b) medidas tendentes à unificação de tipos e mercados.

4 — Promover o livre jogo da oferta e da procura através medidas destinadas a combater as práticas restritivas da competição e o aperfeiçoamento das leis contra os monopólios.

XIV

SISTEMA BANCÁRIO

Não há dúvida que deve o Estado ter a orientação suprema da política monetária e bancária, mediante a eficaz utilização dos instrumentos superiores do sistema, conforme ficou expresso na Secção anterior. Convém que o Banco Central continue nas mãos do Estado — dentro da órbita do Ministério das Finanças — o que é diferente de sua oficialização. Liberado este Ministério do manejo direto da instituição monetária, poderá desempenhar importantíssimas funções de coordenação assim como ter a seu cargo a elaboração periódica, direcção e supervisão da política de inversões nos programas de desenvolvimento económico a que se refere a Secção XV. Por outro lado, não se deve confundir a direcção superior e a supervisão do sistema bancário privado com o regime de perversão burocrática a que foi submetido. Para corrigir este estado de coisas e dar o máximo de eficiência a todo o sistema, deverá ser o mesmo reorganizado de acordo com os seguintes princípios:

1 — Autonomia técnica e administrativa do Banco Central como organismo exclusivo do Estado:

a) seu presidente deverá ter ampla independência para cumprir e fazer cumprir a lei e gozar da irremovibilidade dos magistrados da Corte Suprema, enquanto dure o seu mandato. Não desempenhará funções ministeriais nem terá responsabilidades políticas porém participará das reuniões de gabinete em que sejam considerados problemas de política económica e financeira, em cumprimento das func-

ções de Conselheiro concernentes ao Banco;

b) o Banco Central terá amplas funções de orientação e supervisão das operações do sistema bancário e, entre elas, terá a faculdade de estabelecer um efetivo mínimo equivalente ao incremento total dos depósitos dos bancos.

2 — Devolução de suas responsabilidades ao sistema bancário:

a) retorno aos bancos dos depósitos transferidos ao Banco Central;

b) liberdade dos bancos para decidir suas próprias operações sob a própria e exclusiva responsabilidade e de acordo com a orientação da política creditícia traçada pelo Banco Central.

3 — Sancamento dos bancos oficiais:

a) determinação dos prejuízos até o momento da recente mudança de autoridade e processo de liquidação;

b) determinação e liquidação dos créditos vencidos na mesma data.

4 — Transformação do Banco Industrial em um banco autónomo de Desenvolvimento Económico, de acordo com as seguintes bases:

a) transferência para o Banco da Nação das operações correntes de crédito industrial;

b) realização de operações de financiamento de inversões a prazos médio e longo, seja diretamente, seja através o sistema bancário;

c) emitir obrigações e realizar operações de crédito interno e externo tendo em vista os objetivos do inciso anterior;

d) vincular firmas nacionais com firmas estrangeiras para facilitar operações de promoção, financiamento e cooperação técnica.

5 — Consolidação a longo prazo da dívida bancária a curto prazo de firmas ou atividades que necessitem aliviar a carga de seus compromissos financeiros para desenvolver-se normalmente.

XV

UM PROGRAMA DE
DESENVOLVIMENTO

Os diferentes temas considerados no plano que acabamos de traçar são apenas mero enunciado de uma série de aspectos parciais do problema do soerguimento que continua sendo objeto de estudo acurado.

Por outro lado, se tôdas as medidas aqui referidas estão destinadas a resolver a crise que atravessamos, não seria correto considerá-las unicamente em relação ao imediato. Devemos também planejar o futuro e estabelecer o inevitável nexo entre as necessidades de hoje e as que trará consigo, mais adiante, o desenvolvimento argentino.

O país vem acumulando u'a massa considerável de necessidade insatisfeitas que, além de exigirem a inversão de vultosos capitais, não poderão ser realizadas com base em critérios de circunstância, mas buscando penetrar tanto nas exigências do futuro como na real aptidão para fazer frente a elas.

Quais são as possibilidades de crescimento da renda argentina, uma vez superadas as dificuldades atuais? Que necessidades de capital serão exigidas para realizar estas possibilidades de crescimento em suas diversas alternativas? Que margens disponíveis existirão no balanço de pagamentos para transferir parte das economias para a importação de bens de capital, em distintas hipóteses de crescimento das exportações e da renda? Estas e muitas outras questões deverão ser examinadas cuidadosamente ao projetar o futuro crescimento argentino. Com tal fim, deve-se partir de uma análise de nossos recursos naturais. É necessário também, aprofundar seriamente o problema da terra. O país tem que elevar o rendimento da terra e, além de tôdas as medidas para melhorar a técnica produtiva, outras deverão ser tomadas para eliminar os obstáculos que impedem o pleno aproveitamento do potencial produtivo do campo. Isto é indispensável para alcançar um

alto ritmo de desenvolvimento na economia argentina.

Por outro lado, nas tarefas de programação, apresentam-se intrincados problemas que só podem ser resolvidos com grau razoável de seriedade, se são utilizados processos até agora não aplicados entre nós. Nos últimos anos, vem sendo desenvolvida em outras partes uma técnica de análise e projeções do desenvolvimento econômico da qual o país — não obstante o louvável esforço em seus trabalhos de renda nacional — ficou completamente alheio.

Na realidade, toda solução, no presente, de um problema econômico tem que ser baseada na perspectiva do tempo; esta técnica de análise e projeções permite alcançar este objetivo e oferecer assim os elementos de juízo indispensáveis ao estabelecimento daquele nexo inevitável entre as soluções circunstanciais do momento e as exigências do desenvolvimento futuro, a fim de evitar as conseqüências, por vêzes trágicas, da improvisação, como demonstra a experiência recente.

Nem em energia ou petróleo, nem em transporte ou habitações, nem em siderurgia ou investigação tecnológica, para tomar ao acaso problemas muito significativos do momento, poder-se-á chegar a soluções eficientes enquanto não se penetre nas possíveis exigências do futuro.

Isto não significa que as necessidades do presente devam ter sua satisfação adiada enquanto não se disponha de um corpo completo de análise e projeções. O plano aqui apresentado é uma clara prova do contrário.

As necessidades de investimentos são vultosas e por alguns anos — numa hipótese otimista — superarão os recursos do país. Deve-se, portanto, estabelecer uma ordem cuidadosa de prioridades e examinar ao mesmo tempo até onde pode chegar o nível de consumo privado e público do país, dado o esforço de capitalização que é necessário realizar.

Por tôdas estas considerações e muitas outras que aqui cabe omitir,

o plano apresentado, além de estudos parciais que já estão sendo efetuados ou deverão começar imediatamente e, sem prejuízo de ir pondo em prática as recomendações formuladas, requer um exame profundo da economia do país, dos obstáculos que se opõem ao seu crescimento, a forma de eliminá-los e a série de medidas que será indispensável aplicar para chegar a um ritmo satisfatório de desenvolvimento. Para tudo isto, para explorar os diversos aspectos do problema de crescimento, é conveniente que num tal exame se possa contar com a colaboração dos técnicos que realizaram este gênero de estudos em outros países da América Latina.

Por esta razão, o governo solicitou

à Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e à Administração da Assistência Técnica, ambos organismos especializados das Nações Unidas, a vinda de um grupo de peritos a fim de que, num plano estritamente técnico, colaborem nestas tarefas com funcionários argentinos.

O trabalho destes técnicos não só servirá para melhor aplicação do plano agora apresentado que, ao fim de contas, não é mais do que um plano de emergência, como também oferecerá ao futuro governo uma série de elementos de juízo da maior importância para a elaboração de seu próprio programa de desenvolvimento e a mais adequada orientação de sua política econômica, social e financeira.

WILSON, SONS & CO., LTD.

IMPORTADORES E EXPORTADORES

AGENTES DE NAVEGAÇÃO

AGENTES DE SEGUROS

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E MAQUINARIA

AVENIDA RIO BRANCO, 25 — 4º AO 6º ANDAR

Telefone 23-5988 — End. teleg. "ANGLICUS"

RIO DE JANEIRO

O PROBLEMA DA ENERGIA ELÉTRICA NO EIXO RIO-SÃO PAULO

Há mais de meio século, com a inauguração da usina de Parnaíba, no rio Tietê, em São Paulo, foi dado o primeiro passo para a criação do que hoje constitui o maior sistema integrado de produção e distribuição de energia elétrica da América do Sul.

Aquela usina, que figura na história do pujante desenvolvimento industrial de São Paulo como um dos seus marcos notáveis, começou a operar em 1901, com duas unidades de 1.000 Kw cada uma, representando na época, arrojado feito de engenharia. A São Paulo Light and Power Company Limited, servia então a cerca de um milheiro de consumidores, que logo se multiplicaram, atingindo a usina em poucos anos a potência de 16.000 kW.

Acompanhando o ritmo de expansão da metrópole paulista, novas obras eram projetadas e executadas, em antecipação às necessidades do grande parque manufatureiro que se esboçava. Assim, para auxiliar a regularização das descargas do rio Tietê, foi construído o reservatório de Guarapiranga, na bacia do rio do mesmo nome. Este reservatório hoje faz parte do sistema da Serra do Mar, contribuindo ainda com o seu grande volume de armazenamento de 200 milhões de metros cúbicos para o serviço de abastecimento de água daquela capital. Na cidade de São Paulo instalava-se pouco depois uma usina de reserva a vapor, com 5.000 kVA de capacidade inicial, duplicada posteriormente, para atender às exigências do consumo.

Como empreendimento seguinte naquela área, apresenta-se a usina de Itupararanga. A existência de uma queda natural de 80 metros no rio Sorocaba, nas proximidades da

cidade do mesmo nome, permitiu a realização do novo aproveitamento. Inaugurada em 1914 com uma unidade, outras foram sendo instaladas, alcançando a usina, mais tarde, o total de 57.500 kW, com quatro grupos. A grande estiagem que assolou a região de São Paulo em 1924 e 1925, concorreu para que se acelerasse o andamento das obras da nova usina de Rasgão, construída, no rio Tietê, em tempo record para as condições locais existentes e que trouxe, em 1925, um acréscimo de 22.000 kW à capacidade do sistema.

Todavia, novos planos de importância já estavam sendo elaborados, naquela época. O engenheiro A. W. K. Billings, examinando possibilidades de aproveitamento de novas fontes de energia, concebeu a idéia do sistema hidrelétrico de Cubatão, que constitui um exemplo clássico da engenharia mundial. Dada a circunstância do grande desnível oferecido pela vertente oceânica da Serra do Mar, nas proximidades de Cubatão, entre as cidades de São Paulo e Santos, idealizou-se um conjunto de obras, permitindo o aproveitamento das águas de diversos rios que, afastando-se da costa, se dirigiam pelo planalto ao interior. Foram inicialmente utilizadas as águas do rio Grande, formando-se o reservatório de Pedras, de onde as águas são encaminhadas através de dois túneis, para a Casa de Válvulas. Daí parte a tubulação forçada, que desce por uma encosta abrupta para alcançar a usina de Cubatão, criando-se, assim, uma queda de mais de 700 metros. Em princípios de 1927, já possuía a usina as duas primeiras unidades em serviço, de 35.000 kW de potência cada uma.

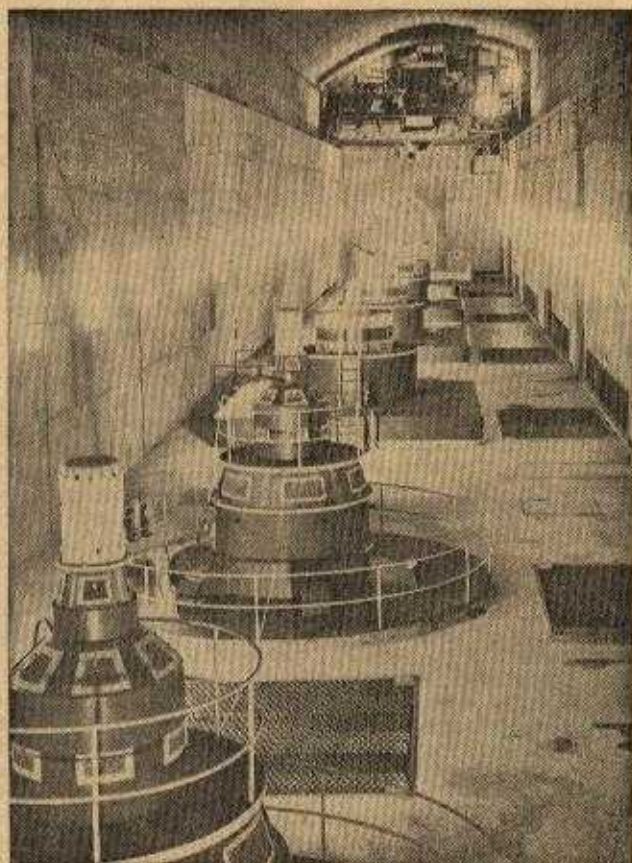
Tratando-se de um aproveitamento progressivo, pode-se dizer que até hoje continuam os trabalhos de ampliação do conjunto. Simultaneamente com as obras da usina, foram encetadas as de construção do reservatório do rio Grande, hoje denominado "Billings", que é o maior lago artificial do país, ocupando uma superfície de 130 quilômetros quadrados e podendo armazenar cerca de 1,2 bilhões de metros cúbicos. Mais de cinco milhões de metros cúbicos de terra foram empregados na construção das barragens e diques ali existentes. Assegurava-se desta maneira o volume d'água necessário à instalação de novas unidades em Cubatão. Como etapa seguinte, iniciou-se o aproveitamento de águas utilizáveis dos rios Tietê, Guarapiranga e Pinheiros. Este último, foi canalizado, numa extensão de 26 km, até a sua confluência com o Tietê, onde foi erigida a barragem-comporta do Retiro, destinada ao controle das cheias do Tietê, que normalmente inundam o vale do Pinheiros. Como a diferença de nível para o reservatório era grande, tornou-se necessária a instalação de duas usinas de recalque neste percurso. A primeira, no local denominado Traição, e a segunda, em Pedreira, junto à barragem do rio Grande, sendo ambas dotadas de grupos reversíveis de grande capacidade, que permitem elevar a água primeiro a cerca de 5,5 metros, até o nível do reservatório. Desta forma, conseguiu-se também utilizar as reservas hidráulicas do Guarapiranga na usina de Cubatão, onde podem produzir 42 vezes mais energia que na antiga usina de Parnaíba.

Com este reforço, instalaram-se em Cubatão mais seis unidades de maior potência, dispondo hoje a usina de uma capacidade total de 474.000 kW. Atualmente, em prosseguimento da expansão planejada, foi construída em Cubatão uma usina subterrânea, junto às instalações existentes. Motivos de ordem técnica e econômica indicaram a escolha deste tipo como o mais conveniente. Foram eliminados assim os dispendiosos condutos forçados de superfície, com grande economia na

tonelagem de aço necessária, e que as condições geológicas precárias da encosta naquele trecho tornavam desaconselháveis. A água é aduzida por meio de um túnel escavado na rocha e dotado de blindagem de aço, poupando-se, desta maneira, cerca de 8.000 toneladas deste material, localizando-se a tomada d'água em canal ligado ao reservatório de Pedras. O projeto previu na primeira fase a instalação de quatro grupos de 65.000 kW cada um, compreendendo, inicialmente, 260.000 kW e, na etapa final, a adição de duas unidades iguais, para alcançar o total de 390.000 kW. Esta primeira etapa ficou concluída em princípios de 1956, quando a usina estava em operação.

A vazão adicional necessária às novas instalações foi obtida por meio de outras obras de vulto. A antiga usina de Parnaíba, hoje conhecida como usina "Edgard de Souza", em homenagem ao grande engenheiro brasileiro, foi transformada em usina de recalque. Já foram concluídas as obras de alteamento da antiga barragem desta usina de modo a permitir a elevação do nível das águas no Tietê e um melhor aproveitamento destas. A jusante de "Edgard de Souza", foi construída uma nova barragem, junto a Pirapora, criando um grande reservatório, cujo remanso se estenderá até à usina elevatória, prevenindo-se também nas usinas de recalque de Traição e Pedreira, a instalação de novos grupos, que possibilitarão o máximo aproveitamento das águas da bacia do Tietê.

Outro grande passo na campanha incessante para assegurar novas disponibilidades de energia, foi dado com a incorporação ao sistema da nova usina a vapor "Piratininga", cuja relevância para São Paulo é desnecessário encarecer. A sua localização, à margem do canal do Pinheiros e junto da usina elevatória de Pedreira, foi ditada por fatores ponderáveis, como sejam, a proximidade do centro de carga, abundância de água, área ampla com terreno firme, facilidades de transportes e de suprimento de combustível. A usina é do tipo unitário, com caldeira, fornalha e turboge-



Vista interior da usina subterrânea "Nilo Peçanha", instalada junto à usina de Fozes, com capacidade para produzir 300.000 KW, destinados ao suprimento do sistema hidrelétrico da Light no Rio de Janeiro. A usina "Nilo Peçanha", conhecida no período de construção pelo nome de "Fozacava", foi projetada para operar com água desviada do rio Paraíba sempre que a vazante deste comportar e, também, nas estíagens, com água acumulada no reservatório de Ribeirão das Lages. Poderá produzir cerca de oito milhões de kw por dia, sendo assim a maior usina subterrânea da América do Sul e a mais potente do Continente Sul-Americano logo depois da usina de Cubatão

e elevar $40\text{m}^3/\text{s}$ cada um, a uma altura variável entre 10 e 15 metros. Estas águas passam através de quatro tubos adutores para o túnel de Santa Cecília, que mede 3.311m de comprimento, e dêste, por meio de um canal do mesmo nome, para o reservatório de Santana. Este foi criado mediante o represamento do Rio Pirai por uma barragem reguladora, recebendo portanto as águas do Pirai.

Junto à cidade de Pirai, nas margens do reservatório de Santana, foi erigida uma segunda usina elevatória, a de Vigário. Atualmente dispõe esta de quatro grupos, também com a capacidade de $40\text{m}^3/\text{s}$ cada um, que permitem recalcar as águas a 35 metros de altura, transpondo assim o divisor das bacias do Paraíba e do Guandú (vertente oceânica). As bombas são acionadas por motores de 22.500 HP cada um, cujos grupos são reversíveis, isto é, podem funcionar como grupos geradores, atendendo a pontas de carga do sistema quando isto se faz necessário. As águas são então despejadas no reservatório de Vigário, que permite um armazenamento de cerca de 38 milhões de metros cúbicos. Do reservatório, encaminham-se as águas, por gravidade, através do canal de Vigário, ao túnel adutor que atinge a câmara subterrânea de distribuição, onde, por meio de um sistema com 6 válvulas tipo borboleta de 5,19m de diâmetro, são feitas as manobras de distribuição às usinas geradoras. A comunicação com o túnel adutor de Lajes foi feita por uma câmara adicional, provida de um tanque de compensação, com 84,50m de altura.

A Usina Nilo Peçanha, conhecida no período de construção pelo nome de Forçacava, vem finalmente receber o caudal derivado do Paraíba, constituindo a primeira parte do programa de ampliação visado com as obras descritas.

Partindo da câmara de distribuição, e com cerca de 400 metros de comprimento, foi perfurado um túnel de pressão, com 6,10 metros de diâmetro, provido de blindagem de aço, pesando 1.200 toneladas, para adução das águas até à caverna da

usina. Esta última, escavada na rocha, tem 100 metros de comprimento, por 25 de largura a 30 de altura. Nela foram instalados seis grupos geradores, com um total de 330.000 kw. Os geradores desta usina podem funcionar a 50 ou 60 ciclos, permitindo assim o suprimento direto ao sistema de São Paulo independentemente da estação conversora de frequência de Aparecida.

Encontra-se ainda em operação, ligada ao sistema do Rio, a usina termo-elétrica "Piraquê", que é uma usina flutuante a vapor, com capacidade de 30.000kw. Tem contribuído de forma apreciável para o suprimento de energia ao Distrito Federal.

Os sistemas de energia elétrica do Rio e São Paulo desenvolveram-se paralelamente, e muito têm contribuído para o progresso extraordinário que caracteriza esta região do país. Nessa área, de menos de um por cento do território brasileiro, localizou-se o maior parque industrial da América Latina, e o consumo anual "per capita" já atinge à cifra de 1.000 kWh, enquanto que a média para todo o país é de cerca de 200 kWh.

Os empreendimentos realizados desde o início do século até hoje, permitiram que aquela capacidade inicial de 2.000 kW fosse ampliada de mais de 850 vezes, alcançando hoje 1.722.000 kW, o que corresponde a mais de 50% da potência total instalada no Brasil. O número de consumidores ultrapassa hoje de 1.300.000, tendo a produção alcançado em 1955 a cifra de 7.378 milhões de kWh e devendo atingir este ano, a casa de 8.000 milhões de kWh. Esta produção do sistema Rio-São Paulo, é maior que a de qualquer outro país da América Latina. Diversos projetos estão sendo elaborados para continuar a expansão das instalações, dentro das possibilidades da atual conjuntura econômico-financeira do país, tanto no sistema do Rio como no de São Paulo, continuando a manter esta região na posição de destaque em que se situa, com referência a outros países dotados de amplas possibilidades neste setor industrial.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E PAUPERISMO

Ten-Cel SÍCULO RODRIGUES PERLINGEIRO

"A lisonja nos conforta e a crítica nos amarga, quando em todo louvor há um micróbio de morte, como em toda censura existe um germe de vida" (1).

INTRODUÇÃO

Numa época em que tanto se fala em reformas de base no Brasil, é oportuno recordar as seguintes palavras de Oliveira Viana: "Há um século estamos sendo como fumadores de ópio, no meio de raças ativas, audazes e progressistas. Há um século estamos vivendo de sonhos e ficções, no meio de povos práticos e objetivos. Há um século estamos cultivando a política do devaneio e da ilusão diante de homens de ação e de preta que, por toda a parte, em todas as regiões do globo, vão plantando, pela paz ou pela força, os padrões de sua soberania... Desse destino e da sua fatalidade só escaparemos por um caminho: o tomarmos a sério a resolução corajosa de mudar de métodos — métodos de educação, métodos de política, métodos de legislação, métodos de governo — O problema de nossa salvação tem que ser resolvido com outros critérios, que não os critérios, até agora dominantes. Devemos doravante jogar com fatos, e não com hipóteses; com realidades, e não com ficções; e, por um esforço de vontade heroica, renovar nossas idéias, refazer nossa cultura, reeducar nosso caráter" (2).

Palavras escritas há mais de trinta anos, têm no entanto a mais palpitante atualidade, dada a persistência das mesmas causas perturbado-

ras do progresso nacional, apontadas pelo abalizado e saudoso sociólogo fluminense. O ciclo revolucionário iniciado na década de 20 e que continua a agitar o panorama político do Brasil, é uma prova de que não encontramos ainda o verdadeiro rumo de nosso destino histórico, capaz de assegurar a nossa existência coletiva dentro do clima fecundo da ordem e do progresso.

Não conseguimos estabelecer até agora uma sábia política de governo, que defina de modo claro os objetivos a atingir no âmbito nacional, em concordância com a posição que aspiramos e devemos ocupar no quadro internacional. Essa política deverá ser, necessariamente, a diretriz de um plano de ação objetivo e exequível, articulado no espaço e no tempo com as reais possibilidades financeiras do país e que paire acima das injunções políticas de partidos. Plano, enfim, que encare o organismo da Nação como um todo constituído de partes harmônicas e solidárias entre si.

O que temos são alguns planos parciais, isolados e autônomos, com objetivos pouco definidos, visando ou a solução de problemas regionais ou de determinados setores econômicos. Não produzem, por isso mesmo, os resultados que seriam de se desejar e nem correspondem aos recursos financeiros nêles invertidos, isto é, tornam-se anti-econômicos e inflacionários.

(1) Abelardo Roças — "Civilização e Democracia", 1920.

(2) Oliveira Viana — "Populações Meridionais do Brasil", 1920.

A culpa por esse estado de coisas não pode ser atribuída aos homens de governo e sim às chamadas elites, que ou por ignorância ou por negligência ou por incapacidade de liderança, não se têm mostrado à altura da fase histórica que atravessamos.

Parece que já estamos suficientemente amadurecidos para preencher essa lacuna, de importância vital para o nosso desenvolvimento. Não é este, propriamente, o objetivo deste modesto trabalho, que apenas visa a expor e comentar fatos e conceitos, relativos ao nosso desenvolvimento econômico, verdadeiramente paradoxais, bem como ventilar idéias que talvez possam ser aproveitadas por aqueles que, um dia, se proponham a estabelecer uma nova política de governo.

PARADOXO ECONÔMICO

Dados recentemente fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas à imprensa desta Capital, revelam que o valor da produção brasileira aumentou de 175,7 milhões em 1948 para 267 milhões de cruzeiros (deflacionados) em 1955, correspondendo a um incremento efetivo de 52 %, quase o triplo do crescimento da população, avaliado em 18 % no mesmo período. Um dos matutinos que divulgou esses dados teceu comentários muito otimistas sobre o ritmo de nosso progresso. Outro jornal declarou que "o desenvolvimento econômico do Brasil, nos últimos dez anos de após a segunda guerra mundial, foi considerado o mais rápido do mundo" e que "quanto a renda nacional, o seu crescimento, comparado com o dos Estados Unidos, Itália, Argentina e Reino Unido, apresenta um verdadeiro recorde". Notícias tão animadoras nos enchem do mais justo e patriótico júbilo; já não pertencemos à categoria dos países "coloniais" ou "subdesenvolvidos" — epítetos deprimentes e rebarbativos. Infelizmente, nossa euforia durou pouco, porque a realidade é bem outra: nas feiras ou armazéns, ao adquirir os modestos suprimentos, suficientes apenas para as necessidades mínimas da família, constata-

mos que o alardeado incremento se traduz para nós em maiores restrições; não só os preços das utilidades atingem níveis quase proibitivos, como sua qualidade se torna dia a dia inferior. E então verificamos, com espanto e decepção, que estamos cada vez mais pobres! Um coronel ganha, hoje, menos do que ganhava como capitão, antes do início da última guerra!

A que atribuir tão desconcertante situação?

A "crise de crescimento", asseguram alguns de nossos economistas; não há motivo para preocupações, dizem eles, pois trata-se apenas de uma manifestação normal de exuberância, imprescindível ao progresso econômico; a crise é uma mera "expressão de mudança de estrutura"... Para esses economistas constitui uma honra para nossa geração presenciar o parto doloroso da emancipação econômica do Brasil!

Confessamos nossa ignorância nos transcendentes assuntos da Economia, mas nos negamos a aceitar semelhante explicação, que contraria o senso comum. Não nos consta que, pelo fato de crescer, o ente sofra distúrbios tais, capazes de provocar a sua morte. Pelo contrário, é justamente no período do crescimento, fase da juventude tão festejada pelos poetas — um dos quais chegou mesmo a dizer que esta fase é a única digna de ser vivida — que o ente revela todo o seu viço e beleza. Outros argumentos lógicos podemos alinhar contra o conceito de "crise de crescimento" para os males que nos afligem:

1º) seria considerar a situação irremediável, porquanto ninguém sabe quando atingiremos a "maturidade" e, até lá, poderão estar mortos o burro e o tocador;

2º) não é concebível que o desenvolvimento, a expansão, o progresso enfim de um país venha agravar as dificuldades de vida da imensa maioria de seus habitantes;

3º) o ideal econômico não pode ser incompatível com os ideais social e político;

4º) "a divisão do trabalho, que é a base da Economia e da nossa civilização, foi imaginada para li-

bertar os homens, promover a sua maior união, conjugar e acelerar harmoniosamente os esforços humanos, criar a riqueza da terra e resolver o problema da miséria" (3).

As causas da crise são evidentemente outras, que não as de crescimento ou de mudança de estrutura. Na verdade, houve incremento da produção, houve aumento da renda nacional, mas não reverteu em benefício da coletividade e sim de uma parcela mínima da população que se dedica a certos e determinados setores, setores que vêm merecendo todo o estímulo, todo o amparo e toda a proteção do Poder Público, em detrimento dos setores vitais, que deviam merecer, com prioridade, aqueles favores, como a Agricultura e a Pecuária, onde empregam as suas atividades cerca de 80 % dos habitantes do país.

PRODUTIVIDADE E PAUPERISMO

Entre os fatores da produção, o homem desempenha o papel preponderante, pelo fato de só ele ter iniciativa das operações produtivas. Vejamos qual é a real situação do homem brasileiro, através as palavras abalizadas de um grande sanitista patricio: "Quanto às classes laboriosas brasileiras, a sua capacidade de produção está reduzida em mais de dois terços. Pessoas vigorosas, dotadas de eficiência normal, são em quantidade lamentavelmente pequena; calculamos que cinquenta por cento ou mais não têm mais que metade da eficiência normal e vinte e cinco por cento estejam completamente inválidos... Temos a sensação de termos nascido em uma terra maldita" (4). Isso dizia Belisário Pena, em 1919. Em 1950, no relatório do Brasil à Conferência Latino-Americana de Nutrição, realizada em Petrópolis, constam os seguintes dados: entre grupos de crianças de 7 a 14 anos, no D.F., 80 % apresentam desje-

jum insuficiente; 63 % revelam plidez; 80,6 % têm carência de proteínas, ferro, cálcio e vitaminas; 82 a 92 % dos meninos e 86 a 96 % das meninas apresentam cáries dentárias.

Se assim é no Distrito Federal (cuja arrecadação prevista para o exercício de 1956 é de Cruzeiros 11.551.000.000,00, superior à de 17 Estados da Federação reunidos), como será no interior do país? Sinais tão evidentes de degenerescência física, que acabará por exterminar toda uma população, não deveria ao menos despertar os nossos sentimentos de piedade cristã? Não será justamente por tudo isso que o Brasil se comporta na economia mundial como se tivesse apenas cinco milhões de habitantes?

Da reduzida capacidade de trabalho do homem rural, da exaustão do solo (5) e dos métodos primitivos de exploração agro-pecuária, resulta um índice de produtividade excessivamente baixo. A crescente precariedade das vias e meios de transporte, bem como a distância cada vez maior das zonas produtoras dos centros de consumo e dos portos de exportação, completam o quadro que vem desafiando a nossa capacidade de seres dotados de inteligência e de ação: escassez, má qualidade, preços proibitivos no mercado interno, produtos "gravosos" no mercado internacional, pauperismo e êxodo rural... "Teorias recentes, nascidas como subprodutos de estudos sobre economia de países subdesenvolvidos, tendem a associar Agricultura com Pobreza e Industrialização com Prosperidade. Tal proposição esbarra, desde logo, na realidade dos fatos. A Austrália, a Nova Zelândia, a Argentina, o Canadá (este até pouco tempo), a Dinamarca, etc., são países agrícolas, cujos nomes se inscrevem bem alto na escala da renda nacional "per capita" (6).

Antes de organizar a produção rural em bases racionais, toda ten-

(3) Abelardo Roca — "Civilização e Democracia", 1920.

(4) Belisário Pena — "Conferências", Rio, 1919.

(5) "Aspectos da nossa Economia Agrária — A DEFESA NACIONAL" de maio de 1956.

(6) Eugênio Gudin — "Produtividade", "Revista Brasileira de Economia", setembro de 1954.

tativa de industrialização intensiva redundará em "crise de crescimento", em distorção econômica, em fracasso certo. Já é tempo de abandonarmos o vêzo de colocar o carro adiante dos bois! Se quisermos transformar o Gigante dos Trópicos em uma grande Nação, cujos habitantes tenham um nível de vida compatível com a dignidade da pessoa humana, devemos, de início, realizar o "esforço" (para usar de uma linguagem muito nossa conhecida) no setor agro-pecuário, coordenando-o intimamente com aqueles setores que tenham reflexos sobre a prosperidade das atividades rurais, como o dos transportes, da energia, das indústrias de transformação, da educação e saúde.

Uma política econômica orientada neste sentido trará, entre outras, as seguintes vantagens:

1º) combate eficiente ao pauperismo, ao êxodo rural e ao comunismo que, como hiena traiçoeira e agourenta, aguarda impaciente o momento de se locupletar com os despojos;

2º) repercussão imediata no setor de alimentação;

3º) cooperação ativa do próprio indivíduo em sua integração na comunidade nacional;

4º) criação de uma estrutura propícia à industrialização em bases econômicas, devido à expansão do poder aquisitivo do mercado interno;

5º) obtenção de maior número de divisas, cuja fonte principal será ainda por muito tempo a produção rural.

Uma reforma dessa envergadura só poderá partir da iniciativa do Governo Federal e o plano de conjunto, englobando todas as atividades que afetam a Economia Nacional, deverá ser elaborado por uma equipe de técnicos de reconhecida competência profissional, obedecendo à seguinte orientação geral:

1º) prioridade do setor rural sobre todos os demais, até que possa suportar o ônus de uma industrialização em larga escala;

2º) execução por fases, coincidindo cada fase com um período presidencial (o conceito de bom

presidente seria aferido pela sua capacidade de atingir os objetivos previstos para a fase que lhe coube executar);

3º) a amplitude dos objetivos, que devem ser bem nítidos para cada setor de atividade e harmônicos entre si, será função das possibilidades financeiras do erário (fomentar o desenvolvimento por meio da inflação da moeda, é tanto uma forma desumana de confisco do fruto do trabalho dos que vivem de vencimentos e salários, como uma ameaça à estabilidade das instituições);

4º) a Região Oeste só poderá ser explorada com êxito após a recuperação das terras esgotadas mais próximas do litoral, que já dispõem de transportes;

5º) sustar a construção de novas estradas, enquanto não se der eficiência às existentes;

6º) a futura Lei Agrária deverá encarar o fazendeiro como aliado e não como adversário, porque ele é também uma vítima da defeituosa política econômica em vigor.

Uma série de consultas, pesquisas e estudos deverá preceder a elaboração do plano, para que seja objetivo e exequível. Sua execução encontrará grandes percalços; muitos fracassos parciais serão inevitáveis e forte oposição, por parte daqueles que se julgarão aparentemente prejudicados, deverá ser esperada.

CONCLUSÃO

Reina intenso e louvável interesse em todas as camadas sociais pelo petróleo e pelos minerais atômicos. Os debates que se travam no Congresso, nos simpósios e na imprensa ocupam as primeiras páginas dos jornais. Lamentavelmente, é ainda insignificante o interesse que desperta na opinião pública a situação de abandono em que jazem as nossas mais caras e maiores riquezas — o homem rural e o solo agrícola. Esta situação se reveste da maior gravidade pelo fato de se processar de modo insidioso e lento, o que dificulta a sua percepção pelos espíritos menos prevenidos. Mas nem por isto po-

deremos nos eximir do crime que vem sendo praticado contra o futuro de nossos filhos e contra a sobrevivência deste país como Nação Soberana. Não pode haver mais séria ameaça à Segurança Nacional que a degenerescência do povo e a

exaustão das terras agrícolas. Se a situação continuar se agravando no mesmo ritmo, dentro de mais alguns decênios já não disporemos de recursos humanos e materiais, para realizar com eficiência aquela segurança.

AOS COLABORADORES !

Como COOPERAÇÃO muito preciosa no sentido de facilitar as tarefas de impressão da Revista e, conseqüentemente, evitar o atraso de suas edições, solicitamos, encarecidamente, aos nossos colaboradores que :

1. Datilografem, na íntegra, seus trabalhos, utilizando **UMA SÓ FACE DAS FOLHAS DE PAPEL** e deixando espaço duplo entre as linhas.
2. Destaquem, com letras maiúsculas, o título do artigo. O nome do autor (ou seu pseudônimo) deve vir entre o título e o texto.
3. Coloquem, preferentemente, em folhas separadas do texto, as figuras, as fotografias, os desenhos, etc., com as respectivas legendas. (No texto, no local desejado, basta uma simples referência ao número da figura, fotografia ou desenho, correspondente).
4. Sempre que possível, desenhem as figuras a nanquim e em papel vegetal.
5. Tratando-se de tradução, quando a fonte original autorizar a reprodução, cite essa fonte sem esquecer o nome do autor do trabalho ; no caso contrário, obtenham autorização prévia.
6. REVEJAM SEMPRE OS ORIGINAIS observando, rigorosamente, a ortografia oficial (a do "PEQUENO VOCABULÁRIO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA", da Academia Brasileira de Letras, dezembro de 1943, Imprensa Nacional).
7. Assinem a última folha e **INDIQUEM O ENDEREÇO ATUAL** para que se possa acusar o recebimento e realizar entendimentos quando necessários.

IPASE

PUBLICAÇÕES PARA OS SEGURADOS

- Que é o IPASE ?
- Como funciona ?
- Quais os benefícios que concede aos funcionários e suas famílias ?
- Como obtê-los ?

Estas e muitas outras perguntas estão respondidas nos folhetos que o IPASE está distribuindo, GRATUITAMENTE, aos funcionários públicos.

Para obtê-los procure o Serviço de Publicidade do IPASE, à rua Pedro Lessa, 36-13º andar, de 12 às 18 horas, Rio de Janeiro, ou nas seguintes Agências do IPASE: Amazonas — Manaus: Rua dos Andradas n. 130, 1º andar; Pará — Belém: Av. 15 de Agosto n. 173, Edifício Bern; Maranhão — São Luiz: Rua Nina Rodrigues n. 230; Piauí — Teresina: Praça João Deniz Ferreira s/n. — Edifício do IAPC, 6º andar; Ceará — Fortaleza: Rua Pedro I n. 311; Rio Grande do Norte — Natal: Rua Pessoa número 88, 1º andar; Paraíba — João Pessoa: Avenida Guedes Pereira s/n.; Pernambuco — Recife: Rua Marquês do Recife s/n. — Edifício Segadas Viana; Alagoas — Maceió: Praça dos Palmares, s/n.; Sergipe — Aracaju: Rua João Pessoa n. 333, 1º andar; Bahia — Salvador: Edifício Octacílio Gualberto; Espírito Santo — Vitória: Av. Governador Bley n. 212, 3º andar — Edifício Glória; Rio de Janeiro — Niterói: Av. Ernani Amaral Peixoto, s/n., 3º andar; São Paulo — São Paulo: Rua Xavier de Toledo, 280; Paraná — Curitiba: Rua Marechal Floriano Peixoto n. 250, 9º e 10º andares; Santa Catarina — Florianópolis: Praça Pereira e Oliveira s/n. — Edifício IPASE; Rio Grande do Sul — Porto Alegre: Rua Uruguaí n. 240; Mato Grosso — Cuiabá: Praça General Caetano de Albuquerque; Goiás — Goiânia: Av. Araújo n. 90; Minas Gerais — Belo Horizonte: Rua Espírito Santo n. 500 — Edifício do IPASE.

Ou nas Sub-Agências: Parnaíba — Praça da Graça n. 757; Campos — Av. 15 de Novembro n. 1.151-sob.; Santos — Rua Martin Afonso n. 4; Lorena — Rua Cel. José Vicente n. 132; Campinas — Av. Tomaz Alves n. 169; Luiz de Fora — Av. Halfeld n. 397-1º andar; Rio Branco — Território do Acre; Porto Velho — Território do Guaporé.

UM ASPECTO DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

INOVAÇÕES TÉCNICAS

Major JOSE GERARDO DE SALES

1 — Pelos meados do século XVIII o mundo conheceu um novo e estranho personagem — a máquina.

Seu aparecimento histórico ocorreu na Inglaterra, por volta de 1760, sob a forma de um tear que fazia sozinho o trabalho de muitas fiandeiras e que, por isso, modificou a paisagem econômica da sociedade. Do lado de seu feliz proprietário o fato provocou uma imensa concentração de recursos e de poder, que se refletia não só no aumento descompassado da produção, como também na redução do custo, através da redução da mão-de-obra.

Do lado do resto da humanidade, que precisava trabalhar para viver, o que resultou — pelo menos inicialmente — foi o desemprego e a miséria. Por isso é natural que uma auréola de antipatia e de revolta houvesse acompanhado o acontecimento. Os prejudicados cedo se uniram para o combate, e como eram numerosos, apesar de sem recursos, o fato acabou ganhando repercussão e volume.

Felizmente, porém, nos estágios posteriores, a situação se recompôs em novos termos. O aumento da produção implicou na necessidade de mais matéria-prima. Exigiu produtos de melhor qualidade, mais resistentes, mais adequados ao tratamento mecânico. Desenvolveu o mercado com o aumento da clientela. Propiciou o advento de novas máquinas, que por sua vez forneceram o ensejo a novo ciclo de aperfeiçoamento. E tudo isto, é claro, representou novas oportunidades, capazes de absorver aquela massa inicial de desempregados e

ainda possibilitar a admissão de novos pretendentes.

Foi isto — precisamente isto — que veio modificar os quadros conhecidos da vida, primeiro na Inglaterra, depois — num encadeamento indefinido que ainda não chegou a seu término — em todo o mundo.

Para bem compreender o fenômeno faz-se mister todavia recapitulá-lo em seus principais estágios de desenvolvimento, desde o seu berço histórico, onde fomos surpreendidos sob a despresticiosa aparência de um tear, até os dias tumultuosos em que vivemos.

E não é de admirar que — no âmago das questões, no cerne dos desentendimentos, como também na prosperidade e no progresso de nossa época — acabemos encontrando apenas isto — a máquina.

2 — Assim, uma visão retrospectiva dos tempos que antecederam a máquinas, nos mostra que a vida na Inglaterra se afinava em moldes nitidamente feudais. A sociedade se estruturava em bases predominantemente agrícolas, que contavam com indistinctível sabor rural até as atividades complementares que compunham o quadro econômico, representadas pela mineração da hulha e do ferro e tecelagem da lã.

Para se avaliar com mais fidelidade a extensão das transformações que varreram a Inglaterra e subverteram a civilização, à medida que se espalhavam pelos demais países, é prudente que se leve em conta as distinções que já então se desenhavam, como prenúncio de quadro que

ainda se escondia no futuro. Provocada assim a atenção, a vista se fixa pronta:

- na divisão da zona rural inglesa em regiões de campos baldios, relegados ao abandono, e regiões densamente cultivadas, onde — muros, cercas, barrancos e renques de árvores — utilizados como meios ostensivos de delimitação de domínios, testemunhavam o florescimento do espírito nascente de propriedade;
- na ingerência do Senhor, como dono da terra, em todas as atividades: na agricultura vernava a aldeia e administrava a produção, constituída principalmente pelos cereais e gado necessários à subsistência; na mineração também era ele — o Senhor — quem controlava a exploração de filões subterrâneos e dela usufruía rendimentos e privilégios; no comércio, — ele ainda e sempre — absorvia a produção local dos trabalhadores avulsos e presidia as insignificantes trocas entre regiões distintas, desde que todas procuravam a auto-suficiência.

Neste ambiente, em que a presença do Senhor se afirma em todas as situações, o quadro social se completa — no que respeita às profissões independentes:

- por uma economia rigorosamente regulamentada pelas corporações — associações de indivíduos do mesmo ofício;
- pelo artesanato, reunindo os meios de produção — ferramenta, matéria-prima e mão-de-obra — sob a mesma propriedade;
- pela oficina, como local de trabalho, um prolongamento da casa do artesão.

A produção tem como objetivo o consumo — é restrita. Os preços são fixos. A clientela reduzida.

3 — Foi então que apareceu a primeira máquina e a ela seguiram-se muitas outras. Cada invenção era um elo que completava o anterior e servia de pretexto aos subsequentes. Assim as inovações introduzidas na exploração e beneficiamento de carvão redundaram em proveito do ferro, que viu sua produção aumentada e conheceu aperfeiçoamentos em sua técnica metalúrgica. Estes progressos foram no tempo seguinte restituídos ao carvão, pois é de todos conhecido o papel que desempenha o ferro, não só como fonte de aplicação metalúrgica do combustível mineral, como também no vigamento das minas, possibilitando escavações mais profundas e mais seguras.

Por isso a inovação, tomada em seu sentido genérico, breve foi reconhecida como processo que, uma vez iniciado, tende a acelerar-se e a rebustecer-se, invadindo e dominando todos os campos de atividade.

Na agricultura, porém, foram lentos os progressos registrados. Do ponto de vista da mecanização da lavoura, a bem dizer só o século XX viu a questão encaminhada em termos satisfatórios.

O que há de mais expressivo no passado, clamando por uma anotação especial, é a enxada inventada em 1714 por Jethro Tull e que, puxada por cavalos revolvía previamente a terra, com o objetivo de pulverizá-la — reduzi-la a "átomos", na palavra do inventor — a fim de melhor servir de alimentação às plantas. A idéia, como se vê, está diretamente ligada à preparação do solo como condição favorável à sementeira. Foi neste particular que a evolução técnica alcançou evidência:

- como Lord Lovel (1697-1755), Cok Holkhan e Joseph Elkington conseguiram-se a drenagem de campos antes imprestáveis e a introdução de um sistema de cultura baseado na rotação de quatro produtos em vez de três — a cultura do nabo, cevada, trevo e trigo substituiu a prática anterior de cultura de inverno, primavera e verão;

— com Liebig os solos estéreis foram aproveitados através da aplicação racional dos fertilizantes e Gregor Mendel — um monge solitário professor do ginásio Brunn, na Alemanha — descobrindo as leis da hereditariedade possibilitou a aclimação das plantas por processos especiais de hibridação. E com isto a produção se multiplicou, pondo em perigo o pessimismo de Malthus, que perdeu as bases matemáticas de sua argumentação.

Na indústria, foi a tecelagem da lã que conheceu os progressos mais sensíveis, talvez por ser a atividade que congregava o maior número de pessoas e contribuía com o maior volume de comércio, depois da agricultura. O processo industrial se compunha em diversas operações, que serviam de base à divisão do trabalho segundo os critérios do sexo, idade e aptidão pessoal e através das quais, por meio de uma cadeia de progressivos e contínuos aperfeiçoamentos, registraram-se as conquistas técnicas.

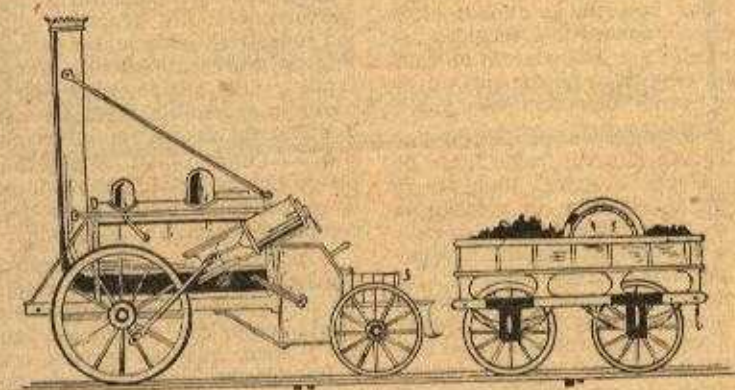
Havia, por exemplo: a escolha, limpeza e tintura da lã; a penteação — seleção dos pêlos em função do tamanho; a cardagem — fabricação de fios dispostos em rô-

los; o beneficiamento final — a lã era fiada, tecida, pisoada, lavada, estendida, branqueada, desbastada e cortada.

Pela seriação mecanizada de todas, ou pelos menos, da maioria destas operações, colocadas gradativamente sob a mesma direção, haveria de nascer a fábrica, que é a expressão contemporânea da atividade produtiva. Longo, porém, foi o caminho percorrido.

O passo inicial, que assinalou de maneira marcante uma nova atitude no trato da produção, pode ser considerado aquele dado por John Kay, quando, em 1760, descobriu a lançadeira volante, a qual permitia que um só tecelão, manipulando o tear, fizesse o trabalho anteriormente atribuído a dois outros. Mais tarde, entre 1764 e 1767, James Hargreaves — carpinteiro tecelão em Blackburn — inventou u'a máquina manual a que chamou de Jenny — numa alusão ao trabalho que executaria, atribuído a mulheres — e por meio da qual uma só mulher podia fiar simultaneamente — até sete fios, no começo — até oitenta, depois. Os passos seguintes foram dados:

- 1) por Richard Arkwright, que conseguiu melhorar a qualidade do fio pelo aperfeiçoamento



A primeira locomotiva — O fecho de Stephenson que atingiu 60 km/hora em 1825
 (a obra de T. S. Kirby — "A Revolução Industrial")

mento da operação de cardagem, através do bastidor mecânico, de sua invenção;

- 2) por Samuel Crompton, que reuniu num único aparelho — a que chamou de "mola", devido sua origem híbrida — os aperfeiçoamentos introduzidos com a Jenny e com o bastidor.

O progresso então realizado já era considerável. Conseguia-se, nessas alturas, um fio fino e forte, tanto utilizável na trama como na urdida e adaptável a qualquer espécie têxtil. O algodão tinha campo aberto à sua aplicação.

A consequência foi fulminante, no que respeita à concentração urbana da indústria: em 1782 havia apenas dois moinhos para tecidos de algodão em Manchester; em 1802 — 52; em 1811 — 4/5 dos tecidos de algodão produzidos em Lancashire eram feitos pela máquina de Crompton, sendo a maior parte tecida nas cidades.

Com a etapa seguinte, que se deve a Edmund Cartwright com o seu tear mecânico, movido por cavalos, azenhas ou a vapor, foi dado o tiro de morte na tecelagem manual, afastada de vez da concorrência. As diversas operações se concentraram na fábrica, apareceu a empresa suplantando a produção e em 1833 já havia 100.000 teares mecânicos na Inglaterra.

No que respeita às demais atividades, as conquistas técnicas de maior relevo se assinalaram no campo da energia. Entre elas, marcando época, merecem destaque:

- a substituição da lenha pelo carvão mineral, como fonte de energia e calor, inclusive e principalmente na metalurgia do ferro, através do coque;
- a invenção da máquina a vapor por James Watt, como natural desenvolvimento dos engenhos anteriores de Savery (1698) e Newcomen (1708), e que frutificariam no triunfo culminante da revolução técnica — a locomotiva a vapor, concretizada no "Foguete" de Stephenson.

Estes melhoramentos, a par de inovações introduzidas nas vias de comunicações — através de canais construídos entre 1760 e 1830, devendo-se a iniciativa primeira ao Duque de Bridgewater —, ou do melhoramento do piso das estradas com Thomas Telford e John London Macadan, a partir de 1756 —, tiveram sobre a economia inglesa profundas repercussões, que se afirmavam principalmente:

- pela queda nos preços de mercadorias volumosas ou pesadas, tais como carvão, ferro, madeiras, etc.;
- pela ampliação considerável dos círculos de troca, que passaram a incluir regiões agrícolas antes consideradas afastadas, recuperando-as para os mercados;
- pela influência civilizadora decorrente do contacto mais íntimo das populações;
- pela consolidação dos serviços de correios, como meio normal de comunicação;
- pela vulgarização dos depósitos à ordem, criando facilidades à circulação dos capitais.

Feita ainda uma referência às conquistas registradas no campo da Química, que encontra sua feição mais representativa na produção de ácidos, condição necessária ao desenvolvimento de qualquer programa industrial, pode-se dar como terminada a presente súpula, que pretende reunir as inovações que prepararam e possibilitaram a era eminentemente técnica em que vivemos.

4 — Como se vê, o aperfeiçoamento técnico, em marcha pelo mundo é poderoso instrumento de recomposição social e econômica.

A produção e a distribuição das riquezas, alteradas na base tradicional de suas relações, provocaram o ajustamento das atividades humanas a novos quadros de vida, a que o liberalismo igualitário da revolução francesa forneceria a necessária moldura política.

Neste mundo diferente que surgiu com a máquina, a Reforma re-

ligiosa é apontada por muitos como peça indispensável à dinâmica social libertada de suas peias econômicas, que teve na imprensa — descoberta antes por Gutemberg — a arma adequada de divulgação e combate.

O livro de Adam Smith — Enquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations — publi-

cado em 1776, talvez não passe de mero e doutrinário registo de acontecimentos e tendências.

Bibliografia :

Juri Semjonov — Os Tesouros da Terra ;

T.S. Ashton — A Revolução Industrial.

**COMPANHIA PROGRESSO INDUSTRIAL
DO BRASIL**

FABRICA BANGÚ

TECIDOS FINOS

EXIJAM SEMPRE A MARCA



QUE GARANTE:

CÓRES FIRMES, PERFEIÇÃO E DURABILIDADE



SEMANA DE CAXIAS

A NAÇÃO PRECISA DE PAZ, DE TRANQUILIDADE E DE ORDEM

Declara o Ministro da Guerra ao reverenciar a memória
do Duque de Caxias

“Nos dias difíceis por que estamos passando, em que a Nação brasileira precisa de paz, de tranquilidade e de ordem, o culto da figura histórica de Luiz Alves de Lima, Barão, Conde, Marquês e Duque de Caxias, se torna um dever de civismo. A vida e obra de Caxias constituem um símbolo da mais perfeita atualidade, um exemplo sobre o qual as gerações de hoje precisam meditar.

Nascido em época que assinalava os prenúncios de nossa independência como Nação, Caxias teve a sua formação moldada pela magnitude dos acontecimentos históricos de que participou, ficando sua vida indissolúvelmente vinculada aos destinos de sua Pátria. Cultivou com inabalável fé as virtudes militares; combateu as desordens e as revoluções que ameaçavam comprometer a unidade nacional; guerrou e venceu o inimigo externo que atentava contra a soberania brasileira

e a paz continental; organizou e instruiu as forças militares que comandou na luta interna como na guerra externa; administrou províncias e dirigiu o governo do país. Mas, sobretudo, Caxias exerceu uma ação pacificadora que, em nossos dias, merece especialmente ser lembrada.

A pacificação que Caxias tão patrioticamente realizou, não se fez pela omissão ou demissão do espírito de autoridade, senão mediante a ação positiva e tenaz com que defendeu a lei e a ordem. Entretanto, Caxias não considerou nunca como verdadeiros inimigos aqueles a quem combatia, mas como concidadãos que encaravam de um ponto de vista diferente os problemas políticos da época, e para os quais pretendiam soluções também diferentes daquelas que o governo adotava. Não pegava em armas contra seus compatriotas sem procurar primeiro desarmar os espíritos e con-

ciliar os ânimos, em nome da Unidade Nacional.

Sua primeira missão pacificadora se cumpriu no Maranhão. Ao chegar àquela província, na qualidade de presidente e de chefe das Forças em operações contra os rebeldes, fez uma proclamação, na qual frizou bem: "Maranhenses, mais militar que político, eu quero até ignorar os nomes dos partidos que por desgraça entre nós existam. Deveis conhecer a necessidade e as vantagens da paz, condição da riqueza e prosperidade dos povos, e confiando na divina providência, que por tantas vezes nos tem salvado, espero achar em vós tudo o que fôr mister para a nossa santa causa".

Em São Paulo, como em Minas Gerais, também imprimiu Caxias o cunho de sua ação pacificadora, fazendo com que as tropas sob seu comando não deixassem após si, uma esteira de ódios, nem "os estigmas de violências inumanas".

No Rio Grande do Sul, a sua missão foi mais difícil e demorada, apesar de ter sido Caxias recebido com demonstrações de entusiasmo inspirado em seu nome, já transformado numa legenda de paz. Suas tentativas iniciais de desarmamento dos espíritos não lograram êxito. As hostes rebeldes resistiram e a guerra civil se prolongou por mais

de dois anos ainda. Custou-lhe fazer compreender aos revolucionários que, numa guerra entre irmãos, a glória consiste mais em terminá-la no que em vencê-la.

Que destino teria tido o Brasil se não tivesse encontrado eco o apelo de Caxias, ao lembrar que a poucos passos o inimigo externo exultava com aquela triste guerra, com que os brasileiros se enfraqueciam e mutuamente se destruíam? A exortação de Caxias não deixaria de ecoar nos corações dos brasileiros bem formados. O mais resolutivo dos chefes da revolução, ao enunciar a pacificação, conclama seus correligionários a partilhar "a glória de sacrificar os ressentimentos criados no furor dos partidos ao bem geral do Brasil".

Meus camaradas: Merece ser meditada pelas gerações de hoje a lição de Caxias e de outros grandes homens de seu tempo. A que lutas aniquiladoras não teriam sido levados aqueles homens se, longe de pensarem na felicidade coletiva, tivessem colocado acima de tudo o sucesso pessoal de cada um? Felizmente, para nós, que herdamos o glorioso legado de uma pátria unificada, os homens daquela época, antes de se perderem em divergências infecundas, mais porfiaram pelo que, finalmente, estava certo para o destino histórico do Brasil".

SAUDAÇÃO DO SR. MINISTRO BRIGADEIRO HENRIQUE FLEIUSS AO EXÉRCITO EM NOME DA MARINHA E DA AERONÁUTICA

"A Marinha de Guerra e a Aeronáutica, no respeito a uma tradição de altos e patrióticos propósitos, expressam suas homenagens ao Exército Brasileiro. Esse procedimento que em cada ano, por três vezes se repete, variando apenas a figura do homenageado, assinala pela grandeza da subsistência, um aspecto de compreensão que há de subsistir para o bem do Brasil.

O Exército Nacional, pelo sentido de sua missão, pelo acervo de serviços e que heroísmos e sacrifícios marcaram fases de nossa história, é bem uma das feições com que

corporifica aos olhos do povo a própria Nação.

A reverência ao Exército, um dos pilares da unidade da Pátria é, por isso mesmo, também um preito de veneração à nacionalidade. E nessa inquietação do presente, nessa apreensão do futuro entre nomes extintos, preságios funestos, sombras que se avolumam, imagens e evocações que se esbatem, idéias que se diluem; nessa abalada tumultuosa em que angústias, incompreensões, crueldades, ódios, se chocam, se emendam, se embatem e se entredorram; nesse amaranhado, em

suma, em que o mundo contemporâneo desgravitado, desceixa — que o nosso gesto, senhores; e o exemplo do nosso conagraamento perene, constitui mais um reforço, puro pela intenção e nobre pelo ideal, à obra da virtude que se projeta construtiva e duradoura. Incito-me a mim, e a todos incito — à sugestão que faça sonhar e meditar; a compreender, criticamente com o cérebro, e a reconhecer, sentimentalmente, com a alma, com o coração, com a imaginação e com a fé, esta glória suprema, este bem, que nos eleva acima de nós próprios, de nos sentirmos todos irmanados e mais do que nunca — brasileiros.

Pois não é, acaso, virtude buscar recordações que engrandecem as páginas de nossa História e nos revigoram a tempo para o duro pelear?

Não é virtude admirar uma das forças que mais contribuíram na tarefa gloriosa de alicerçar a nacionalidade, defendendo a nossa terra e a nossa gente? Não é acaso virtude, no Dia do Soldado, unir nossos pensamentos em torno da memória de Caxias, imagem luminosa do próprio Exército, e cuja obra perpétua foi como a do gènesis; surgiu por advocação e do Nada nasceu?

E junto a dêle, nêle se inspirando e com êle colaborando a de todos os que, no próprio Exército, na Marinha, na Aeronáutica e na nação civil, lhe beberam a inspiração e o exemplo, porque todos são um; são a Posteridade e são a Pátria, são os heróis e os mártires, cujos nomes a lenda e a epopéia perpetuam, e senão também os anônimos, tanto mais meritórios quanto sobre êles, assim como sobre os outros, se ergue a personalidade da Nação, na excelsa mole dos sacrifícios, das abnegações, dos esforços e dos anelos. Dêles falar é, assim, falar dos vivos, pois evocar o que fizeram é juras o que nos cumpre também fazer, para prosseguir a obra de elaboração nacional dêsses que souberam ver, com clara visão, que, ao cair no túmulo, levantavam para si asas de condor e criavam para a posteridade bases de granito.

Que forte nos grite então a consciência, que claro se nos definam os corações, que alto nos palpite a alma — para têmos a resposta justa que a Pátria de nós reclamara. E falando, e definindo-se, e palpitando tudo em nós, pela força da sinceridade e pelo poder da unidade, há de ter o sentido de uma fervorosa oração pelo bem do Brasil.

E, não haverá tempestade e não haverá ventos que façam estremecer nosso ideal; as tempestades passam, os ventos se afastam e o ideal, que é a felicidade da Pátria, em nós se aferra como a razão mesma da vida. Esse ideal nos congrega e nessa união repousa a sua sobrevivência.

As Forças Armadas — é o passado que o diz, é o presente que o revela — valem, pelo seu poder de agregação e pelo destino que incumbe a sua missão, como mais decisivo reduto dos anseios do povo e da defesa das instituições.

Nisto reside tôda a beleza e a grandiosidade de sua vocação: trabalhar pela ordem, garantir as liberdades, respeitar a lei, reconhecer os direitos, acatar os Poderes e prezar a fraternidade pela mística da Pátria que a Bandeira Nacional nos mastros dos quartéis, dos navios e nos aviões, dia e noite, silenciosamente sugere. Fraternidade que exalta a compreensão; fraternidade que soma esforços contra o perigoso agravo, que cria o entendimento, e que, por ser fraterna, não correm nem é corrompida; não disfarça por que é sincera; não engana, por que é verdadeira; não desrespeita, porque é respeitosa; não escurece, por nascida e formada na prática do dever, é luz que ilumina os caminhos dignos e justos.

Em nome, pois, dessa fraternidade, que deve existir entre as Forças Armadas, saúdo, pela Marinha e pela Aeronáutica, o Exército Brasileiro.

É o maior serviço, assim cremos, que, no momento, podemos, com devoção, prestar ao Brasil; e que o exemplo dessa mesma fraternidade — que hoje é, como ontem foi e como amanhã será — germine, floresça, frutifique para que um dia

se alevantando entre nós uma grande coluna de luz astral, que suba, lenta, segura, magestosa, até tocar o cume diáfano do céu, que se dilate como uma nuvem imensa, que se estenda como um pálio luminoso e que sobre a cabeça se nos desfaça, numa

chuva copiosa de bom sentido, numa torrente de sagacidade humana, num dilúvio de quarenta dias e de quarenta noites, do desejo do melhor, do tanto da verdade, do instinto de que deve ser do sumo das grandes perfeições".

RODRIGUES D'ALMEIDA

COMÉRCIO E INDÚSTRIA S.A.

IMPORTADORES e EXPORTADORES — ATACADO E VAREJO

Louças, Porcelanas, Cristais, Vidros, Metais, Ferragens, Sortimento Completo e Especializado para: Hotéis, Colégios, Bares e Famílias.

Fornecedores das Forças Armadas

RUA CAMERINO, 97 a 107 — TEL. 43-5629 — REDE INTERNA

RIO DE JANEIRO

Filiais: Rua Benjamin Constant, 158 - 4º — Telefone 36-3839 — São Paulo
Rua Tapinambás, 643 - Sobrelaje — Telefone 4-6573 — Belo Horizonte

ENTRE PORTUGAL E BRASIL...

Brigadeiro CUNHA MENESES

Bem merece a "Defesa Nacional" (*) pela "Campanha de Intercâmbio Militar Luso-Brasileiro" que se propõe levar a efeito, e já iniciou com um primeiro artigo intitulado "Entre Portugal e Brasil há tanto que fazer..." condignamente assinado pelo seu próprio Diretor.

O Comandante Soares de Oliveira, na sua rápida passagem pelo Rio de Janeiro, teve ocasião de constatar que as Forças Armadas de Portugal e do Brasil "...quase por completo se desconhecem, quase em absoluto experimentam a reciprocidade dum desinteresse mútuo..."

"...os organismos militares, num e noutro hemisfério, ignoram-se totalmente..."

"...vivem à margem da grande tarefa de aproximação, de entendimento e de colaboração..." que em outros setores constituem problemas em parte resolvidos, ou em vias de se resolverem.

O problema não é novo; tem, para nós, mais de dez anos. Alguma coisa se tem procurado fazer por ele, mas o que cabe dentro das exiguas iniciativas particulares, sem apoio, sem ajuda, por vezes sem agrado — quando não mesmo com desagrado — é muito pouco: uns artigos nas revistas e nos jornais, umas crônicas, umas permutas de publicações, um pouco de conversa pessoal aqui e além, onde a nossa presença não seja por demais importuna, algum alvitre que certamente nunca chega onde possa ter eco. Há portanto *tanto que fazer*. Mas torna-se necessário que as entidades oficiais se interessem também, e se interessem a valer, para que alguma coisa resulte de útil e produtivo.

Não é propósito nosso resolver a questão nas poucas linhas de um ligeiro comentário — uma questão que tem forçosamente de ser muito bem estudada, com todo o máximo cuidado e objetividade. Mas quarenta anos de ligações muito íntimas com as gentes e os meios brasileiros, vinte dos quais passados no próprio Brasil, em contacto de boa camaradagem e confiança com muitos oficiais de todas as categorias das suas Forças Armadas, permitem-nos ter opiniões formadas, e dar os nossos alvitores, em matéria de Intercâmbio Militar Luso-Brasileiro.

Em primeiro lugar julgamos — e o nosso juízo é fundado numa observação profunda e ponderada — que se deveria elaborar um programa para o estabelecimento de relações permanentes e muito íntimas entre os organismos militares, e mesmo, pessoalmente, entre indivíduos pertencentes às F.A. dos dois Países, de forma a que as atividades normais praticadas por uns e por outros se integrassem num sistema de conhecimento mútuo, contínuo e muito ativo. Esse programa resultaria de acórdos entre os Estados-Maiores, e dele deveria constar, essencialmente:

- A permanência de Adidos Militares junto às respectivas Embaixadas — ou mesmo, futuramente, de Missões Militares autônomas — com facilidades e prerrogativas que lhes permitissem relações diretas com os meios militares;
- A troca de visitas de Missões Militares "generalizadas" ou "especializadas";
- A permuta constante de informações — por intermédio dos

(*) Revista de assuntos militares de Portugal.

- Adidos ou das Missões — sobre todos os assuntos que os E.M. julgassem de interesse;
- A frequência de Escolas, de Centros de Instrução, ou mesmo de Unidades;
 - O estabelecimento de uma linguagem militar comum, principalmente no que respeita à tecnologia;
 - A concorrência frequente de equipes a competições desportivas, sobretudo de feição militar.

Dos Adidos Militares (ou Missões Autônomas) — Estamos em crer que, se aos Adidos Militares fosse exigido — além dos seus deveres normais já estabelecidos e que certamente não serão dos mais pesados — o estudo permanente de todas as atividades produzidas no seio da F.A. realçando, para o nosso caso, as dificuldades encontradas no desenvolvimento da evolução por que estamos passando, e os resultados obtidos pelos processos empregados para vencê-las, não lhes ficaria muito tempo para ser perdido em recepções e "cock-tails", com que geralmente se enfeita a vida dos diplomatas. Os cargos militares junto das Embaixadas teriam assim uma feição mais técnica do que representativa. Além dos relatórios oficiais com destino aos arquivos, os Adidos Militares seriam obrigados a colaborar nas revistas — ou num boletim próprio — com artigos, crônicas, relatos, etc., de forma a levarem as suas observações e conclusões ao conhecimento do maior número possível dos seus camaradas.

Das Visitas — O intercâmbio por meio de visitas é reconhecidamente proveitoso, mas há que considerá-lo com mais objetividade e maior preocupação de eficiência do que é comum.

Necessitam as Missões Militares de organização e constituição adequadas, quanto ao número e qualidade dos respectivos componentes. Normalmente deverão constituir-se dois grupos: um de oficiais superiores e outro de capitães e subalternos, todos altamente especializa-

dos, capazes de estabelecer relações de comunicação com os camaradas estrangeiros e de fazerem valer a sua categoria nos meios que frequentarem. Cada um terá seu encargo: aos oficiais superiores caberá a verificação das atividades funcionais nos planos elevados da direção e do comando; aos do outro grupo, em coordenação com os do primeiro, em cada especialidade ou em cada setor da missão, competirá a verificação no plano das atividades executivas. Mas o papel de uns e de outros não deve restringir-se a ver o que lhes mostram, a admirar o que vêem, mas sim a aprofundar e a discutir as questões concernentes aos objetivos da visita. E também a informar os seus parceiros do que a tal ou tal respeito se passa e se pensa no seu próprio País. Adquirir um conhecimento, só por si, nem é bastante nem serve aos outros convenientemente; é preciso difundi-lo — e a difusão deve fazer-se em relatos devidamente comentados e criticados, destinados a uma divulgação tão larga quanto possível, lá e cá. Assim as Missões Militares serão na realidade eficientes.

Denominamos Missões "generalizadas" as que procuram, de um modo geral, todas as atividades militares. "Especializadas" serão as que visam particularmente um dado ramo ou aspecto dessas atividades. Como exemplo destas últimas teria sido útil a vinda ao Brasil de algum ou alguns professores militares para assistirem aos Seminários de Ensino que há tempos aqui se realizaram — ou mesmo para tomarem parte nêles, o que seria apenas questão de acordo. Também teria sido interessante a presença de médicos portugueses no Congresso de Medicina Militar que se reuniu o ano passado em São Paulo. As Missões de visita deixariam, no entanto de ter razão de ser no caso da existência de Missões autônomas permanentes a que atrás nos referimos.

Das Informações — A permuta de informações, por intermédio dos Adidos ou das Missões, seria orientada de forma a que no seu conjunto reproduzisse as característi-

cas culturais do meio a que se reportassem. O dia-a-dia da vida dos exércitos, observada até aos detalhes mínimos, as aspirações, as ambições pessoais, o ambiente em que se desenrolam os fatos mais comuns da caserna ou da escola, as leis, as praxes, os hábitos, os episódios que bordam o currículo das vias oficiais, a história, a tradição, as tendências, as propensões, tudo o que constitui o metabolismo orgânico das instituições, tudo o que representa as reações daqueles que as compõem, tudo o que repercute a alma, o espírito, o sentir e o pensar das coletividades militares, constitui fator de grande estima, por vezes imprescindível, para um verdadeiro intercâmbio.

É muito vasto o campo em que a informação pode ser trabalhada, quer no que respeita à técnica da profissão quer no que interessa ao sentimento dos profissionais. Claro está que a missão de informar é delicada, e por vezes ingrata. Por isso o tato, a habilidade, o bom-senso, a boa fé devem condicionar a escolha daqueles a quem haja de competir.

Há no entanto informações de ordem material, concreta, que não sofrem do perigo da indiscrição, e que muito conviria que fossem postas quanto antes em vias de troca: as experiências relativas à doutrina, aos processos de instrução e ensino, a novas fórmulas de disciplina e de relações humanas, à adoção de grande número de princípios novos e novas regras que estão mais ou menos universalizados, a sua adaptação às condições e características étnicas, à feição histórica, às bases educativas do povo brasileiro — características e condições que em grande volume são também nossas — poderia dar-nos indicações preciosas.

As traduções e adaptações dos regulamentos e manuais norte-americanos cujo uso se vai universalizando, ganhariam em ser feitas em comum, ou logo comunicadas, e assim se produziria uma considerável economia de tempo e de esforço. Lembremo-nos que, neste capítulo, estamos lutando com dificuldades.

A permuta de informações, bem delineada, bem orientada, e metódicamente conduzida, representaria o trabalho de duas equipas para uma mesma finalidade.

Da frequência das Escolas — Frequentar as Escolas e Centros de Instrução, ou mesmo as Unidades de Tropa do País amigo, tem vantagens incontestáveis — é por demais sabido. Mas, no nosso caso, a frequência não deveria ser olhada como meio de aprendizagem das matérias que nessas escolas são professadas. Para isso não precisaríamos sair de casa, ou a preferirmos, por qualquer razão, as escolas estrangeiras, melhor fariamos em procurar aquelas onde se originam as doutrinas e os sistemas, nos Estados Unidos, por exemplo, ou na Inglaterra ou em França...

O que interessa para os portugueses nas escolas brasileiras é mais propriamente os processos e métodos de ensino adotados e adaptados, as fórmulas pedagógicas ainda para nós um tanto estranhas, os princípios superiores que presidem à evolução da cultura, de uma cultura que modifica e transforma as nossas concepções tradicionais e rotineiras. Assim, a frequência de estabelecimentos de ensino e instrução caberia mais adequadamente aos professores e instrutores; para "alunos", gente de pouca idade, sem experiência da vida, sem espírito de observação devidamente aguçada, tímida por natureza das circunstâncias, pouco adianta, a não ser como simples aprendizagem de proveito quase exclusivamente pessoal.

No Brasil há no entanto três categorias de escolas que muito conviria que fossem frequentadas por oficiais portugueses: são as Escolas de Comando e Estado-Maior, as Escolas Técnicas e sobretudo a Escola Superior de Guerra. Oficiais superiores do E. M. para as primeiras; oficiais já especializados com cursos de engenheiros industriais para as segundas; oficiais-generais para a última. Nesta sobretudo há muito de interessante no que respeita às fórmulas que estão sendo empregadas — por ventura ainda em período experimental — para a

integração das F.A. na vida política, social e económica da Nação, para o entrosamento moral e espiritual da Nação com os órgãos essenciais da sua defesa.

Dentro das condições assim muito por alto expostas, estamos em crer que as Escolas e Centros de Instrução e Ensino Brasileiros, ou mesmo as próprias Unidades de Tropa, estão habilitados a fornecer-nos elementos de proveito e valia para o Intercâmbio que procuramos.

Da Linguagem — Por mais de uma vez temos ventilado o assunto. Existe uma diversidade sem razão entre as formas de linguagem militar que se usam em Portugal e no Brasil. Esta diversidade resulta de vários factores tais como: a negligência — a que o brasileiro é muito atreito — a influência estrangeira — natural em país de emigração — a indisciplina na fala e na escrita — nunca seriamente reprimida — e ainda por cima o estímulo dado por certos nefelibatas que pretendem criar uma língua brasileira e vão produzindo, criminosamente, a desintegração, o abastardamento e a confusão na língua portuguesa. Isto com manifesto desrespeito pelo sacrosanto património literário que todos herdamos de Machado de Assis como de Garrett, de Alencar como de Herculano, como de Camões; isto inteiramente à margem do Acôrdo Cultural.

Algum dia apresentamos o alvitre da constituição de uma comissão mista luso-brasileira que tomasse a seu cargo a unificação requerida pelas circunstâncias e pelos interesses comuns. A essa comissão poderia competir a revisão da redação das publicações oficiais de ordem técnica, combinando e acertando sobre a forma definitiva que conviesse aos dois países irmãos. Cremos que entre a Argentina e a Espanha existe já qualquer organismo semelhante, de carácter civil, destinado à preservação da língua comum. Temos feito notar o uso de certos termos à laia de neologismos quando a tradição, por vèzes de séculos, nos for-

nece termos próprios, bem portugueses e bem militares; temos criticado as traduções do inglês-americano, que em grande parte aparecem como textos de construção e forma americanas, em termos portugueses... ou aportuguesados; temos procurado que se tornem extensivos à linguagem militar os esforços que constatamos por parte de certas escolas, das academias, dos filólogos, de muitos escritores e publicistas brasileiros que presam a língua na sua pureza natural e na sua integridade. Pouco ou nada temos conseguido, nem sequer algum interesse, declarado, por tão premente e delicado problema. Será de considerá-lo na "Iniciativa" em andamento.

Das Competições Desportivas — Todos conhecemos o valor das Competições Desportivas em qualquer género de intercâmbio, até no âmbito das relações diplomáticas. É um meio que se tornou clássico e que devemos aproveitar. No Brasil, os desportos têm tomado um extraordinário incremento, em tôdas as suas variadas manifestações. O contacto imediato com o Departamento de Desportos do Exército (D.D.E.) seria de aconselhar, e resolveria prontamente todos os problemas de relações a estabelecer.

Este é o nosso comentário ao artigo "Entre Portugal e Brasil...". Contém sugestões, opiniões, alvitre; certamente sugere objecções. Seria particularmente interessante que a própria "A Defesa Nacional" colhesse essas objecções e as trouxesse a público — à discussão, talvez. Nasceriam então outras sugestões, outras opiniões, novos alvîtres. E o assunto seria agitado, ventilado, enriquecido com elementos mais aproveitáveis como colaboração, como contribuição para o interesse despertado entre as "*altas individualidades militares do Brasil e de Portugal*" a quem a idéia foi directamente transmitida e que "deve representar o melhor penhor de sucesso" para esta benemérita e patriótica "Iniciativa".

CARTAS GEOGRÁFICAS REFERENTES AO BRASIL DESDE O TEMPO DA FAMOSA ESCOLA DE SAGRES

EXPOSIÇÃO DE CARTOGRAFIA PROMOVIDA PELO SERVIÇO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO

CINCO SÉCULOS DE PROGRESSO

O Serviço Geográfico do Exército apresentou na Exposição Cartográfica, instalada na Estação de Hidros, um dos mais valiosos acervos de cartas históricas referentes ao Brasil, desde o predomínio da famosa Escola de Sagres, até os dias atuais. Objetivou essa mostra dar a conhecer aos geógrafos de todo o mundo um quadro completo das transformações que a nossa Cartografia vem sofrendo, no correr de cinco séculos.

Para melhor entendimento da exposição dessas cartas, o Serviço fez uma síntese dos dados completos, em um catálogo ali distribuído. Por esse catálogo conhecem-se o autor, ano de feitura, escala, etc., dos documentos. Para melhor aproveitamento do material, foi realizada uma criteriosa seleção, orientada no sentido de contribuir, no máximo, para um conhecimento pleno da Cartografia no Brasil.

OBJETIVO DA MOSTRA

Nessa exposição, o Serviço Geográfico do Exército procura evidenciar, através dos mapas retirados de suas coleções de cartas históricas e da sua produção, a contribuição militar luso-brasileira à evolução cartográfica e à representação do território nacional; atestar o grau de progresso alcançado, pela nossa Cartografia e demonstrar, por meio dos desenhos e de mapas, de fotografias e publicações, a evolução constante da aparelhagem empregada, mos-

trando-se assim que os nossos geógrafos, em todas as épocas, foram sensíveis ao progresso da técnica instrumental.

Demonstra a exposição, ainda, os esforços luso-brasileiros, desenvolvidos através de cinco séculos, para o exato conhecimento do nosso território, a gradativa simplificação e a progressiva tendência para a precisão e a sóbria elegância de nossas cartas.

TRAJETÓRIA

A análise da documentação exposta revela, de imediato, os diversos estágios da trajetória ascendente percorrida pela Cartografia brasileira até atingir as modernas e precisas cartas elaboradas pelo Serviço Geográfico do Exército e por outras organizações nacionais.

As peças cartográficas agora apresentadas remontam sua história à época do apogeu da Escola de Sagres, que exerceu grande influência em nossa Cartografia, na obra do infante D. Henrique.

Sob a inspiração de intenso labor científico, os navegantes portugueses dos primórdios do século XVI alargaram o mundo e acabaram com as fantásticas concepções geográficas até então predominantes, com auxílio de agulhas, quadrantes e "regimentos" de estrelas. Dessa época datam a introdução do "meridiano graduado" nas cartas e a contagem das longitudes sobre o Equador.

CINCO SÉCULOS DE PROGRESSO

O progresso da Cartografia brasileira, nos cinco séculos da sua existência, pode ser atestado pelas peças selecionadas à base de séculos.

Já no século XVI encontramos um exemplar do "Atlas de Fernão Vaz Dourado", de 1571, onde a "tela das linhas de rumos", com origem em vários centros, já exhibe as inovações portuguesas da "rosa de 32 pontas", e do "meridiano graduado".

Lutando, principalmente contra a Espanha, pela posse da maior parte do continente sul-americano, Portugal mandou seus geógrafos e astrónomos reais executarem os levantamentos dos pontos estratégicos do nosso país. Dessa época são as cartas do Padre Diogo Soares, geógrafo real de D. João V, salientando a denominada: "O Grande Rio de Prata na América Portuguesa e austral", de 1732.

Esse jesuíta e outro companheiro, Domingues Capassi, foram mandados para cá em 1729 para as tarefas de levantamentos. Do ensino ministrado nas Escolas Militares de Portugal surgiram tôdas as cartas topográficas, geográficas, e os documentos denominados: "planos" e "Perspectos".

MATERIAL EXPOSTO

Salientam-se do conjunto exposto as seguintes peças:

1) "Plano Corográfico Individual do Rio Grande de São Pedro", de 1784, escala: de 12 léguas;

2) "Mapa Geográfico do Rio Amazonas", desenho original aquarela e a bico de pena, com esboço orográfico, de 1758;

3) "Mapa da Comarca de Vila Rica", de José Joaquim da Rocha, de 1778;

4) "Carta do Império do Brasil", do Arquivo Militar, feito no Rio de Janeiro, em 1873;

5) "Carta Topográfica das Terras Diamantinas", sem data e autor, "em que se descrevem todos os Rios, Córregos e lugares mais notáveis, que nelas se contém. Para vêr o Ilmo. Exmo. Sr. Marquês de Pombal";

6) "Barra Austral do Amazonas", pelo Cap. de Fragata José Joaquim U. da Costa, do Arquivo Militar, de 1801.

MODERNA CARTOGRAFIA
BRASILEIRA

O Serviço Geográfico do Exército, órgão oficial que cuida dos assuntos cartográficos no país, tem sua história dividida em quatro fases. A primeira é a do tempo da Comissão da Carta Geral do Império, tendo como seu animador o Marechal Henrique de Beaupaire Rohan; a segunda compreende a época da Comissão da Carta Geral da República; já a terceira apresenta uma série de inovações técnicas, como a introdução da Fotogrametria terrestre, sendo criado o nosso primeiro estabelecimento cartográfico em bases modernas.

Na quarta fase, destaca-se a introdução da Fotogrametria Aérea. Dirige o Serviço, atualmente, o general Aureliano Luiz de Farias.

Cuidaram da organização das mostras os seguintes oficiais: Cel. Luis Eugênio Freitas de Abreu, Ten.-Cel. Antônio da Silva Araújo, e Majores Sinval Pinheiro e Sebastião da Silva Furtado.

ENTREGA DOS PRÊMIOS PANDIÁ CALÓGERAS E JOÃO RIBEIRO

Realizaram-se, na sede da Biblioteca do Exército, como parte das comemorações da Semana da Pátria, as cerimônias de entrega dos Prêmios "Pandiá Calógeras" e "João Ribeiro" e abertura de uma exposição de livros raros, coleção particular do General Angelo Mendes de Moraes.

O "Prêmio Pandiá Calógeras", no valor de Cr\$ 50.000,00 foi conferido ao professor Mecenaz Dourado, autor de "Hipólito da Costa e o Correio Brasiliense". Distinguiu-se com Menções Honrosas do mesmo prêmio os Srs. Samuel Guimarães da Costa, Major Oswaldo Ferraro de Carvalho, João Dornas Filho, Coronel Armando Levy Cardoso, Tenente-Coronel João Batista Peixoto, Dr. Walter Peixoto e Doutor Hamilton Leal.

O "Prêmio João Ribeiro", destinado a estudantes secundários foi concedido por Fredy Rebentisch Hedra e Ivan Camargo da Costa, ambos autores de trabalhos sobre Alexandre de Gusmão. A Petrobrás, que patrocinou esse Prêmio, custeou uma viagem à zona petrolífera da Bahia, aos estudantes premiados. Nessa oportunidade, o Dr. Antonio Coutinho de Carvalho, especialmente convidado pela Biblioteca, discursou sobre "Calógeras e sua Obra". Os professores José Honório Rodrigues e Joaquim Ribeiro saudaram os vencedores do "Prêmios Pandiá Calógeras" e "João Ribeiro", respectivamente.

PALAVRAS DO DIRETOR DA BIBLIOTECA DO EXÉRCITO, CORONEL HUMBERTO PEREGRINO, IDEALIZADOR DOS CONCURSOS LITERÁRIOS PROMOVIDOS POR AQUELA INSTITUIÇÃO CULTURAL

O Exército teve em Pandiá Calógeras, ao lado do Marechal Hermes e do Marechal Eurico Dutra,

um dos seus três grandes Ministros, desde o advento da República.

A obra de Calógeras, à testa do Ministério da Guerra, caracteriza-se, como bem o sabemos, por dois extraordinários empreendimentos: a construção de quartéis e o contrato da Missão Militar Francesa.

Com essas duas realizações eram atendidas as necessidades fundamentais do Exército, naquele estágio.

Os numerosos quartéis que lhe devemos, construções sem luxo, é verdade, mas sólidos, decentes e espaçosos quartéis, vieram proporcionar às nossas guarnições longínquas, pela primeira vez, uma apresentação condigna, além de condições elementares de higiene e de conforto para o pessoal e de conservação do valioso material de guerra.

O contrato da Missão Militar Francesa, embora não tenha sido iniciativa sua, mas do seu antecessor, o General Cardoso Aguiar, constitui, inquestionavelmente, uma realização sua, pois foi na Administração Calógeras que a Missão se constituiu, chegou ao Brasil e começou a funcionar.

Assim, a passagem de Calógeras pelo Ministério da Guerra foi substancialmente fecunda, marcou uma fase da evolução do nosso Exército caracterizada pelo aparelhamento material (construção de quartéis, hospitais, estabelecimentos) e pela elevação do nível profissional (presença da Missão Militar Francesa).

Mas não foi propriamente em atenção à sua obra, no Ministério da Guerra, que fizemos de Calógeras o patrono do Prêmio de Estudos Brasileiros, instituído pela Biblioteca do Exército, e cuja primeira distribuição ora solenizamos. Em verdade, recolhemos inspiração

tanto no estadista, como no político, no diplomata, no historiador, no engenheiro, no economista. Todavia, pensamos, sobretudo, no sentido da obra de Calógeras, que, em qualquer desses setores da sua multiforme atividade, foi, essencialmente, um apaixonado do Brasil. No que estudou, no que realizou, no que sonhou, o Brasil era a preocupação constante e absoluta. "A característica essencial da obra de Calógeras, no dizer do seu eminente biógrafo, Antônio Gontijo de Carvalho é a intangibilidade do dogma da unidade nacional". "Os nossos políticos, acentua o ilustre autor dos "Ensaio Biográficos" — são paulistas, mineiros, pernambucanos, baianos e rio-grandenses. Raríssimos, os brasileiros. Calógeras é uma das exceções". E quem acompanhar a sua ação de homem de governo e de pensador, verificará que nunca se afastou das diretrizes de binômio: "a irrefragabilidade do dogma da Unidade Nacional e o ardente nacionalismo na solução dos nossos magnos problemas".

Não foi inocente, destarte, a escolha de um dia da "Semana da Pátria" para a solenidade de entrega do *Prêmio Pandiá Calógeras*, na sua primeira distribuição. Com efeito, pensar em Calógeras é pensar na Pátria, é ter presente a sua história, os seus problemas, o seu futuro.

Tão pouco foi inocente a iniciativa de associar a esta solenidade o erudito e agudo ensaísta, Dr. Antônio Gontijo de Carvalho. A Biblioteca do Exército, trazendo-o a fazer o discurso alusivo a Calógeras, nesta histórica solenidade, buscou pôr-se à altura do momento. Ouvireis, portanto, alguém que, pela cultura, pela probidade intelectual e pelo aprofundado conhecimento da obra e da personalidade de Pandiá Calógeras, saberá fixar a significação desta homenagem que lhe presta o Exército, quando o faz patrono do Prêmio de Estudos Brasileiros, instituído pela Biblioteca do Exército.

SAUDAÇÃO DO PROF. JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES AOS AUTORES PREMIADOS

Festejamos, hoje, mais uma vitória da Biblioteca do Exército, que, num ato inspirado, criou, para animar os estudos brasileiros, o Prêmio Pandiá Calógeras. Responde o fruto ao trabalho e têm grande parte nesse bom sucesso os cuidados, as indústrias, as diligências e as execuções dos grandes nomes que a ele concorreram. Louvando e magnificando as graças dos que favorecem e premeiam os trabalhos da inteligência e reconhecendo e se alegrando com o proveito que deles todos recebemos, estamos confiados em que o maior premiado é o próprio Brasil, que se vê esclarecido e reconhecido nas origens de sua vida, nas dificuldades dos seus caminhos ou descaminhos, na via dolorosa do espírito dos seus maiores.

Os vários estudos aqui recebidos e louvados, todos, procuraram conhecer e compreender tudo o que a espécie e o destino humanos puderam os pretendem realizar nesse mundo que é o Brasil. A primeira significação deste Prêmio consiste em suprir a falta de uma cadeira de estudos de conjunto, interdisciplinares, sobre um país, que em muitas Universidades fazem, hoje, parte do currículo: estudos americanos, estudos holandeses, estudos russos. Não há terra mais dificultosa de governar e estudar que a pátria: investigar os traços especificamente nacionais, o caráter nacional do povo brasileiro, é tarefa que só poderá ser realizada aos poucos, sob a inspiração e os estímulos de instituições públicas ou sob o amparo do Estado e a garantia da livre manifestação científica.

A flama lançada pela Biblioteca do Exército, que premeia e publica, há de iluminar o caminho dos estudos brasileiros até seu reconhecimento universitário.

A História se compõe de períodos criadores e períodos quietos e calmos. O grande sentido da teoria da periodização consiste em mostrar que não é a contigüidade temporal, mas a proximidade espiritual que põe em relevo certas épocas. Para que a História sirva à vida,

para que estabeleçamos uma conexão entre o passado e o presente, precisamos recuar aquelas fases que possam iluminar o nosso presente. Quais são essas fases? Barraclough, o grande historiador inglês, cujo livro vem provocando uma reviravolta no pensamento histórico, acentua que Alexandre, o Grande, e Júlio César são muito mais relevantes para o mundo moderno, que Luís XIV, Napoleão ou Bismarck, e que não há nada de contemporâneo em Bülow, Tirpitz, Lloyd George ou Stanley Baldwin.

Assim também podemos dizer que importa muito à compreensão da história presente do Brasil o estudo da Independência e da fase que lhe seguiu, pelo conteúdo espiritual, pela modernidade de seus problemas ideológicos e econômicos. Se a história não é dos mortos, mas dos vivos, não pode permanecer indiferente aos impulsos da vida. Se algo existe a aprender no estudo da história é o conhecimento da nossa própria situação real. Por isso dirá ainda o professor inglês que a história que aprendemos e ensinamos tem pouca conexão com as forças em jogo no mundo atual. Os historiadores conservam-se extremamente ligados à paixão da Europa histórica, ou quando muito seguem a expansão da Europa no Novo Mundo e no Mundo Oriental Próximo e Extremo.

Se a história não existe para a estultificação e a fossilização, deve enfrentar a nova situação. Essa história europeizante nos conduz a confundir perigosamente a atual distribuição do poder e das forças que agem no mundo presente. Num país como o Brasil, com mais de 51 % de jovens de zero a dezenove anos, ou seja mais de 30 milhões, em pleno período de formação, continuar a ensinar uma história que focaliza o poder da Europa e a europeização do mundo e ignorar as forças novas que na América e na Ásia mudaram as condições do mundo é um erro de graves consequências.

Num país que passa rapidamente da economia subdesenvolvida para uma fase de desenvolvimento, é preciso preparar a escola e seus

currículos para enfrentar de olhos abertos a nova situação real e estudar mais as origens e o desenvolvimento das grandes forças do mundo atual e os períodos que possam iluminar o nosso presente.

Em face das exigências de pessoal treinado e preparado para a indústria, o governo e a ciência, seria uma fatal ilusão imaginar que pudessemos continuar usando os velhos processos ou limitados aos mesmos recursos. Mais de trinta milhões de jovens brasileiros precisam ser preparados para a futura direção da Pátria. Diante dessa tarefa, iniciativas como esta, estimulando os estudos brasileiros, merecem o mais profundo reconhecimento de todos os patriotas, especialmente quando se nota, como no caso presente, que não só os trabalhos históricos foram de excelente padrão metodológico, mas estudos sérios sobre transportes, energia e produção, focalisaram, com exatidão estatística e rigor documental, os recursos e os problemas da atual economia brasileira. Outros revelaram o amor erudito pelo passado colonial ou pela herança indígena, com segurança de tratamento e cuidadoso exercício crítico. Todos concorreram, com esses estudos, para aluminar o entendimento do Brasil, conseguindo o bemaventurado fim aonde chegam os escolhidos.

"Hipólito da Costa e o Correio Brasiliense" estuda uma das maiores figuras brasileiras do século XIX e do Brasil da Independência. Modelar na pesquisa, na técnica metodológica, na interpretação e composição, amplia pela novidade o nosso saber histórico e enriquece os nossos instrumentos de análise da época atual, pela reconstituição de uma fase comparável a ela. Não se furta, também, ao julgamento, que o historicismo quis abolir da História.

Sem Justiça a República não é República, como sem Julgamento a História não é História. É fácil, a uma distância de um século e meio, adotar em face de Napoleão uma atitude de indiferente relativismo, e todo menino de escola

aprende a falar e escrever sobre Napoleão ou Frederico, o Grande, sem cair no erro vulgar da aprovação ou desaprovação moral. Mas poderemos adotar tal atitude em face de Hitler ou Mussolini? Quando nos dizem que é tolíce julgar Carlos Magno ou Napoleão, Genghis Khan ou Hitler, ou Stalin, pelos seus massacres, ou que tais juízos são marginais, nós só podemos responder que aceitar tal doutrina é violentar as noções básicas de nossa moralidade, confundir nosso senso do passado e ignorar os mais gerais conceitos do pensamento normal.

Não. O historiador julga e a História quer ensinar porque a generosidade, a magnanimidade, a tolerância e o espírito de pacificação de Caxias constituem virtudes que desejamos imitar e ver imitadas. Ninguém escapa do julgamento da História, que escusa, resgata ou redime procedimentos históricos: os que se comportam como Homens e os que agem como figurinhas de historietas. A História quer conhecer tudo aquilo que, não sabido, foi pensado, e que no labirinto do peito voga dentro da noite. Por isso disse Gerhard Ritter, Presidente da Associação dos Historiadores Alemães, no discurso proferido em 1955 no Congresso Internacional de

Ciências Históricas, que "quem quiser fazer história será abrigado a julgar e, para isso, terá de compreender primeiro todo o conjunto. Mas só pode compreender quem trabalhar também com o coração. Quem realmente conhecer a História estará protegido do entusiasmo barato, mas não poderá encarar o seu jôgo sem profunda emoção, pelo menos quando se trata de sua própria terra e de seu próprio povo".

Já dizia Vieira que "muitos transe tens padecido, desgraçado Brasil, muitos te desfizeram para se fazerem, muitos edificam palácios com os pedaços das tuas ruínas, muitos comem o seu pão ou o pão não seu, com o suor do teu rosto; eles ricos, tu pobre, eles salvos, tu em perigo; eles por ti vivendo em prosperidade, tu por eles a risco de expirar". Mas é sempre uma alegria e animação ver que outros concorrem com seu suor e inteligência para a restauração de tua vida.

Saúdo, nos premiados, em nome da Comissão Julgadora, o entusiasmo, a paixão, a luz com que querem desembaraçar, atentos à sua força, os tropeços do caminho do Brasil, para que este, ganhando o domínio de eficiência cumpra a profecia de Arnold Toynbee de se tornar um gigante do poder.

Visita-Inspeção do General Nelson de Melo à Estrada de Ferro Leopoldina

Percorrendo a gare e demais dependências S. Excia. tomou conhecimento das necessidades mais urgentes — Discursos proferidos — Exposição sucinta apresentada pelo administrador da ferrovia

Em visita de inspeção esteve ontem na Estrada de Ferro Leopoldina o General Nelson de Melo, Chefe da Casa Militar da Presidência da República, acompanhado do Adjunto do Gabinete, Tenente-Coronel Inácio Domingues, Tenente-Coronel Nilton Corrêa Melo, Major George Rocha e Capitão Carlos Cardoso, os quais percorreram as diversas dependências da referida ferrovia, tomando conhecimento assim, das necessidades mais urgentes, tendo após ouvido a exposição ao Governo, que lhe apresentou o Coronel Naldir Laranjeira Batista, dos 90 dias de sua administração.

SAUDAÇÃO AO GENERAL NELSON DE MELO

Saudando inicialmente o General Nelson de Melo, falou o Secretário Geral da Leopoldina, Professor Pereira Reis, que também, em nome das funcionárias da ferrovia, ofereceu uma "corbeille" de flores para a esposa do General. A seguir, usou da palavra o Administrador da Estrada de Ferro Leopoldina, Coronel Naldir Laranjeira Batista.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO ADMINISTRADOR DA LEOPOLDINA

A Estrada de Ferro Leopoldina encontra-se em festa, ao receber neste momento a visita de um chefe militar, elevado no alto cenário da administração pública. O General Nelson de Melo visita a Estrada de Ferro Leopoldina procurando, como é do seu hábito, verificar quais são as dificuldades, quais são os obstáculos mais difíceis, para que, com o seu patriotismo, o seu senso de civismo, a sua colaboração espontânea para tudo que diz respeito à causa pública, procurar envidar todo o seu esforço e ajuda para que esta ferrovia possa cumprir com a sua finalidade, que é dar o escoamento da nossa zona produtora para os centros consumidores e o transporte eficiente dos seus passageiros. O General Nelson de Melo, chefe dos atuais administradores da Estrada de Ferro Leopoldina, meu e do meu companheiro, Superintendente Técnico, Coronel Ernani José dos Santos Júnior, militares que somos, aprendemos com ele, e com outros chefes militares da mesma estirpe, a compreender e dedicar inteiramente o nosso esforço e nosso civismo, em favor da causa pública, com o máximo de sacrifício, com o máximo de trabalho, com espírito de camaradagem sã, inteiramente devotada ao cumprimento do dever, sabedores que somos, da grande responsabilidade que pesa sobre os nossos ombros.

ESPIRITO DE SACRIFICIO

Quem administra a coisa pública no presente momento, tem que dedicar sua vida inteiramente à função que exerce, desde às primeiras horas da manhã até altas horas da madrugada, em trabalho ininterrupto para resolver todos os problemas que assolam os atuais administradores da nação.

TRABALHO DE EQUIPE

Sei que uma administração vale pela equipe que possui. A equipe que possuímos, Sr. General, na administração da Estrada de Ferro Leopoldina, é das melhores. Constituída por velhos e experimentados engenheiros da ferrovia, funcionários antigos, aliados a alguns elementos novos e categorizados que me acompanharam quando fui nomeado pelo Senhor Presidente da República para ocupar este cargo. A esta equipe de trabalho, aliada ao esforço de todos os funcionários, operários e trabalhadores desta ferrovia, devemos a melhoria que os nossos serviços vêm apresentando. A ela devemos o alevantamento moral da situação dos funcionários e trabalhadores da estrada. Devemos também a amigos que trabalham fora da nossa ferrovia, fora dos seus quadros, são elementos de valor, constituídos pela nossa imprensa, o nosso Congresso e administradores de outros setores das coisas públicas que nos ajudam a resolver os nossos problemas.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Aproveito a oportunidade da visita de V. Excia. a esta Estrada, Sr. General, para fazer uma declaração à imprensa e ao povo brasileiro, de que tudo o que conseguimos fazer em 90 dias de administração nesta ferrovia, é a conjugação do esforço de todos os que aqui trabalham com o pensamento voltado para o progresso da grandeza da nossa Pátria. Engenheiros, funcionários, operários e trabalhadores, todos sabem patrioticamente cumprir com o seu dever, com a finalidade de resolver os problemas da Estrada de Ferro Leopoldina. Servindo à ferrovia, estão prestando um grande serviço ao Brasil. Peço permissão, Sr. General, para em um resumo sucinto, mostrar à V. Excia. e ao povo, os resultados de uma administração ainda nova, com apenas 90 dias de trabalho na cúpula e nos destinos desta estrada. Procuramos, ao assumir a Administração da Estrada de Ferro Leopoldina, atender, em parte, o problema social que assola os seus funcionários e trabalhadores, diminuindo a capacidade de produção. Podemos dizer, no presente momento, que já providenciamos a inauguração para o próximo fim deste ano de três escolas primárias que serão localizadas em São Geraldo, Recreio e Ponte Nova, onde deverão cumprir sua finalidade. Em Cachoeira de Macacu — Pôrto Novo, Bicas, Imbetiba, etc., já estão funcionando cinco escolas primárias. Para estas escolas, que são destinadas a dar instrução aos filhos dos nossos ferroviários e trabalhadores, já providenciamos o fornecimento de merendas escolares, procurando assim, contribuir para resolver a parte de nutrição dos familiares dos nossos trabalhadores. O nosso serviço médico atendeu nestes 90 dias de administração, 9.642 pessoas. 200 trabalhadores foram hospitalizados e realizadas 200 operações cirúrgicas. Já estamos providenciando a construção do hospital do ferroviário. Dentro de poucos dias faremos a inauguração de uma farmácia para atender aos nossos trabalhadores, operários e mais 60 mil dependentes. Os nossos armazéns reembolsáveis já fornecem hoje mercadorias para os nossos trabalhadores e podemos oferecer à V. Excia., no momento, uma lista de preços de aquisição nos armazéns, podendo declarar que os nossos operários adquirem talvez, gêneros em uma tabela que seja considerada a

mais barata de todo o Brasil, porque estamos adquirindo os nossos produtos para fornecimento aos nossos ferroviários e assemelhados nas próprias fontes produtoras, servidas pelas nossas estradas como Caratinga — Zona da Mata — Estado do Rio e outros setores. Já providenciamos as adicionais a serem pagas a todos os aposentados da E.F.L., os quais já a muito tempo vinham reivindicando. Já entramos em contacto com a Caixa Econômica do Estado do Rio e a Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro para proporcionar meios aos nossos funcionários e ferroviários de adquirirem empréstimos sobre consignações em folha e o fornecimento



de financiamento para construção de casas próprias, para os ferroviários e funcionários da Estrada. Procuramos, Sr. General, na medida do possível, resolver todos os problemas sociais que afligem os nossos ferroviários e os nossos trabalhadores, podendo adiantar que os resultados serão fecundos, porque o nosso trabalhador é um homem que envida todo o seu esforço de trabalho, em prol daquilo que se deseja que ele faça. A prova é que, com este início de assistência social eles já aumentaram a sua produção na nossa ferrovia, sentindo os benefícios deste tratamento. O nosso material técnico, as nossas oficinas, as nossas construções, todos os setores da nossa estrada, melhoraram consideravelmente na sua produção. Podemos adiantar que em cerca de 36 quilômetros de linhas ferroviárias já estão sendo mudados os trilhos. Trilhos de 37 quilômetros, por metro para melhorar a estabilidade das nossas linhas. Já foram substituídos nas linhas 123.583 dormentes, em trechos em que existiam dormentes podres assentados sobre a terra, provocando com isto descarrilhamento e tombamento de vagões. Com esta substituição de dormentes e trilhos nós daremos às nossas linhas mais estabilidade, permitindo assim, um movimento de composições pesadas, o que antes não

acontecida. As nossas linhas, neste período de 90 dias de administração, já se transformaram de 4.045 metros montadas em dormente sobre terra, para dormentes assentados sobre lastro, ou por outra, 4.045 metros da nossa ferrovia que não tinham lastro, no momento já estão devidamente seguras. Para maior estabilidade das nossas linhas as nossas oficinas, neste período de 90 dias de trabalho administrativo, repararam 60 locomotivas e vagões. 142 locomotivas estão em regime de conservação nestas oficinas. Cerca de 50 carros de passageiros foram reparados. 417 vagões também foram reparados. Foram substituídos 368 aros e cerca de 1.610 outros foram torneados. 30 eixos novos foram colocados em nossas locomotivas. Cerca de 74 rodas também foram colocadas. Foram fundidas 380 toneladas de ferro. Cerca de 600 mil metros cúbicos de madeiras foram serrados em nossas oficinas. 250 mil metros cúbicos de madeira foram beneficiadas.

Em matéria de construção, na via permanente, nesse período, já concluímos as instalações sanitárias em Guachindiba e a construção da cobertura de oficinas em Cachoeira de Macacu. Aumento de subdesvio em Casemiro de Abreu. Construção de cercas e passagens. Fornecimento de água. Aumento de cômodo em pósto telegráfico. Construção de carvoeiras e desvio em Cachoeira de Itapemirim. Construção de escritórios em Bicas. Construção de escritório para mecânica, também em Bicas. Alçamento de muros em Barão de Mauá. Início de construção do cercamento da nossa ferrovia na parte suburbana até Caxias, com muros de concreto armado e cinco construções de passagens aéreas para pedestres. Devo adiantar também, Sr. General, que neste período transitaram pela nossa ferrovia, cerca de 7 milhões de passageiros, em u'a média de 80.000 passageiros diários no seu trânsito suburbano para Caxias e interior, para as linhas de Campos, Vitória e outras mais. O nosso transporte de carga aumentou consideravelmente.

Com relação às zonas produtoras para os nossos centros, nós lhe fornecemos e apresentamos neste momento uma carta em que figura toda a quilometragem da EFL, mostrando a parte da zona produtora que a estrada tem obrigação de escoar as mercadorias. Infelizmente no momento a nossa Estrada não está com capacidade técnica para dar este escoamento. Como já é do conhecimento público, e declarado pela imprensa ao povo, a Leopoldina no momento está dotada de material obsoleto, locomotivas a vapor, deficiência de linhas. Esperamos em breve apresentar a Leopoldina com locomotivas Diesel Elétricas funcionando, carros de aço, cumprindo assim fielmente a nossa finalidade.

Depois de ouvir com toda a atenção a exposição apresentada pelo Administrador da Estrada de Ferro Leopoldina, o General Nelson de Melo em breves palavras pronunciou-se da seguinte maneira:

PALAVRAS DO GENERAL NELSON DE MELO

Surpreendido pela carinhosa acolhida com que fui recebido, na Estrada de Ferro Leopoldina, agradeço a atenção dedicada, assim como a "corbeille" que as funcionárias da Estrada ofereceram a minha esposa. Pelo que assisti, vejo a grande necessidade de melhor se aparelhar a Leopoldina. Dentro dos próximos quatro anos tenho certeza ela estará em condições de prestar grande serviço ao País. Peço um crédito de confiança para a administração do Coronel Naldir Laranjeira Batista, o qual com a sua dedicação e capacidade de trabalho colocará a Estrada de Ferro Leopoldina nas condições de utilidade que dela esperam os que são servidos pelas suas linhas.

A CAXIAS, O PATRONO DO EXÉRCITO

O Jôquei Clube Brasileiro homenageou-o, domingo último, no Hipódromo da Gávea — Eloquentes discursos trocados por ocasião do almoço oferecido ao Ministro da Guerra

Foi brilhantemente desenvolvido a festa de domingo, 26 de agosto, com que o Jôquei Clube Brasileiro homenageou o Duque de Caxias, Patrono do Exército Nacional. No Hipódromo da Gávea foi realizado o Grande Prêmio que, anualmente, lhe é dedicado e em que se vitoriou a égua "Roleta", do Stud Linneo de Paula Machado, montada por Oswaldo Ullôa, o fato foi comemorado no Salão das Rosas, quando, em nome do Ministro da Guerra, foi entregue, pelo General Aristoteles de Souza Dantas, uma taça de prata ao Dr. Francisco Eduardo de Paula Machado. Foi servida uma taça de champagne aos presentes, sendo trocadas saudações entre o General Souza Dantas e o Dr. Francisco Eduardo de Paula Machado.

O ALMOÇO

Antes do programa de corridas, no Salão das Rosas, do Hipódromo da Gávea, foi servido um luto almoço, oferecido pelo Jôquei Clube Brasileiro ao Ministro da Guerra e aos generais com comando nesta Região, com participação de diretores, conselheiros e comissários da sociedade e outras pessoas gradas.

DISCURSOS TROCADOS

Ao champagne foram produzidos eloquentes discursos. O Dr. Mario de Azevedo Ribeiro, Presidente do Jôquei Clube Brasileiro, saudando o Exército, e, em nome deste, por delegação do Sr. Ministro da Guerra, o General Danton Teixeira:

A SAUDAÇÃO DO PRESIDENTE DO JÓQUEI CLUBE BRASILEIRO

O Dr. Mario de Azevedo Ribeiro, Presidente do Jôquei Clube Brasileiro, pronunciou o seguinte discurso:

"Senhor Ministro. Senhores Generais — O importante papel, que desempenham os exércitos na vida das nações, despertou sempre a admiração e o reconhecimento dos povos aos seus legítimos defensores.

No amor à pátria, sublimam-se os predicados de caráter e de fidelidade que constituem a riqueza moral dos mais belos sentimentos humanos.

Militares e civis, unidos pela fé e pela confiança, nos destinos gloriosos do berço comum, exaltam de alegria e de entusiasmo, quando enaltecem o culto acrisolado ao fervor patriótico.

Irmãos, pelos mesmos ideais, vibram juntos, na certeza de construir um porvir radioso para a terra bem-fadada onde nasceram. A chama da esperança há de iluminar, em todos os tempos, os filhos dignos do solo abençoado.

A efeméride de 25 de agosto entrou para os fastos nacionais. É uma data representativa que tem, para os brasileiros, o mais significativo valor. Evoca toda uma classe que se dedica, exclusivamente, a servir ao país, com desprendimento e abnegação.

São conhecidos os intuitos nobres de quantos se filiam ao manejo das armas. O código da disciplina impõe rigores e exige dotes vocacionais. A figura de soldado reúne atributos especiais que destacam a personalidade profissional. A faina da caserna é uma escola de renúncia e de preparação técnica.

O heroísmo e a bravura dos militares não excluem a consciência dos seus deveres de cidadão. A história do Brasil consigna a participação de vultos eminentes do Exército em acontecimentos do maior relevo para o futuro da nacionalidade.

Nas campanhas da independência política e nas guerras ocorridas no império, ou nos movimentos da abolição e da república, houve lances emocionantes de intrepidez e de coragem que se emolduraram no desfecho generoso do perdão e da concórdia.

A escolha do patrono retrata, com evidência, os aspectos apontados que exornam a individualidade do militar brasileiro. No feitiço pessoal do notável Marechal Duque de Caxias, refletiam-se bem os sinais definidos. Era o soldado e o cidadão, por excelência. Era o homem da tropa e, também, o cavaleiro de sociedade.

A homenagem oferecida a V. Exa., Sr. Ministro, e aos seus ilustres companheiros-de armas, no Jôquei Clube Brasileiro, revela o aprêço e a consideração de um grêmio de elite que reconhece o sentido elevado do preito tributado.

Tenho a grata satisfação de interpretar o pensamento coletivo do quadro social, erguendo a minha taça em honra do Exército Nacional!"

A RESPOSTA DO EXÉRCITO

O General-de-Divisão Danton Teixeira, em nome do Ministro da Guerra, pronunciou o seguinte discurso, de agradecimento:

"Exmo. Sr. Dr. Mário Ribeiro — Concedeu-me o Sr. Ministro da Guerra a honrosa incumbência de agradecer a V. Exa. e aos associados do Jôquei Clube Brasileiro as homenagens que esta instituição tributa ao nosso excelso Patrono — o Duque de Caxias. Esse vulto extraordinário que é o Guia Espiritual do Exército, pelo conjunto de serviços prestados à Pátria, na pacificação política do Império e na defesa, pelas armas, da sua soberania, bem traduz na sua complexa personalidade as nobres virtudes do povo brasileiro. Taciturno, meditativo, calculista, impoluto, esse eminente chefe reunia os altos requisitos que lhe haviam de conferir, pela ação nos campos de batalha, desfilando em três capitais de países americanos, o título de general invicto. Intransigente na sua dignidade pessoal, eminentemente cristão, passou desta para uma vida melhor, na paz bucólica da sua fazenda, entretido nas harmonias da natureza, cercado de carinho da família, já insensível aos louvores humanos, mas confiante no juízo sereno e definitivo da posteridade. Foi, em todos os passos de sua vida, pública ou particular, um exemplo que as gerações atuais guardam com orgulho dessa grande e invencível espada do exército imperial.

Agradecemos, assim, Dr. Mário Ribeiro, as palavras de elevada exaltação cívica de sua oração. O Exército brasileiro sempre acompanhou a trajetória vitoriosa do turfe nacional. Mórmente no setor que me cabe dirigir, na administração militar, a Diretoria da Remonta, nela sempre tiveram ressonância as provas evidentes da técnica e da pertinência dos proprietários dos nossos Haras de criação. Se é verdade que a contri-

buição da Diretoria tem sido modesta temos que aceitar entretanto que ela tem dado tudo que lhe permitem seus escassos recursos. Mas agora com a recente Lei n. 2.820, de 1 de julho último, vai a criação equina tomar novo e alentador incremento o que permitirá à Remonta e ao Ministério da Agricultura auxiliar substancialmente os criadores das diversas raças do país. O nosso esporte hipico, de adestramento, salto e polo, que cada vez mais se impõe no conceito internacional pelo brilho das nossas delegações de civis e militares, vai contar também com elementos para uma representação mais condigna e eficiente. Pretendemos estender



a mão a todos os criadores de equinos que no mais recôndito do nosso imenso território, fazem desse nobre animal uma força econômica de trabalho. Como vimos neste rápido bosquejo os nossos clarividentes legisladores foram buscar recursos das corridas de cavalo para fomentar a criação de outras raças de mais utilidade ou aplicação prática, fortalecendo assim a nossa economia e propiciando sobretudo salvaguardar os interesses da defesa nacional. Mas eu temo, meus senhores, e falo sem reservas, como Diretor do órgão técnico que foi mais beneficiado pela lei citada, eu temo dizia, que novas leis complementares venham entorpecer, reduzir ou anular os objetivos patrióticos da lei já promulgada. Como podemos limitar o ganha pão de milhares de empregados dos nossos dois grandes hipódromos se nesses mesmos dias da semana que lhes querem imobilizar, as nossas outras praças de esportes regorgitam de espectadores?

O turfe e o hipismo são esportes que, além de elegantes, têm frequência popular. As nossas duas maiores cidades são centros de turismo nacional. Caravanas de brasileiros vem continuamente do interior deliciar-se com as galas da nossa natureza e usufruir os requintes do nosso progresso urbano. Limitar o desenvolvimento normal dessas sociedades será criar problemas sociais de complicada solução. Apelo para os responsáveis a fim de examinarem o assunto com serenidade e isenção.

Dr. Mário Ribeiro — A cavalaria brasileira tem uma estrela-guia. Chama-se Osório. A sua fama, o prestígio, a sedução empolgante do seu porte militar era tal que a soldadesca resumia o seu nome como um grito de guerra, sem os atavios de títulos e brasões — Osório. Era Marechal de Exército e Marquês, mas no coração do povo o seu nome valia mais do que as insígnias e a nobreza. Quiz uma feliz coincidência que o meu

ilustre amigo tivesse por companheira dedicada de sua vida, uma neia deste vulto legendário que as fronteiras da Pátria foram insignificantes para guardar o eco do nome e da Glória. Ele madrugou na vida castrense aos 17 anos, em Sarandi, na árdua tarefa de cobrir uma retirada. Depois não descalçou mais a lança do estribo e em Passo do Rosário, Monte Caseros, Paissandu, Uruguaiana, Passo da Pátria, Tuiuti, Humaitá, Avaí e Campo Grande, o exército o acompanhou delirante no caminho do triunfo e da imortalidade. Ele fez essas campanhas no dorso de um cavalo que até hoje mantém as suas linhas feno e genotípicas o cavalo crioulo. A Diretoria da Remonta já assentou e vai pedir a sanção oficial para as normas de adoção do cavalo crioulo como montada definitiva dos nossos soldados. Estudará em Fazenda Experimental a ser criada na nova estrutura do Exército, proposta pelo Sr. Ministro da Guerra, e ontem promulgada, o tipo mestiço para esporte e montada dos nossos oficiais, todos com base no cavalo de corrida.

Dr. Mário Ribeiro — Em nome do Exército agradeço a V. Exa. a honra e o sentido patriótico desta reunião e ergo a minha taça pela felicidade pessoal sua e de sua Exma. família e pela crescente prosperidade desta prestigiosa Instituição."

PESSOAS PRESENTES

Estiveram presentes ao almoço oferecido pela Diretoria do Jôquei Clube Brasileiro, as seguintes pessoas :

Ministro da Guerra, General-de-Exército Henrique Teixeira Lott ; Generais-de-Exército Odylio Denys, Aristoteles de Souza Dantas e Octavio Saldanha Mazza ; Generais-de-Divisão Floriano de Lima Brayner, Raphael Danton Teixeira, Dr. José Vieira Peixoto, Eudoro Barcellos de Moraes e Leonidas Amaro ; Generais-de-Brigada Ilydio Romulo Colonia, Arthur da Costa e Silva, Floriano Peixoto Keller, Djalma Dias Ribeiro, Augusto Corrêa Lima, Armando Villanova de Vasconcellos, Aurelio Alves Ferreira, Inimá Siqueira, Amaury Kruel, Emilio Maurell Filho, Augusto da Cunha Magessi Pereira, Rodrigo José Mauricio, Benedito Cesar Rodrigues, João Baptista de Mattos, Aureliano Luiz de Farias, Antonio Alves Filho e Armando Dubois Ferreira ; Capitão William Stockler Pinto, Senador Adolpho Krieger ; Deputado Flores da Cunha ; Drs. Fabio Prado e Ulysses Paes de Barros, Presidente e Secretário do Jôquei Clube de São Paulo ; Fabio Bey, Presidente do Jôquei Clube de São Vicente ; e da Diretoria do Jôquei Clube Brasileiro, o Presidente, o Vice-Presidente e os Secretários Drs. Mario de Azevedo Ribeiro, Francisco Eduardo de Paula Machado e Professor Luiz Pinheiro Guimarães, Dr. Jair Negrão de Lima e conselheiros e membros das diversas comissões : Ministro Luiz Gallotti ; Sr. Alberto de Paiva Garcia ; Drs. João Saavedra, Roberto de Souza Coelho, Celmar Padilha, Alvaro Werneck, Carlos Velasco Portinho, Edgar Pereira Braga, Ibsen de Rossi, José Moreira da Fonseca, Adayr Elras de Araujo, Coronel Adhemar Fonseca, Almirante Augusto do Amaral Peixoto, Srs. Pedro de Magalhães Corrêa, Ralph H. Greenwood, Deputado Danton Coelho, Drs. José Manoel Fernandes, Murillo Lavrador, Francisco Gonçalves Penna, Humberto Smith de Vasconcellos, Jayme de Oliveira Santos, José Caetano de Oliveira e Sr. Rodolpho Porto D'Ave.

BRASILIANAS

● Usina Termoeletrica em Santa Catarina

A MENSAGEM DO SR. PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHKE AO CONGRESSO NACIONAL — SERA LOCALIZADA EM CAPIVARI, MUNICIPIO DE TUBARAO, O EMPREENDIMENTO — PRODUCAO DE 100.000 KWS INICIALMENTE

Em solenidade realizada no Palácio do Catete, o Sr. Juscelino Kubitschke, Presidente da República, assinou mensagem encaminhando ao Congresso Nacional projeto de lei que autoriza a União a constituir uma sociedade com o objetivo de construir e explorar uma usina termoeletrica na localidade de Capivari de Baixo, Municipio de Tubarão, Estado de Santa Catarina, destinada a produzir 100.000 kws, consumindo o carvão secundário, resultante do beneficiamento dos carvões catarinenses.

A MENSAGEM AO CONGRESSO

"Na mensagem que tive a honra de enviar ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura da atual sessão legislativa, indiquei como meta de meu Governo, no setor de energia elétrica, a elevação para 5.000.000 kw, no quinquênio 1956-1960, da potência de 3.000.000 kw instalada em 1955. Os órgãos especializados da Administração Federal estão concluindo os estudos técnicos e econômicos imprescindíveis para que os programas governamentais visando a consecução daquele objetivo tenham imediata execução.

Dentro da política geral de multiplicação e diversificação do consumo nacional de combustíveis e energia, dedica o Governo especial atenção à indústria do carvão na-

cional, reconhecendo sua capital importância como fonte do carvão metalúrgico indispensável aos novos empreendimentos siderúrgicos e extraordinário manancial de energia, até hoje escassamente aproveitado entre nós."

FABRICAÇÃO DO COQUE METALÚRGICO

"Nesse particular, vem o Governo examinando atentamente o problema do carvão de Santa Catarina, única fonte conhecida, em nosso território, de combustível capaz de ser utilizado na fabricação do coque metalúrgico. Dado o fato da produção de carvão metalúrgico ser acompanhada da produção de grande quantidade de combustíveis intermediários, suscetíveis de serem utilizados na geração de eletricidade, foi recomendado que se projetasse a instalação de usina geradora na própria zona de produção, com conseqüente eliminação de despesas de transporte e de manuseio.

Com base nos estudos realizados, sugeriu a Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional a construção de uma usina termoeletrica, na localidade de Capivari de Baixo, Municipio de Tubarão, no Estado de Santa Catarina, com a potência inicial instalada de 100.000 kws e destinada a consumir o carvão secundário resultante do beneficiamento dos carvões catarinenses. Na exposição em que sugere essa iniciativa, salienta o Diretor Executivo da Comissão a necessidade da criação, em Santa Catarina, de um mercado consumidor para o carvão secundário resultante da produção do carvão siderúrgico, sob pena de grave ameaça à sobrevivência da indústria carbonífera daquele Estado."

QUARENTA MESES PARA CONSTRUÇÃO DA USINA

"O custo da usina está estimado em Cr\$ 790.000.000,00 e em cerca de 40 meses o prazo de sua construção.

Para assumir a responsabilidade da construção e exploração da referida usina termoeletrica, foi proposta a criação de uma sociedade de economia mista sob a denominação de Sociedade Termoeletrica de Capivari (Sotelca). O capital da empresa será no valor de Cruzeiros 420.000.000,00, dos quais a União subscreverá Cr\$ 130.000.000,00, sendo Cr\$ 120.000.000,00 subscritos pela Companhia Siderurgica Nacional. A subscrição da quota de capital da União representará encargo novo para o Tesouro Nacional, pois a respectiva despesa correrá à conta de recursos especiais já concedidos à Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional pela Lei n. 1.866, de 11 de junho de 1953, tornando-se apenas necessária uma alteração na especificação desses recursos."

INSTALAÇÃO DE NOVAS INDÚSTRIAS

"O Estado de Santa Catarina, conforme declaração de seu governador, subscreverá ações da empresa no valor de Cr\$ 160.000.000,00. Tem aquela unidade federativa interesse substancial na concretização do empreendimento, que virá atender às necessidades de energia elétrica de diversas regiões catarinenses a cobrir um "deficit" da potência, calculado em 55.000 kw em 1960 e 76.000 kw, em 1966, sem se levar em conta o aumento de demanda que resultará da existência, na região, de energia elétrica abundante, incentivando a instalação de novas indústrias.

A subscrição da parte restante do capital ficará a cargo de empresas mineradoras de carvão, que fizeram sentir à Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional o seu interesse em participar do empreendimento.

Estando de acordo com a fórmula proposta pela Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional, tenho a honra de submeter ao exame e deliberação do Congresso Nacional

o anexo projeto de lei que autoriza a União a constituir a Sociedade Termoeletrica de Capivari (Sotelca) e dá outras providências."

O PROJETO DE LEI

É o seguinte o texto do projeto de lei que acompanha a mensagem :

Art. 1º. Fica a União autorizada a constituir uma sociedade por ações, que se denominará Sociedade Termoeletrica de Capivari (Sotelca).

Art. 2º. A Sociedade terá por objeto a construção e exploração de uma usina termoeletrica na localidade de Capivari de Baixo, Município de Tubarão, Estado de Santa Catarina, com a potência inicial instalada de cem mil (100.000) quilowatts e destinada a consumir o carvão secundário resultante do beneficiamento dos carvões catarinenses.

Art. 3º. Poderão subscrever ações da Sociedade o Estado de Santa Catarina, a Companhia Siderurgica Nacional e particulares, em proporções que forem estabelecidas nos Estatutos sociais.

Art. 4º. A Companhia será administrada por uma Diretoria composta de um presidente, livremente escolhido e nomeado pelo Presidente da República, um Diretor Industrial e um Diretor Comercial, eleitos em Assembléia Geral por 4 (quatro) anos, podendo ser renovado o mandato.

Parágrafo único. Os Diretores Industrial e Comercial serão eleitos dentre os nomes indicados em lista triplice, respectivamente, pela Companhia Siderurgica Nacional e pelo Governo do Estado de Santa Catarina.

Art. 5º. O representante da União nos atos constitutivos e nas assembleias gerais da Sociedade será o Diretor Executivo da Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional ou a pessoa que por lei o substituir.

§ 1º. A constituição da Sociedade será aprovada por decreto do Poder Executivo e os atos constitutivos serão arquivados no Registro do Comércio, com uma cópia autêntica do decreto de sua aprovação.

§ 2º. A Sociedade, uma vez arquivados os seus atos constitutivos, na conformidade do § 1º, ficará au-

tomáticamente autorizada a funcionar, inclusive como empresa de energia elétrica.

Art. 6º. Na elaboração dos Estatutos da Sociedade serão observadas, em tudo que lhes for aplicável, as normas da Lei de Sociedades Anônimas. A reforma dos Estatutos em pontos que impliquem modificações desta lei depende de autorização legislativa.

Art. 7º. O capital inicial da Sociedade será de quatrocentos e trinta milhões de cruzeiros, distribuídos em quatrocentos e trinta mil (430.000) ações ordinárias nominativas, do valor nominal de mil cruzeiros cada uma, do qual a União Federal subscreverá cento e trinta milhões, podendo o Estado de Santa

Catarina subscrever cento e sessenta milhões, a Companhia Siderúrgica Nacional, cento e vinte milhões e ficando o restante do capital para ser subscrito por particulares, de preferência mineradores de carvão, pessoas naturais ou jurídicas, que explorem minas da região.

Art. 8º. A integralização das ações subscritas pela União será feita mediante utilização das dotações postas no Banco do Brasil, por antecipação, à disposição do Diretor Executivo da Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional, nos termos do art. 23 da Lei n. 1.886, de 11 de junho de 1953, ficando para esse fim, assim alterada a especificação das dotações do Anexo n. 1 à mesma lei.

I — Setor Transporte :

Onde se lê :

	Cr\$
2 — Aquisição de uma frota carvoeira, para transporte a granel.....	110.000.000,00
4 — Instalação de uma Central Termoelétrica.....	10.000.000,00
7 — Construção de uma carvoeira.....	10.000.000,00

Leia-se :

Participação da União numa Sociedade de Economia Mista, destinada à construção de uma usina termoelétrica em Santa Catarina.....	130.000.000,00
--	----------------

Art. 9º. A integralização das ações subscritas pelos demais acionistas será feita pela forma estabelecida na Lei da Sociedade por Ações e nos Estatutos Sociais.

Art. 10. Os atos de constituição da Sociedade e de integralização do seu capital, tem como as propriedades que possuir e as aquisições de bens móveis e imóveis que fizer e ainda os instrumentos de mandato para o exercício do direito de voto nas Assembleias Gerais serão isentos de impostos e taxas e quaisquer outros ônus fiscais compreendidos na competência tributária da União, que se entenderá com as outras entidades de direito público, solicitando-lhes os mesmos favores para a Sociedade, da qual participará, na esfera de sua competência tributária.

Art. 11º. A Sociedade gozará de isenção de direitos de importação para consumo e demais taxas aduaneiras em relação aos maquinismos,

seus sobressalentes e acessórios, aparelhos, ferramentas, instrumentos e materiais destinados à construção, instalação, ampliação, melhoramento, funcionamento, exploração, conservação e manutenção de suas instalações, para os fins a que se destina.

Parágrafo único. Todos os materiais e mercadorias referidos neste artigo, com restrição quanto aos similares de produção nacional, serão desembaraçados mediante portaria dos inspetores das alfândegas.

Art. 12. A Sociedade fica assegurado o direito de promover desapropriação, nos termos da legislação em vigor.

Art. 13. Os militares e os funcionários públicos civis da União e das entidades autárquicas, paraestatais e das sociedades de economia mista, poderão servir na Sociedade Termoelétrica de Capivari (Sotelca), em funções de direção ou de natureza técnica, não podendo, todavia,

acumular vencimentos, gratificações ou quaisquer outras vantagens, sob pena de se considerar como tendo renunciado ao cargo primitivo.

Art. 14. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

● Rede de Armazéns e Transportes Frigoríficos

EXPLORAÇÃO DO FRIO INDUSTRIAL PELOS FRIGORÍFICOS NACIONAIS S.A. (FRINASA) — LEI SANCIONADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA — ESTATUTOS DA NOVA SOCIEDADE

O Sr. Juscelino Kubitschek sancionou lei do Congresso Nacional, que autoriza a organização de uma sociedade por ações, denominada Frigoríficos Nacionais S.A., para a instalação de uma rede de armazéns e transportes frigoríficos.

O novo diploma legal, que trata da criação e finalidade da FRINASA, tem o seguinte texto:

“Art. 1º. É o Poder Executivo autorizado a organizar uma sociedade por ações, com sede e fóro na Cidade do Rio de Janeiro e pelo prazo de vinte anos, destinada a explorar a indústria do frio, mediante instalação de uma rede de armazéns frigoríficos, e a criar transportes frigoríficos (ferroviários, rodoviários, aéreos e marítimos).

§ 1º. A sociedade a ser organizada ocupará-se, em princípio, com a exploração da armazenagem e do transporte dos produtos perecíveis que necessitam do frio industrial para a sua conservação. Apenas por necessidade de ordem pública e determinação expressa do Governo, poderá a sociedade explorar o comércio dos produtos que transportar ou armazenar.

§ 2º. Na organização da sociedade que se denominará Frigoríficos Nacionais Sociedade Anônima (FRINASA) observar-se-ão inicialmente, as normas constantes dos estatutos anexos à presente lei.

Art. 2º. O capital da FRINASA será de cinquenta milhões de cruzeiros, representado por cinquenta mil ações ordinárias e nominativas de mil cruzeiros cada uma.

§ 1º. As ações de que trata este artigo serão subscritas:

I) vinte e seis mil pelo Tesouro Nacional e integralizada em duas parciais de treze milhões de cruzeiros, cada uma, sendo a primeira no ato da subscrição e a segunda trinta dias depois;

II) vinte e quatro mil por particulares e integralizadas, em quatro parcelas iguais, sendo a primeira no ato da subscrição e as outras três nos três meses que se seguirem.

§ 2º. As ações nominativas, depois de integralizadas, poderão ser transformadas em títulos ao portador a requerimento dos seus subscritores.

Art. 3º. É o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial de vinte e seis milhões de cruzeiros, a fim de atender às despesas com a subscrição de capital da FRINASA, por parte do Tesouro Nacional, nos termos desta lei.

Art. 4º. É a FRINASA autorizada a aumentar o capital até a importância de cem milhões de cruzeiros e emitir ações preferenciais com o dividendo mínimo de seis por cento a partir da data da subscrição e reembolso, em caso de liquidação.

Art. 5º. A FRINASA será administrada por cinco diretores, dos quais o presidente de livre nomeação e demissão do Presidente da República, os mais eleitos pela assembléia geral na forma da legislação em vigor, pelo prazo de quatro anos e cujo mandato poderá ser renovado.

Parágrafo único. É assegurado à minoria constituída pelo capital particular a participação de dois diretores na diretoria.

Art. 6º. A FRINASA gozará, pelo prazo de cinco, anos de isenção de direitos e taxas aduaneiras para a importação de maquinismos e equipamentos necessários à instalação e funcionamento dos armazéns frigoríficos, bem como veículos e navios frigoríficos, desde que não tenham similares na indústria nacional.

Art. 7º. A FRINASA gozará, também, de isenção de quaisquer impostos federais, exceto o imposto sobre a renda, pelo prazo de dez anos.

Art. 8º. A FRINASA terá o direito de emitir obrigações ao portador, tanto quanto o desenvolvimento dos seus negócios o exija, baseando-se no art. 1º § 4º do Decreto n. 177-A, de 15 de setembro de 1893, e nos decretos posteriores n. 2.080, de 7 de janeiro de 1909 e n. 5.466, de 9 de fevereiro de 1923, considerando ser a FRINASA uma empresa de utilidade pública, similar às empresas ferroviárias, companhias de navegação, viação e portuárias.

Art. 9º. Respeitados os direitos de terceiros anteriormente adquiridos, são outorgados à FRINASA, desde a sua organização:

I) autorização para construir suas instalações frigoríficas, nos terrenos que adquirir, na forma desta lei, dentro das zonas portuárias, definidas no Decreto n. 24.59, de 6 de julho de 1954 e n. 20.501, de 24 de janeiro de 1946;

II) o direito de construir, mediante indenização, os seus armazéns em terrenos particulares, desapropriados pelo Estado por interesse social, quando indispensáveis para a execução do programa proposto ao Governo e não possua a sociedade outros terrenos em condições, provando a impossibilidade de compra direta;

III) o Governo tomará todas as providências e empregará todos os meios ao seu alcance para possibilitar e facilitar as negociações entre a FRINASA e as empresas ferroviárias, governamentais ou particulares para a circulação dos trens frigoríficos e construção dos desvios necessários.

Art. 10. É a FRINASA obrigada a:

a) construir os armazéns frigoríficos em locais aprovados pelo Ministério da Agricultura, atendendo aos interesses e necessidades das várias regiões do país, e conforme programa de realização progressiva a ser apresentado pela sociedade à aprovação daquele Ministério;

b) submeter à aprovação do mesmo Ministério os projetos, especificações, instalações e aparelhamentos;

c) subordinar à fiscalização do referido Ministério as obras de construção e todas as suas instalações.

Art. 11. Os armazéns frigoríficos da FRINASA cobrarão pela guarda e conservação dos produtos nos mesmos depositados as taxas e emolumentos constantes de tabelas previamente aprovadas pelo Ministério da Agricultura.

Art. 12. O Governo concederá às sociedades particulares que se organizarem principalmente sob forma cooperativa para idênticos objetivos, os favores constantes dos artigos 7º e 9º, desde que satisfaçam as condições dos arts. 10 e 11.

Art. 13. A FRINASA ficará equiparada à Empresa de Armazéns Gerais a que se refere a Lei n. 1.102, de 21 de novembro de 1903, para efeito de emissão de conhecimentos, de depósitos e de warrant.

Art. 14. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

ESTATUTOS DA NOVA SOCIEDADE

Juntamente com a lei que institui os Frigoríficos Nacionais, foram aprovados os estatutos da nova sociedade. Dividido em nove capítulos, os estatutos tratam da organização, nome, sede, objeto e duração da FRINASA, da integralização do capital, da sua estrutura administrativa, das atribuições e deveres da Diretoria, da competência da Diretoria, constituição do conselho fiscal, dos poderes da Assembléia Geral, da distribuição dos lucros, modificação de estatutos, etc.

● Demografia Brasileira

SESSENTA MILHÕES DE HABITANTES

O Brasil está com 60 milhões de habitantes — mais exatamente, 60.080.341 habitantes. Essa estimativa do Laboratório de Estatística do IBGE, baseia-se na taxa média de incremento demográfico verificado no último período intercensitário e pressupõe que esta se tenha mantido no mesmo nível nestes seis anos. Na distribuição por Estados, um possui atualmente mais de 10 milhões de habitantes, dois entre 5 e 10 milhões, cinco entre 2 e 5 milhões, oito entre 1 e 2 milhões, e

quatro entre quinhentos mil e um milhão de habitantes.

A unidade mais populosa da Federação é o Estado de São Paulo, que terá ultrapassado os 10 milhões de habitantes em julho de 1954, devendo contar agora 10.585.000 habitantes. Minas Gerais aparecerá com 8.403.000 habitantes e a Bahia com 5.496.000 habitantes. As estimativas para o terceiro grupo abrangem o Rio Grande do Sul (4.782.000), Pernambuco (3.916.000), Ceará (3.147.000), Paraná (2.967.000) e o Estado do Rio (2.623.000). O grupo mais numeroso, formado por aqueles que, com população superior a um milhão de habitantes, ainda não atingiram o segundo milhão, compreende, em ordem decrescente, Paraíba, Santa Catarina, Maranhão, Goiás, Piauí, Alagoas e Rio Grande do Norte.

Espírito Santo, Sergipe, Mato Grosso e Amazonas, situam-se entre as unidades de população inferior a um milhão de habitantes. Deve-se esclarecer que as estimativas para Minas Gerais e Espírito Santo (937.000) excluem a região da Serra dos Aimorés, cuja estimativa para julho de 1956 alcança 272.000 habitantes. O Distrito Federal deverá figurar com 2.852.000 habitantes, o Território do Acre com 143.000, o Amapá com 52.500, Rondônia com 51.700 e Rio Branco com 23.100 habitantes.

● Triplicou em 10 anos o número dos brasileiros com instrução

Em dez anos triplicou no Brasil o número de pessoas que possuem cursos completos dos diferentes graus de ensino. Segundo os resultados dos dois últimos recenseamentos, o total de pessoas que haviam concluído os estudos nos graus elementar, médio e superior, atingia 6.542.679, em 1950, contra 2.088.126, em 1940, verificando-se um aumento de 3,2 vezes ou de 213 %. Esse contingente, que representava apenas 7,1 % da população de 10 anos e mais, passou a representar 17,8 % no fim do referido decênio.

Os progressos quantitativos não foram idênticos nos três cursos. En-

quanto no grau elementar o número dos que foram até a série final elevou-se de 1.561.510 a 5.488.695, aumentando 245 %, no grau médio passou de 358.686 a 987.148, aumentando 175 % e no grau superior, de 106.496 a 158.070, registrando-se um aumento de apenas 48 %. Comparando-se no conjunto o incremento para os dois sexos, observa-se que o número de mulheres cresceu de 219 %, mais do que o de homens, cuja taxa de crescimento foi de 208 %.

Se considerarmos como representativa do nível educacional a proporção dos possuidores de diplomas ou certificados de conclusão de cursos, as Unidades da Federação estariam colocadas na seguinte ordem: Distrito Federal e São Paulo, com taxas superiores a 30 %; Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, com taxas entre 20 e 30 %; Paraná, Mato Grosso, Minas Gerais, Espírito Santo, Território do Rio Branco e Pará, com taxas entre 10 e 20 %. Das 15 unidades restantes, todas com taxas inferiores a 10 %; Paraíba, Piauí e Maranhão, ficaram em último lugar, com menos de 5 %.

● 23ª Exposição Nacional de Animais

Realizou-se em Porto Alegre a exposição federal de animais do corrente ano, dia 1 de setembro.

Foi em quantidade e qualidade o maior certame do gênero já realizado no País.

Compareceram 1.828 animais repartidos nas seguintes classes: ovinos 332, caprinos 51, aves 775, bovinos 512, eqüinos 58, assininos 1 e suínos 99.

Os bovinos das raças Hereford, Durham, Devon, Charolês, Nelore, Gyr; gado leiteiro das raças Holandesa, Jersey, Suíça, Flamengo, Ayshire.

Os eqüinos eram representados por Árabes, Puro-sangues de corrida, Bretão, Postier, Mangalarga, Ponei Shetland e Crioulo.

A Diretoria de Remonta premiou com medalha especial os animais

árabe (Dr. Luiz Simões Lopes), crioulo (Dr. Cláudio Martins) e mangalarga (Dr. Celso Junqueira).

Foi muito apreciado o pavilhão de aves e peixes. Todos os pássaros do Rio Grande do Sul foram expostos em artísticos viveiros e bem assim os peixes de rio e mar.

As instalações da Exposição apresentavam aspecto excelente pela limpeza e conforto.

As cabras Togenburg tiveram grande destaque.

A Diretoria de Remonta apresentou animais puro-sangue das raças: árabe, corrida e bretão-postier. Levou também um jumento Péga.

● Nossa Aviação Comercial

— Estamos colocados em quinto lugar no tráfego aéreo comercial.

— Temos no território nacional 642 aeroportos, sendo 346 de rotas comerciais.

— Funcionam no Brasil 415 Aeroclubes que já formaram 13.000 pilotos amadores.

— Temos oito Empresas de Aviação com 17 Companhias. Isoladamente é a "Varig" que possui mais aparelhos: 45 em tráfego.

— No ano de 1955 viajaram de avião 2.754.000 passageiros. A carga transportada foi de 66.000 T e mais 2,3 T de mala postal.

— Temos registrados 19.000 aeroviários. Há 2.231 pilotos em serviço nas vias comerciais.

GLICERINA "GLINOBEL"

Para dióxido, etc. — 99,9 % glicerol (mínimo) 36°Bé

A glicerina é um produto básico para várias indústrias, algumas requerem uma glicerina quimicamente pura, outras o tipo chamado

"Industrial" ou "Loura"

PRODUTO DA

CIA. CARIOCA INDUSTRIAL

Rua 1.º de Março, 6 - 10º andar — Vendas: Tels. 43-7162 e 23-2019
RIO DE JANEIRO



ORGANIZAÇÃO BÁSICA DO EXÉRCITO

LEI N. 2.851 — DE 25 DE AGOSTO DE 1956

Dispõe sobre a Organização Básica do Exército

O Presidente da República :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei :

TÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 1º. O Ministério da Guerra tem a seu cargo a preparação do Exército para a guerra e participa da mobilização geral da Nação. O Exército colabora, com as demais Forças Armadas, na defesa da Pátria e na garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem.

Art. 2º. Em tempo de paz, o Ministro da Guerra é o Comandante do Exército, por delegação permanente do Presidente da República.

Art. 3º. O Exército compreende o Exército ativo e sua Reserva.

Art. 4º. O recrutamento para o Exército é feito entre os cidadãos brasileiros nos termos de lei especial, que regulará também a constituição da Reserva e as condições de sua mobilização.

TÍTULO II

Da organização do Ministério da Guerra

CAPÍTULO I

ORGANIZAÇÃO GERAL

Art. 5º. O Ministério da Guerra é constituído de :

A — Órgãos de direção :

Estado-Maior do Exército (EME) ;

Departamento de Provisão Geral (DPG) ;

Departamento de Produção e Obras (DPO);
Departamento Geral de Pessoal (DGP).

B — Órgãos auxiliares:

Comissão Superior de Economia e Finanças (COSEF);
Secretaria do Ministério da Guerra (SMG);
Gabinete do Ministro;
Comissão de Promoção de Oficiais (CPO);
Comissões Especiais.

C — Forças Terrestres:

Exércitos (Ex), em número variável.

D — Órgãos territoriais:

Regiões Militares (RM), em número variável.

Art. 6º. Além dos Órgãos acima referidos, o Alto Comando, presidido pelo Ministro da Guerra, é constituído pelos Chefes do Estado-Maior do Exército e dos Departamentos e pelos Comandantes de Exércitos.

§ 1º. O Chefe do Estado-Maior do Exército é o Relator do Alto Comando.

§ 2º. As sessões do Alto Comando são secretariadas pelo Secretário do Ministério da Guerra.

CAPÍTULO II

CONSTITUIÇÃO GERAL DOS ORGAOS DE DIREÇÃO

Art. 7º. O Estado-Maior do Exército é constituído por:

Chefia, compreendendo o Chefe e o Gabinete;

Subchefias;

Secções.

Parágrafo único. São directamente subordinados ao Estado-Maior do Exército:

Diretoria Geral do Ensino (DGE), compreendendo a Diretoria do Ensino e Formação (DEF) e a de Aperfeiçoamento e Especialização (DAE);

Diretoria de Instrução do Exército (DIE);

Diretoria do Serviço Geográfico (DSG);

Diretoria de Artilharia de Costa e Artilharia Antiaérea (DACA);

Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME);

Escola Técnica do Exército (ETE).

Art. 8º. O Departamento de Provisão Geral é constituído por:

Chefia, compreendendo o Chefe e o Gabinete;

Subchefias;

Divisões.

Parágrafo único. São directamente subordinadas ao Departamento de Provisão Geral:

A — A Diretoria Geral de Material Bélico (DGMB), compreendendo:

1. A Diretoria de Armamento e Munição (DAM);

2. A Diretoria de Motomecanização (DMM);

3. A Diretoria de Material de Engenharia (DME);

4. A Diretoria de Material de Comunicações (DMC).

B — A Diretoria Geral de Intendência (DGI), compreendendo :

1. A Diretoria de Finanças (DF) ;
2. A Diretoria de Subsistência (DS) ;
3. A Diretoria de Material de Intendência (DMI).

C — A Diretoria Geral de Saúde do Exército (DGSE), compreendendo :

1. A Diretoria Administrativa (DA) ;
2. A Diretoria Técnica (DT).

D — A Diretoria Geral de Remonta e Veterinária (DGRV), compreendendo :

1. A Diretoria de Remonta (DR) ;
2. A Diretoria de Veterinária (DV).

Art. 9º. O Departamento de Produção e Obras é constituído por :
Chefia, compreendendo o Chefe e o Gabinete ;

Subchefias ;
Divisões.

Parágrafo único. São diretamente subordinadas ao Departamento de Produção e Obras :

Diretoria Geral de Engenharia e Comunicações (DGEC), compreendendo a Diretoria de Obras e Fortificações (DOF), a de Vias de Transporte (DVT), a do Patrimônio do Exército (DPE) e a de Comunicações (DCOM) ;

Diretoria de Fabricação e Recuperação (DFR) ;

Diretoria de Pesquisas Tecnológicas (DPT).

Art. 10. O Departamento Geral do Pessoal é constituído por :

Chefia, compreendendo o Chefe e o Gabinete ;

Divisões.

Parágrafo único. São subordinadas diretamente ao Departamento Geral do Pessoal :

Diretoria do Pessoal da Ativa (DPA) ;

Diretoria do Serviço Militar (DSM), compreendendo uma Subdiretoria da Reserva e outra do Recrutamento ;

Diretoria de Assistência Social (DAS).

Art. 11. A organização e o funcionamento do Estado-Maior do Exército, dos Departamentos e das Diretorias serão objeto de Regulamentos.

CAPÍTULO III

CONSTITUIÇÃO DOS ORGÃOS AUXILIARES

Art. 12. Os órgãos auxiliares de que trata o art. 5º desta Lei são diretamente subordinados ao Ministro da Guerra e com exceção da Comissão de Promoção de Oficiais, que se rege por lei especial, terão sua organização e funcionamento regulados por atos ministeriais.

Art. 13. São subordinados à Secretaria do Ministério da Guerra :

Comissão de Desportos do Exército ;

Comissão de Fardamento ;

Imprensa do Exército ;

Gabinete Fotocartográfico ;

Arquivo do Exército ;

Museu do Exército ;

Biblioteca do Exército ;

Administração do Edifício do Ministério da Guerra.

guerra, cabendo-lhe o estudo de todas as questões básicas de organização, adestramento, mobilização, apoio logístico e emprego das Forças Terrestres, na paz e na guerra, em harmonia com a orientação do Estado-Maior das Forças Armadas. Elabora os planos, instruções, diretrizes, regulamentos e manuais necessários à orientação dessas atividades e à organização dos programas decorrentes, cuja execução coordena e fiscaliza. O adestramento do Exército ativo e de sua Reserva é por ele orientado e fiscalizado.

Art. 23. A Diretoria Geral do Ensino dirige e fiscaliza o ensino de formação e o de aperfeiçoamento e especialização.

§ 1º. A Diretoria do Ensino de Formação tem a seu cargo a orientação geral de ensino de formação do pessoal das Armas e dos Serviços.

§ 2º. A Diretoria de Aperfeiçoamento e Especialização tem a seu cargo a orientação geral do ensino de aperfeiçoamento e especialização.

Art. 24. A Diretoria de Instrução do Exército tem por objetivo elaborar manuais e outras publicações destinadas à instrução das Armas e dos Serviços.

Art. 25. A Diretoria do Serviço Geográfico superintende todas as atividades referentes à elaboração e reprodução de documentos cartográficos de interesse do Exército.

Art. 26. A Diretoria de Artilharia de Costa e Artilharia Antiaérea é o órgão técnico-especializado, assessor do Estado-Maior do Exército, para as questões referentes à Defesa de Costa e à Defesa Antiaérea.

Art. 27. A Escola de Comando e Estado-Maior do Exército têm por missão preparar oficiais das Armas e dos Serviços para funções de Estado-Maior, ministrar-lhes os conhecimentos essenciais ao exercício do Comando de Grandes Unidades e realizar pesquisas e ensaios doutrinários para o Estado-Maior do Exército.

Art. 28. A Escola Técnica do Exército destina-se, essencialmente, a formar Engenheiros Militares.

CAPÍTULO II

DEPARTAMENTO DE PROVISÃO GERAL

Art. 29. O Departamento de Provisão Geral dirige e fiscaliza as atividades referentes ao suprimento e à manutenção de material de toda natureza, à provisão animal e à saúde do pessoal e dos animais, tendo em vista a vida corrente do Exército, sua mobilização e seu emprego. Elabora os planos de conjunto que lhe cabem de acordo com diretrizes do Estado-Maior do Exército; organiza os programas ou diretrizes consequentes, destinados às Diretorias diretamente subordinadas, cujas atividades orienta, coordena e controla.

Art. 30. A Diretoria Geral de Material Bélico incumbem-se do suprimento e manutenção de armamento, munição, viaturas em geral, material de guerra química, material de engenharia e material de comunicações, bem como do suprimento de combustíveis e lubrificantes. Coordena e fiscaliza tecnicamente os órgãos do Serviço de Armamento e Munições, do Serviço de Motomecanização, do Serviço de Engenharia e do Serviço de Comunicações.

Art. 31. A Diretoria Geral de Intendência incumbem-se do suprimento dos fundos às Unidades Administrativas e do controle do seu emprego, bem como das questões relativas à subsistência e ao material de Intendência. Coordena e fiscaliza tecnicamente os órgãos do Serviço de Intendência.

Art. 32. Competem à Diretoria Geral de Saúde do Exército as questões relativas ao estado sanitário do pessoal do Ministério da Guerra, bem como o suprimento e a manutenção do material de saúde.

Art. 33. A Diretoria Geral de Remonta e Veterinária incumbem-se das questões relativas à provisão e ao estado sanitário dos animais do Exército. Promove os suprimentos e a manutenção dos materiais peculiares aos serviços subordinados. Cabe-lhe, ainda, estimular a criação dos tipos de solípedes mais adequados ao serviço do Exército. Coordena e fiscaliza os órgãos dos Serviços de Remonta e de Veterinária.

CAPÍTULO III

DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO E OBRAS

Art. 34. O Departamento de Produção e Obras dirige e fiscaliza as atividades referentes à fabricação e recuperação de material de guerra, à realização de pesquisas técnicas e científicas e à execução e conservação de obras militares, de vias de transporte e eixos de comunicações, tendo em vista as necessidades da vida corrente do Exército e de sua mobilização e emprego na paz e na guerra. Elabora, em consequência, de acordo com diretrizes do Estado-Maior do Exército os planos, programas e diretrizes cuja execução orienta e fiscaliza.

Art. 35. A Diretoria Geral de Engenharia e Comunicações orienta, coordena e fiscaliza todas as atividades relacionadas com a execução e conservação de obras militares, vias de transportes e eixos de comunicações, bem assim como o tombamento e conservação dos bens imóveis sob jurisdição do Ministério da Guerra. Coordena e fiscaliza tecnicamente os órgãos dos Serviços de Obras e Vias de Transporte e o funcionamento do Serviço Rádio do Ministério da Guerra.

Art. 36. A Diretoria de Fabricação e Recuperação regula as atividades dos arsenais e dos estabelecimentos de fabricação de armamento e munições, viaturas em geral e material de guerra química, de engenharia e de comunicações. Cumpre-lhe, ainda, executar as grandes reparações desses materiais.

Art. 37. A Diretoria de Pesquisas Tecnológicas incumbem-se de estudos técnicos, análises, pesquisas, provas e outras atividades experimentais relativas ao material.

CAPÍTULO IV

DEPARTAMENTO GERAL DO PESSOAL

Art. 38. O Departamento Geral do Pessoal incumbem-se das questões relativas ao pessoal militar e civil, ao Serviço Militar e à assistência social do Ministério da Guerra.

Art. 39. A Diretoria do Pessoal da Ativa trata da movimentação de pessoal militar e civil, bem como do registro de alterações de todos os oficiais, praças e civis.

Art. 40. A Diretoria do Serviço Militar incumbem-se dos assuntos relacionados com o recrutamento e a reserva do Exército.

Art. 41. A Diretoria de Assistência Social trata dos assuntos concernentes à assistência e previdência sociais para o pessoal do Ministério da Guerra, inclusive assistência religiosa.

CAPÍTULO V

COMISSÃO SUPERIOR DE ECONOMIA E FINANÇAS

Art. 42. A Comissão Superior de Economia e Finanças é encarregada do planejamento econômico-financeiro, da elaboração orçamentária e do controle das aplicações financeiras do Exército.

CAPÍTULO VI

SECRETARIA DO MINISTÉRIO DA GUERRA

Art. 43. A Secretaria do Ministério da Guerra tem a seu cargo o trato dos assuntos referentes à legislação em geral, contencioso administrativo, publicação dos atos oficiais e cerimonial militar. Regula e orienta as atividades desportivas do Exército.

CAPÍTULO VII

GABINETE DO MINISTRO

Art. 44. Ao Gabinete do Ministro incumbe:

1. Preparar as sínteses necessárias às decisões do Ministro sobre assuntos estudados pelos órgãos competentes;
2. Preparar os documentos alinentes à execução das decisões ministeriais;
3. Organizar a documentação referente à movimentação prevista nos arts. 1 e 2 do art. 55;
4. Manter ligação com os diferentes órgãos do Ministério da Guerra;
5. Estabelecer ligação entre o Ministério da Guerra e os demais órgãos dos Poderes da República;
6. Tratar das questões referentes às Relações Públicas.

CAPÍTULO VIII

COMISSÃO DE PROMOÇÃO DE OFICIAIS

Art. 45. A Comissão de Promoção de Oficiais incumbese do trato das questões referentes à promoção dos oficiais do Exército, de acordo com lei especial.

CAPÍTULO IX

COMISSÕES ESPECIAIS

Art. 46. As Comissões Especiais, criadas por atos ministeriais, destinam-se ao trato de assuntos diversos não especificados como da responsabilidade dos órgãos de Direção ou de outros órgãos auxiliares.

CAPÍTULO X

EXÉRCITOS

Art. 47. Aos Comandantes do Exército, em sua ação de comando, cumpre, particularmente, dirigir, coordenar e fiscalizar a instrução e as atividades logísticas dos elementos que lhes são subordinados, tendo em vista sua preparação para a guerra. Cabem-lhes ainda os encargos de planejamento que lhes forem atribuídos pelo Estado-Maior do Exército.

CAPÍTULO XI

REGIÕES MILITARES

Art. 48. As Regiões Militares incumbem-se, em seus respectivos territórios, do preparo e execução do Serviço Militar, da mobilização, do apoio logístico e do equipamento do território, bem como da instrução das Unidades e Órgãos que lhes são diretamente subordinados.

TÍTULO IV

Do Pessoal do Exército

Art. 49. O pessoal do Exército compõe-se de :

A — Pessoal da Ativa :

a) Oficiais :

1 — Oficiais-Generais, constituindo os seguintes Quadros :

I — de Combatentes ;

II — dos Serviços (Intendência, Saúde e Veterinária) ;

III — de Engenheiros Militares ;

IV — de Ministros do Superior Tribunal Militar.

2 — Oficiais Combatentes, constituindo os seguintes Quadros das Armas :

I — Infantaria ;

II — Cavalaria ;

III — Artilharia ;

IV — Engenharia ;

V — Comunicações.

3 — Oficiais do Quadro de Engenheiros Militares, compreendendo :

I — Engenheiros Industriais ;

II — Engenheiros Geógrafos.

4 — Oficiais dos Serviços, constituindo os seguintes Quadros :

I — de Intendentes ;

II — de Médicos, Farmacêuticos e Dentistas no Serviço de Saúde ;

III — de Veterinários ;

IV — de Administração ;

V — de Auxiliar de Administração ;

VI — de Especialistas.

b) Praças :

1. Praças Especiais.

2. Praças pertencentes às diversas qualificações militares.

B — Pessoal da Reserva :

a) Oficiais :

Os da 1ª, 2ª e 3ª classes da reserva (incluídos entre os da 1ª classe os do magistério militar).

b) Praças :

Os reservistas das diversas categorias.

§ 1º. O Exército possui, também, Capelães Militares incumbidos do Serviço de Assistência Religiosa.

§ 2º. Leis especiais regularão os diversos Quadros, sua composição e as condições de ingresso e acesso.

§ 3º. Os Engenheiros Industriais exercerão as seguintes especialidades :

1. Armamento ;
2. Automóvel ;
3. Metalurgia ;
4. Química ;
5. Eletrônica ;
6. Eletricidade.

Art. 50. Com relação às funções, em cujo exercício se encontram, os Officiais combatentes serão distribuídos pelos seguintes Quadros :

Estado-Maior da Ativa (QEMA) ;
Ordinário (QO) ;
Suplementar Geral (QSG) ;
Suplementar Privativo (QSP).

§ 1º. No Quadro de Estado-Maior da Ativa são incluídos os oficiais com o curso de Estado-Maior, quando no efetivo exercício de funções dessa natureza.

§ 2º. O Quadro Ordinário compõe-se dos oficiais em serviço nos Corpos de Tropa.

§ 3º. O Quadro Suplementar Geral é constituído de oficiais no desempenho de funções não específicas de qualquer Arma.

§ 4º. O Quadro Suplementar Privativo é constituído de oficiais no exercício de funções de sua Arma, fora dos Corpos de Tropa.

Art. 51. No Quadro de Estado-Maior da Ativa serão também incluídos os oficiais dos serviços com o curso de Estado-Maior, quando no efetivo exercício de funções dessa natureza.

Art. 52. Fica o Ministro da Guerra autorizado a convocar anualmente, no limite dos efetivos fixados e para atender às necessidades de estágio e do serviço, oficiais da Reserva das Armas e dos Serviços, de conformidade com a legislação específica.

Art. 53. As praças do Exército são grupadas por qualificações militares. Tais qualificações são atribuídas de acordo com a capacidade adquirida na instrução ministrada no Exército ou com a que fôr demonstrada em provas de habilitação, sempre que o recrutamento para certas qualificações deva recair sobre pessoal já habilitado na vida civil.

Parágrafo único. As praças de certas qualificações militares podem ser reunidas em quadros especiais.

Art. 54. A discriminação das qualificações militares inclusive quadros especiais, bem como as condições de formação, habilitação, ingresso na qualificação, aperfeiçoamento, acesso e movimentação de praças, obedecem à regulamentação ou instruções próprias.

Art. 55. A movimentação do pessoal do Ministério da Guerra é feita pelas autoridades abaixo discriminadas :

1. Presidente da República :

Officiais-Generais, ou oficiais superiores quando para desempenharem funções daqueles ;

Adidos Militares.

2. Ministro da Guerra :

Officiais superiores, de um para outro dos Quadros previstos no art. 50 desta Lei ;

Officiais superiores, dentro desses Quadros, excetuados os do QEMA ;

Oficiais professores e professores civis do Magistério Militar;
Comissões no exterior;
Pessoal militar e civil do Gabinete do Ministro;
Capelães militares.

3. Chefe do Estado-Maior do Exército:

Oficiais do QEMA, de todos os postos.

4. Chefe do Departamento Geral do Pessoal:

Capitães, Oficiais subalternos e Aspirantes;

Praças, entre as Zonas de Exército, exceto aquelas cuja movimentação seja da alçada dos Diretores de Serviço;

Pessoal civil lotado no Ministério.

5. Comandante de Exército:

Praças, dentro do território da respectiva Zona, exceto aquelas cuja movimentação seja da alçada dos Diretores de Serviços.

6. Comandante de Região Militar:

Praças dos Contingentes ou pertencentes a órgãos diretamente subordinados ao Comando da Região dentro do território desta.

7. Comandante de Grande Unidade:

Praças pertencentes às unidades subordinadas.

8. Diretores de Serviço:

Praças de quadros especiais, entre os órgãos diretamente subordinados e entre as Zonas de Exército e RM.

§ 1º. Os oficiais e praças classificados nos Corpos de Tropa, Estabelecimentos ou Repartições ou para eles transferidos sem especificação das funções a exercer, serão designados pelo Comandante, Chefe ou Diretor respectivo, para funções correspondentes e seus postos, de acordo com as prescrições regulamentares e os Quadros de Organização e Distribuição em vigor.

§ 2º. A movimentação dos oficiais dos Serviços será feita mediante proposta das respectivas Diretorias, bem assim, a das praças não pertencentes a quadros especiais.

Art. 56. Toda e qualquer movimentação do pessoal militar e civil deve ser comunicada à Diretoria do Pessoal da Ativa, para fins de registro.

Art. 57. Os efetivos e funções de oficiais e praças das organizações militares, são regulados pelos Quadros de Organização e Distribuição, elaborados pelo Estado-Maior do Exército e aprovados pelo Ministro da Guerra, respeitadas as prescrições da lei que fixa os efetivos das Forças Armadas em tempo de paz.

TÍTULO V

Disposições Diversas

Art. 58. É criada a Arma de Comunicações, cuja organização será objeto de lei especial.

Art. 59. É extinto o Quadro Técnico da Ativa e criado o Quadro de Engenheiros Militares, na forma prevista no art. 49.

Parágrafo único. Lei especial regulará as condições da extinção do Quadro Técnico da Ativa (QTA) e a criação do Quadro de Engenheiros Militares.

Art. 60. É também extinto o Quadro Auxiliar de Oficiais, sendo criado o Quadro de Oficiais de Administração e o de Oficiais Especialistas.

Parágrafo único. Lei especial regulará as condições de extinção do primeiro e criação dos dois últimos Quadros.

Art. 61. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições dos Decretos-leis ns. 9.099 e 9.100, ambos de 27 de março de 1946, os de ns. 9.120, 9.122 e 9.231, respectivamente, de 2 de abril, 2 e 6 de maio de 1946 e a Lei n. 232, de 9 de fevereiro de 1948, e outras disposições que colidam com a mesma.

SERVIÇO MILITAR

PLANO GERAL DE CONVOCAÇÃO PARA O ANO DE 1957

1. *Da convocação* — Serão convocados para prestação do Serviço Militar, em 1957 :

- a) Os brasileiros da classe de 1938 ;
- b) Os brasileiros por opção desde que a assinatura do termo respectivo se tenha efetivado em 7 de junho de 1955 e 7 de junho de 1956 ;
- c) Os brasileiros naturalizados, menores de trinta anos, desde que o decreto de naturalização tenha sido lavrado entre 7 de junho de 1955 e 7 de junho de 1956 ;
- d) Os brasileiros já convocados em anos anteriores e ainda em débito com o Serviço Militar.

2. *Das prazos* — Da seleção — de 20 de setembro a 10 de dezembro de 1956 inclusive para os candidatos à matrícula no CPOR e nos Tiros de Guerra, em localidades a serem designadas pelos Comandantes de Região Militar.

b) Entrega de requerimentos solicitando adiamento de incorporação — até 20 de novembro de 1956, a exceção dos candidatos à matrícula no CPOR que poderão fazê-lo até 1 de setembro de 1957 — Os pedidos de adiamento de incorporação deverão ser dirigidos pelos interessados aos Comandantes de Região Militar.

3. *Das condições de arrimo* — Os convocados que se julgarem arrimos de família, apresentarão os seus requerimentos nos locais de apresentação, onde lhes serão fornecidas todas as informações necessárias.

4. *Das sanções* — Os convocados que não se apresentarem para a seleção dentro do prazo estabelecido (20 de setembro a 10 de dezembro de 1956), ficarão em débito com as suas obrigações militares ; serão considerados refratários e ficarão sujeitos às sanções do art. 140, da Lei do Serviço Militar, não podendo :

— conseguir nomeação como funcionários públicos, federais, estaduais ou municipais, nem ingressar em Autarquias ou em Instituições Para-estatais ;

— assinar contrato de qualquer natureza com o Governo Federal, Estadual ou Municipal ;

— obter passaporte ou prorrogação de sua validade ;

— obter Carteira Profissional ;

— obter licença para o exercício de qualquer indústria ou profissão ;

— matricular-se ou prestar exames em qualquer Estabelecimento de Ensino.

Quaisquer outras informações poderão ser obtidas no Serviço Militar da 1ª Região Militar, 3º andar do Edifício do Ministério da Guerra no seguinte horário :

2as, 3as, 4as e 6as feiras — entre 12 e 16 horas ; 5as e Sábados — entre 8 e 11 horas.

Nenhum brasileiro, entre dezessete e quarenta anos de idade, poderá sem fazer prova de que está em dia com suas obrigações militares :

a) Ser nomeado funcionário público ou extranumerário federal, estadual ou municipal, ou ingressar como funcionário ou empregado em Institutos Paraestatais, Autarquias, Associações ou empresas oficiais, oficializadas ou subvencionais ou cuja existência e funcionamento dependam de autorização ou reconhecimento pelo Poder Público ;

b) Assinar contrato de qualquer natureza com o Governo Federal, Estadual ou Municipal ;

c) Obter passaporte ou prorrogação de sua validade ;

d) Obter carteira profissional ;

e) Obter licença para o exercício de qualquer indústria ou profissão ;

f) Matricular-se ou prestar exame em qualquer Estabelecimento de Ensino.

Sempre que se verifica admissão ou posse de funcionários ou empregados de que trata a letra a) d'este artigo, o Chefe da Repartição ou Serviço remeterá, dentro de quinze dias à Chefia da Circunscrição de Recrutamento correspondente, os dados relativos ao nome, filiação, município e data de nascimento do servidor em aprêço, com declaração da situação militar.

Os chefes de Repartição ou Serviço, que verificarem ter sido nomeado algum funcionário com infração ao disposto na letra a), d'este artigo, providenciarão imediatamente, para que seja tornado sem efeito o ato de nomeação, oficiando para tal fim, quando fôr necessário, à autoridade responsável.

Nenhum brasileiro, entre dezessete e quarenta diplomado ou exercer profissão liberal sem que se faça prova de estar em dia com suas obrigações militares.

Os cidadãos que ainda não se alistaram e residem nos bairros de Estácio de Sá, Rio Comprido, Santa Alexandrina, Lagoinha, Sumaré, Catumbi, Santa Tereza (lado do Rio Comprido) e E. Velho, comparecer na Av. Paulo de Frontin, 450, com uma fotografia 3 x 4 e a Certidão de Nascimento com firma reconhecida.

ATOS OFICIAIS

Leis, decretos, portarias e avisos, de interesse geral para o Exército, publicados durante o mês de julho de 1956, no "Diário Oficial"

PORTARIA N. 1.093 — DE 18 DE JUNHO DE 1956

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra resolve expedir a seguinte portaria:

De acôrdo com o que propõe o Estado-Maior do Exército, em Ofício n. 682-C, de 1 de junho de 1956, alterar a redação dos arts. 2º e 4º, das Instruções para Matricula de Oficiais Veterinários em Cursos de Especialização, aprovada pela Portaria n. 109, de 7 de maio de 1951, para a seguinte:

Art. 2º. Os cursos.

Os cursos de que tratam as presentes instruções, são os seguintes:

1 — No Ministério da Agricultura (Universidade Rural):

- a) Inspetor de Produtos de Origem Animal;
- b) Veterinários Sanitaristas;
- c) Zootecnista;
- d) Biologista.

2 — No Ministério da Saúde (Instituto Oswaldo Cruz):

— Curso de Aplicação do Instituto Oswaldo Cruz (Microbiologista).

3 — No Ministério da Educação e Cultura (Faculdade Nacional de Farmácia):

— Curso de Bromatologia.

Art. 4º. Os oficiais matriculados nos cursos a que se referem as presentes instruções, ficarão à inteira disposição dos cursos e adidos à Di-

retoria de Veterinária para efeito de vencimentos.

Parágrafo único. O Curso de Bromatologia, da Faculdade Nacional de Farmácia para os oficiais que servirem na Capital Federal será realizado sem prejuízo do serviço.

(D.O. n. 152, de 3 Jul 56.)

* *

AVISO N. 716 — DE 25 DE JUNHO DE 1956

1. O Diretor da Escola de Saúde do Exército, tendo em vista que:

a) a Lei n. 2.167, de 11 de janeiro de 1954, dispensa os oficiais do QAO, subtenentes e sargentos diplomados em medicina, farmácia e odontologia, do Concurso de Admissão aos Cursos de Formação de Oficiais daquela Escola;

b) a Lei n. 2.750, de 4 de abril de 1956, em seu art. 4º, § 1º, estabelece que os oficiais do QAA ou do QAO, em extinção, diplomados em medicina, farmácia, odontologia e veterinária, poderão ingressar nos Cursos de Formação de Oficiais da referida Escola, no posto que tiverem, independente do limite de idade desde que satisfaçam às demais condições;

c) essa última lei em seu art. 36 diz: "Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário";

Consulta como proceder a respeito do processo de matricula em face das leis citadas.

2. Em solução, declaro :

a) os oficiais do QAA (ou do QAO, em extinção), diplomados em medicina, farmácia e odontologia, são dispensados para o ingresso na Escola de Saúde do Exército, somente do requisito do limite de idade, ficando sujeitos a todas as mais condições legais e regulamentares, inclusive o Concurso de Admissão, desde a entrada em vigor da Lei n. 2.750, de 4 de abril de 1956 :

b) o processo de matrícula dos subtenentes e sargentos não sofre alteração com a Lei n. 2.750-56, que a eles não se refere.

(D.O. n. 152, de 3 Jul 56.)

* *

AVISO N. 719-D5 — DE 26 DE JUNHO DE 1956

Sendo freqüente a inobservância das "regras principais para a escrituração das folhas de alterações e recomendação", publicadas nos "Boletins do Exército" ns. 22 e 53, respectivamente, de 20 de abril de 1934 e 20 de setembro de 1934, o que acarreta para a Secretaria da CPO perda de tempo útil na interpretação das fês de ofício, reitero o fiel cumprimento das "Instruções para a Escrituração do Histórico da vida dos oficiais", a fim de possibilitar a execução dos trabalhos atinentes às promoções, nos prazos fixados em lei. Esclareço que as funções de QEMA e Técnica, devem constar, obrigatoriamente, logo após a função, na primeira parte das folhas de alterações.

(D.O. n. 153, de 4 Jul 56.)

* *

LEI N. 2.806 — DE 27 DE JUNHO DE 1956

Dispensa, até 31 de dezembro de 1958, a exigência do curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, para os Capitães do Quadro dos Serviços do Exército.

O Presidente da República :
Faço saber que o Congresso Na-

cional decreta e eu sanciono a seguinte lei :

Art. 1º. Fica dispensada, até 31 de dezembro de 1958, a exigência do curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, prevista na Lei de Promoções do Exército, para o acesso ao posto de Major do Quadro dos Serviços do Exército.

Art. 2º. O oficial beneficiado por esta lei fica obrigado a fazer, no posto de Major, o curso do qual é temporariamente dispensado na forma do art. 1º.

Art. 3º. Esta lei só atingirá ao oficial que, por motivo independente de sua vontade, não tenha cursado a referida escola até aquela data.

Art. 4º. Todas as promoções consequentes da aplicação da presente lei, serão efetuadas na sua primeira época, após a verificação das vagas.

Art. 5º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 27 de junho de 1956; 135ª da Independência e 63ª da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Henrique Lott.

(D.O. n. 153, de 10 Jul 56.)

* *

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou nos termos do artigo 66, inciso V, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte :

DECRETO LEGISLATIVO N. 27, DE 1956

Concede anistia aos trabalhadores que respondem por delitos em consequência de participação em greve, aos jornalistas-processados ou condenados por delitos de imprensa, aos declarados inimigos pelas Forças Armadas, a partir de 1953, e dá outras providências.

Art. 1º. É concedida anistia aos trabalhadores de empresa estatal ou privada que, por motivo relacionado ou decorrente da participação em movimento grevista ou em disputa de direito regulado na legislação

social sejam acusados ou se encontrem condenados por crime previsto nos Decretos-leis ns. 431, 4.766 e 9.070, respectivamente, de 13 de maio de 1938, de 1 de outubro de 1942 e de 15 de março de 1946, bem como na Lei n. 1.802, de 5 de janeiro de 1953, ou no Código Penal.

Art. 2º. Os benefícios desta lei não aproveitarão, em hipótese alguma, os reincidentes específicos (Código Penal, art. 46, § 1º, n. 2), nem acusados ou condenados por homicídio doloso, mesmo praticado nas condições a que se refere o artigo 1º.

Art. 3º. É concedida, também, anistia aos jornalistas processados ou condenados por delitos de imprensa.

Art. 4º. São, igualmente, anistiados os insubmissos assim declarados pelas Forças Armadas, a partir de 1953.

Art. 5º. Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 20 de junho de 1956 — Senador Apolônio Sales, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

(D.O. n. 161, de 13 Jul 56.)

* *

PORTARIA DE 10 DE JULHO DE 1956

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra expede a seguinte portaria:

Considerando que a 25 de agosto de 1956 transcorrerá o 153º aniversário de nascimento do Marechal Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias;

— que essa data tem alta significação para o Exército;

— que as homenagens ao glorioso Patrono do Exército devem ter o maior brilho e realce;

Determina:

— que para as homenagens que serão tributadas à memória do Patrono do Exército, seja obedecido o seguinte programa:

A) Dia 24 de agosto (sexta-feira):

a) Em todas as guarnições:

1 — Todas as unidades, em horário compreendido entre as 8,00 e 18,00 horas, ficarão tranqueadas ao público para que sejam vistas as atividades normais de um Corpo de Tropa em tempo de paz.

2 — Palestras sobre a vida e os feitos do imortal soldado brasileiro, serão realizadas, sempre que possível, em reuniões públicas e com utilização de meios radiofônicos de difusão, destacando-se particularmente a atuação do Patrono do Exército como chefe disciplinado e disciplinador, cuja vida é modelo das mais excelsas virtudes militares.

B) Dia 25 de agosto (sábado):

a) Em todas as unidades:

1 — Hasteamento da Bandeira Nacional;

2 — Canto do Hino Nacional;

3 — Salva de 21 tiros pelas unidades de Artilharia.

b) Em todas as guarnições:

Realização de paradas e outras festividades que forem julgadas convenientes, tais como competições desportivas e demonstrações sobre os vários ramos de instrução da tropa, a cargo dos respectivos comandantes.

c) No Distrito Federal:

A Secretaria Geral do Ministério da Guerra deverá elaborar um programa especial, do qual conste, inclusive, a solenidade de entrega das condecorações da Ordem do Mérito Militar.

(D.O. n. 153, de 16 Jul 56.)

* *

DECRETO N. 39.345 — DE 11 DE JUNHO DE 1956

Aprova o Regulamento da Comissão de Promoções de Oficiais do Exército

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere a

Constituição Federal, art. 87 e inciso I e de acordo com a Lei número 2.857, de 1 de dezembro de 1955, arts. 69 e 79, decreta:

Art. 1º. Fica aprovado o Regulamento da Comissão de Promoções de Oficiais do Exército que com este baixa, assinado pelo General de Exército Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott, Ministro de Estado dos Negócios da Guerra.

Art. 2º. Revogam-se as disposições e contrário.

Rio de Janeiro, em 11 de junho de 1956; 135º da Independência e 68º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Henrique Lott.

(D.O. n. 166, de 19 Jul 56.)

* *

LEI N. 2.837 — DE 31 DE JULHO DE 1956

Altera o art. 14, da Lei n. 2.370, de 9 de dezembro de 1954, e dá outras providências

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Na-

cional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Acrescente-se ao art. 14 da Lei n. 2.370, de 9 de dezembro de 1954, o seguinte parágrafo único:

“Art. 14.

Parágrafo único. A transferência de qualquer oficial-general das Forças Armadas para a reserva remunerada poderá ser adiada até o limite de permanência na ativa, quando, a critério do Presidente da República, for necessária a continuação dos seus serviços. O adiamento será feito por decreto e não prejudicará a vaga que dessa transferência deveria decorrer.”

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 31 de julho de 1956; 135º da Independência e 68º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Antonio Alves Câmara.

Henrique Lott.

Henrique Fleiuss.

(D.O. n. 176, de 31 Jul 56.)

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

"A Defesa Nacional" agradece as seguintes publicações recebidas durante o mês de agosto do corrente ano:

a) Do exterior:

- Argentina — Revista Militar.
 Bolívia — Revista Militar.
 Espanha — "Ejército" — Revista ilustrada de las armas y servicios.
 — "Revista de la oficialidad" (apêndice da Revista Ejército).
 — "Guion" (Revista de los mandos subalternos).
 França — Revue de Defense Nationale.
 — Revue Militaire d'Information.
 — Revue des Forces Aér. Franc.
 Itália — Rivista Militare.
 Portugal — Revista Militar.
 — Revista da Cavalaria.
 U. S. A. — Military Review.
 — Rev. Aérea Latino Americana.
 Venezuela — Revista de las Fuerzas Armadas.

b) Nacionais:

- "Conjuntura Econômica", da Fund. Getúlio Vargas.
 "Comércio Internacional", do Banco do Brasil.
 "Digesto Econômico", da Assoc. Com. de S. Paulo.
 "Militia", da Força Pública do Est. de S. Paulo.
 "Itamaraty" — Bol. de Inf. do Min. das Rel. Ext.
 "Rev. Brasileira de Geografia", do I.B.G.E.
 "Boletim de Informações", da Conf. Nac. de Ind.
 "Rodovia" — Rev. Téc. de divulgação rodoviária.
 "Revista do Club Militar".
 "Revista do Cons. Nac. de Economia".
 "Revista do Serviço Público".